

FOTOS

Antonio Carlos D'Ávila
Antonio José Saggese
Augusto Ramasco
Carlos Alberto Ebert
Juca Martins
Paulo Vasconcelos
Ruth Toledo
Agência Estado

SÃO PAULO 1975 CRESCIMENTO E POBREZA

Cândido Procópio Ferreira de Camargo
Fernando Henrique Cardoso
Frederico Mazzucchelli
José Álvaro Moisés
Lúcio Kowarick
Maria Herminia Tavares de Almeida
Paul Israel Singer
Vinicius Caldeira Brant

Apresentação de
D. Paulo Evaristo Arns

Estudo realizado para a
Pontifícia Comissão de Justiça e Paz
da Arquidiocese de São Paulo

EDICÕES LOYOLA

309.1
Sa63
e.3

SÃO PAULO 1975:
CRESCIMENTO E POBREZA

São Paulo é "a cidade que mais cresce na América Latina", diziam os anúncios nos bondes de antigamente. "É preciso parar o crescimento de São Paulo", proclamaram mais recentemente jornais e governantes. Os estudos e ensaios acadêmicos sobre a cidade — cujo número, embora crescente, não chega a ser grande — costumam também oscilar entre o entusiasmo por seu crescimento e a preocupação por suas mazelas: São Paulo é, ao mesmo tempo, a cidade síntese do Brasil moderno e o ponto em que se concentram os diversos problemas sociais.

Este livro procura escapar desse movimento de pêndulo, entre a louvação das grandezas da cidade e as lamentações de seus problemas. Ele mostra como o desenvolvimento e a miséria são duas faces da mesma moeda no caso de São Paulo. Examina o crescimento da cidade do ponto de vista da situação social e econômica da população trabalhadora, que constitui a maioria dos habitantes de São Paulo.



B. Scherer
1977

SÃO PAULO 1975
CRESCIMENTO E POBREZA

5ª EDIÇÃO

DEDALUS - Acervo - FAU



20200038573



brasillense

livraria - papelaria

reembolso postal

r. barão de itapetininga, 93/99

tel. 32.7760 - 32.7770

são paulo



EDIÇÕES LOYOLA

SÃO PAULO

309.18161

Sa 63

e.3

71117

SÃO PAULO 1975

CRESCIMENTO E POBREZA

Cândido Procópio Ferreira de Camargo

Fernando Henrique Cardoso

Frederico Mazzucchelli

José Álvaro Moisés

Lúcio Kowarick

Maria Hermínia Tavares de Almeida

Paul Israel Singer

Vinícius Caldeira Brant

Apresentação de

D. Paulo Evaristo Arns

Estudo realizado para a

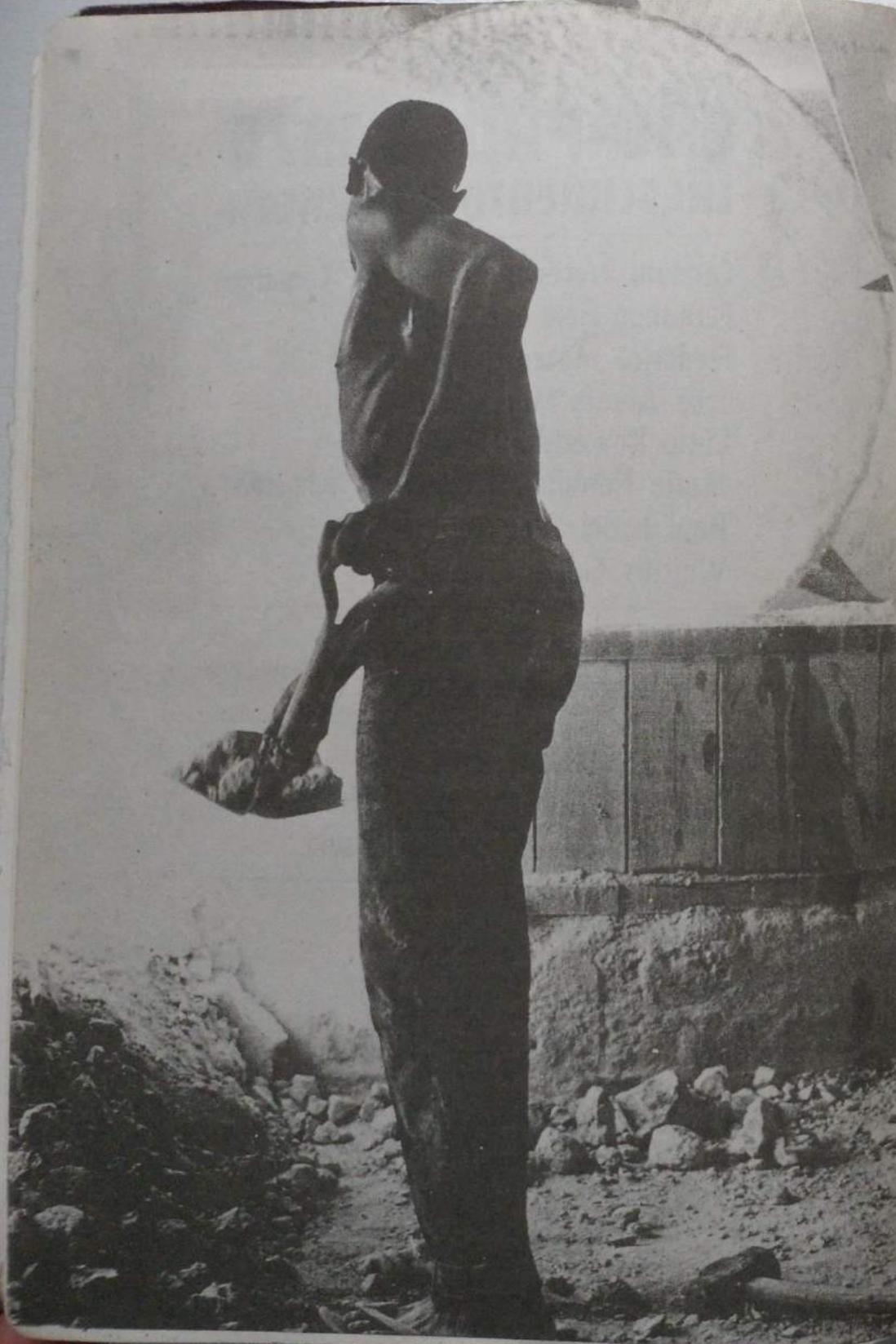
Pontifícia Comissão de Justiça e Paz

da Arquidiocese de São Paulo

EDIÇÕES LOYOLA

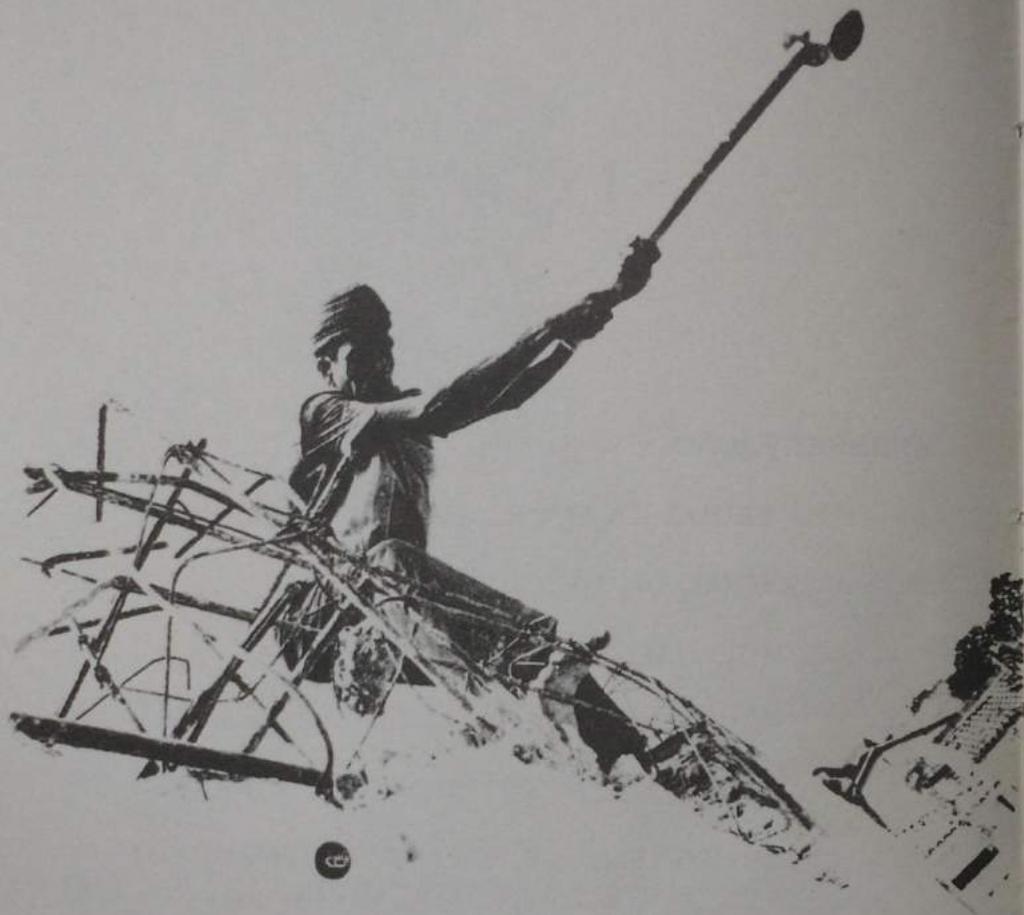


26050



INDICE

APRESENTAÇÃO	7
1 — SÃO PAULO NA ECONOMIA BRASILEIRA	13
2 — A LÓGICA DA DESORDEM	21
3 — ACUMULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO	63
4 — A TRAJETÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA	79
5 — TRABALHADORES, CIDADINOS E CIDADÃOS	107
6 — AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO: O CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL	147



APRESENTAÇÃO

“As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo. Não se encontra nada verdadeiramente humano que não lhes ressoe no coração. Com efeito, a sua comunidade se constitui de homens que, reunidos em Cristo, são dirigidos pelo Espírito Santo, na sua peregrinação para o reino do Pai. Eles aceitaram a mensagem da salvação que deve ser proposta a todos. Portanto, a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história (cfr. Gaudium et Spes, nº 1)”

Fiel a esse pensamento do Concílio, a Comissão Justiça e Paz de nossa Arquidiocese promoveu importante estudo sobre a Cidade de São Paulo e sua periferia. Entregando ao público o resultado desta tarefa, ela amplia o horizonte e aprofunda a compreensão dos Direitos Humanos. Amplia o horizonte, abraçando os problemas que se colocam para a maioria da população, no desamparo de seus direitos mais elementares; e aprofunda a compreensão, verificando a extensão dos males que nos afligem e buscando as suas causas a partir da raiz, para que esta possa ser atacada e extirpada.

Estes dados, estudos e interpretações não pretendem esgotar o tema e nem desejam ser uma palavra última e definitiva sobre a realidade da terra evangelizada por Anchieta. As idéias e informações, agora reunidas em livro, sugerem apenas a retomada de um amplo debate e apontam alguns caminhos de ação.

A pujança do crescimento de São Paulo, representado pela concentração, sem paralelo no país, dos meios de produção, dos serviços, do capital, da riqueza enfim, vai de par com o aumento da pobreza. O desenvolvimento paulistano, examinado à luz das condições de vida dos habitantes, traduz-se num elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. O agravamento das condições de vida da maioria é um índice que se revela de modo dramático na inflexão da curva da mortalidade infantil. Em constante declínio a partir de 1940, tendo diminuído em 30% entre 1940 e 1950, de 32% entre 1950 e 1960, esta experimentou violento recrudescimento entre 1960 e 1973, tendo aumentado 45%.

É missão do Bispo concretizar a mensagem da salvação, repetindo aos homens do seu tempo os apelos de Cristo e dos Apóstolos. A partir desta análise dos problemas de São Paulo, elaborada por renomados cientistas, convidamos o povo dessa cidade a refletir sobre esse lancinante desafio. Ninguém poderia sentir-se excluído desse convite. Dirige-se ele a todas as pessoas responsáveis, sem distinção de nacio-

nalidade, raça, ideologia ou religião. O apelo se dirige, de modo mais veemente, a todos aqueles que detêm parcela de poder nesta cidade. E aos leigos de nossa Igreja. Esse convite participa da urgência a que o amor ao próximo nos obriga. O Bispo, e com ele toda a Igreja, não pode assistir, calado, a uma violência difusa que atinge o povo, ceifando vidas, pela desnutrição e pelas más condições de saneamento e saúde, pelos acidentes de trabalho e de trânsito, pelo excesso de trabalho, fadiga e depauperamento, pelo desemprego e pela remuneração que não cobre as necessidades mínimas, pela ausência de moradia e precariedade de transportes, pela insegurança e pela asfixia da liberdade de associação, informação e reivindicação.

Não basta porém hoje em dia sentir os problemas e mesmo comover-se perante a miséria e a desgraça, nem mesmo parar na busca de um lenitivo para os que batem à nossa porta. Não bastam nem mesmo as organizações que se desdobram para minorar os sofrimentos dos doentes, dos velhos e dos abandonados. Cumpre chegar às causas dos males e mobilizar-se para combatê-las com coragem, paciência e determinação.

Haveria uma lógica na desordem estabelecida? Existe crescimento econômico que se constrói sobre a dilapidação da vida dos trabalhadores obrigados a horas excessivas de trabalho, para compensar a queda do poder aquisitivo de seus salários. É pois uma radiografia da situação de São

Paulo acompanhada do diagnóstico das causas desta acumulação da miséria, que entregamos aos homens que lutam para humanizar a cidade e modificar as condições de vida.

Divulgar os males seria contribuir para agravar os problemas e para exasperar o povo? Os fatos angustiam, mas conhecê-los é um caminho necessário para o encontro e aceitação das soluções. E o povo, pela experiência quotidiana, conhece com a acuidade e a lucidez de quem precisa lutar cada dia para ganhar o pão, para si e sua família, a extensão e a gravidade dos problemas. É preciso romper as barreiras que se opõem a que o povo se organize, participe e contribua para a solução de seus problemas e dos problemas da cidade. "Na medida em que a iniciativa social e política das classes trabalhadoras continuar bloqueada, será difícil vislumbrar uma cidade verdadeiramente humana em São Paulo".

Consciente desta tarefa, a Igreja traçou objetivos prioritários de ação. Está presente nas áreas mais difíceis da periferia, tentando a integração de um povo disperso e desarticulado. Tenta uma presença no mundo do trabalho, junto a esse povo sofrido que constrói a cidade, às vezes com o preço da própria vida. A Igreja segue o exemplo de Cristo e dos Apóstolos, procurando alinhar-se ao lado dos oprimidos e injustiçados, lançando as bases de uma participação efetiva do povo em todos os níveis de vida e cultura urbana.

É por aí que passa a voz do povo. Se formos atentos a ela, ouvindo os seus clamores, estaremos captando os sinais dos tempos e ouvindo a voz de Deus na história de hoje.

Um povo que não se massifica poderia ser o resultado de pequenas comunidades de base, conscientes de seus direitos e deveres, influenciando nas decisões que envolvem o Bem Comum e portanto o destino da coletividade.

Consciente de que os grupos de pastoral popular e todos os que estão empenhados em conhecer a realidade de São Paulo e os mecanismos que comandam esta realidade irão refletir, debater e transformar as contribuições aqui apresentadas em novo alento para uma ação evangelizadora e libertadora, entregamos a eles este estudo sobre "São Paulo-1975, Crescimento e Pobreza", agradecendo ao CEBRAP e à Comissão Justiça e Paz a inestimável colaboração prestada.

São Paulo, 24 de junho de 1976.

Festa de São João Batista

PAULO EVARISTO, CARDEAL ARNS

Arcebispo Metropolitano



1

SÃO PAULO NA ECONOMIA BRASILEIRA

O propósito que inspirou a presente monografia foi o de pesquisar as tendências atuais do desenvolvimento da região metropolitana de São Paulo, do ponto de vista das condições concretas de vida de seus habitantes. Uma sistematização dos dados de natureza econômica e social que descrevem as condições de vida em São Paulo seria suficiente para apontar a enormidade dos problemas com que se defrontam os moradores da metrópole. Mas qualquer caracterização desse tipo leva a perguntas sobre a natureza e o alcance de uma forma de organização da sociedade que produz e reproduz tais condições de vida.

É obrigatória, quando se trata do crescimento de São Paulo, a referência à posição privilegiada de sua economia em relação ao subdesenvolvimento de outras regiões do Brasil. Como centro dinâmico do Estado mais rico do país, a região da Grande São Paulo apresenta, por certo, um nível elevado de acumulação de riqueza. O Estado de São Paulo concentrava 35,6% da Renda Interna do Brasil em 1969, último ano para o qual se dispõe de dados. É mesmo provável que tal concentração se tenha acentuado no decorrer da década de 1970, pois vultosos investimentos continuaram a ser canalizados para o Estado. Tendo em vista que o Estado de São Paulo reúne cerca de 19% da população brasileira, o rendimento por habitante é ali quase duas vezes maior que no resto do País.

É importante observar, por outro lado, que a renda agrícola *per capita* de São Paulo não difere da média para o restante do país, mas sua renda industrial por habitante

é cerca de 5,4 vezes maior que a das demais regiões do Brasil. Isto significa que a posição de São Paulo na economia nacional é altamente especializada, polarizando a função industrial, atividade cuja renda mais tem crescido entre as que formam o sistema de divisão social do trabalho. Com 40% de sua Renda Interna provenientes da Indústria e apenas 12,4% da Agricultura, São Paulo encontra-se à frente do processo de industrialização. Os demais estados do Brasil, em seu conjunto, apresentam uma composição diversa da renda interna, com apenas 17,5% provenientes da Indústria e 26,6% da Agricultura. Note-se, além disso, a elevada participação — 45,8% — de São Paulo na Renda de Aluguéis, que representa *grossa modo* o valor locativo das edificações residenciais e não residenciais.

Essa concentração de riqueza em São Paulo não acarreta que a população do Estado seja, em geral, mais rica. Os dados relativos à renda *per capita* não significam que cada habitante tenha o mesmo quinhão. Indicam apenas a quantidade dos rendimentos auferidos no Estado, em relação com o número de seus habitantes, independentemente da distribuição desses rendimentos.

A superioridade econômica de São Paulo baseia-se, em grande medida, na propriedade. Não na propriedade em geral, mas especificamente na propriedade do capital. Na medida em que o País se desenvolve, nos moldes institucionais vigentes, ele se torna mais capitalista, o que significa que uma parcela crescente dos meios de produção assume a forma de capital. Em outras palavras, trata-se de uma economia em que os meios de produção mais importantes são propriedade de não-produtores, que os administram diretamente ou por meio de representantes. A produção organiza-se através de empresas, cuja finalidade é proporcionar lucros aos proprietários e que crescem mediante reaplicação de lucros próprios ou atração do excedente de outras unidades econômicas.

Ao lado dessas empresas, uma parte da produção é assegurada por trabalhadores autônomos, proprietários dos meios de produção que utilizam. É a produção das pessoas que trabalham por "conta própria". Organizam-se dessa forma o artesanato, o pequeno comércio e, também, parte das profissões liberais.

Há ainda o chamado setor público, que compreende os meios de produção de propriedade estatal. Em parte, esse

setor é constituído de empresas estatais, que produzem mercadorias e serviços em função das regras da economia de mercado. Além dessas empresas, o setor público compreende setores não propriamente produtivos, como as repartições administrativas, federais, estaduais e municipais, e também as forças armadas, a polícia militar e civil, os que trabalham para o Legislativo e o Judiciário, os que prestam "serviços sociais" — educação, saúde, previdência social etc. — por conta do Estado.

Na Região, cerca de 12,5% da Força de Trabalho são trabalhadores autônomos, 1,6% são membros da família sem remuneração (que, em geral, trabalham para o chefe da família). É razoável estimar que o setor público mobiliza 10% da Força de Trabalho na Grande São Paulo. Pode-se assim concluir que 76% da Força de Trabalho estão integrados em unidades produtivas privadas, 72% na qualidade de empregados.

O processo de crescimento, em que o capital se multiplica assimilando o seu próprio produto — o lucro — é o que se denomina *acumulação de capital*. Em 1948, São Paulo já ocupava um lugar hegemônico no processo de acumulação de capital, reunindo nada menos de 45,9% das emissões de capital no Brasil.¹ Após uma baixa transitória, na primeira metade dos anos sessenta, a participação de São Paulo voltou a se elevar acima dos 40% e em 1972 atinge a ponderável proporção de 44%. Isto significa que o centro de concentração do capitalismo brasileiro encontra-se em São Paulo, para onde afluem os recursos para acumulação, do resto do País e do exterior. O Estado de São Paulo detém 35,6% da Renda Interna e acumula cerca de 44% do capital. Comparando-se, por exemplo, o total das emissões de capital com a Renda Inter-

1. No Brasil, a melhor informação disponível sobre a acumulação de capital é a recolhida pela Fundação Getúlio Vargas sobre as emissões de capital das sociedades anônimas. A série do valor global destas emissões não exprime tanto a inversão real, isto é, o valor dos acréscimos à capacidade de produzir do País, mas sobretudo o valor dos acréscimos ao *capital* global. Assim, cada vez que uma parte dos meios de produção, ainda dos que já estejam em atividade, passa a ser organizado em sociedades anônimas, seu valor é incluído nas Emissões de Capital, sob a rubrica de "Novas Sociedades". Não confundir acumulação de capital com Formação Bruta de Capital Fixo, apurada nas Contas Nacionais. A Formação Bruta de Capital Fixo inclui, além da acumulação propriamente dita, a construção de moradias e a inversão em atividades governamentais não remuneradas (construção de açudes, aeroportos, quartéis etc.).

na em 1969, obtêm-se as seguintes taxas de acumulação: Brasil — 22,6%; São Paulo — 33,6% e demais regiões do Brasil — 16,7%. Não parece provável que a proporção da riqueza acumulada produzida em São Paulo seja o dobro da do resto do País. Parece mais provável que uma parte substancial dos recursos acumulados em São Paulo seja proveniente de fora do Estado.

Esta concentração regional da renda deve-se a duas ordens de fatores. Uma constitui-se das economias de aglomeração, que tornam vantajosa a concentração no espaço de atividades manufatureiras e comerciais. Energia, transporte, telefonia, abastecimento de água, tratamento de esgotos etc., produzidos em grande escala, tornam-se mais baratos, por unidade, em São Paulo do que em estados mais pobres e menos industrializados. A outra ordem de fatores decorre do caráter capitalista do desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista acarreta, no Brasil como nos demais países, crescente concentração do capital. A análise das causas desta tendência não cabe nos limites deste trabalho,² mas seus resultados obviamente tendem a reforçar a concentração espacial da renda. Em 1969, São Paulo reunia 21 das 50 maiores empresas do país. Em 1973, essa cifra sobe para 26. Na medida em que as maiores empresas capitalistas do País estão sediadas em São Paulo e tendem a crescer mais do que as restantes, elas trazem maior soma de recursos para acumular em São Paulo.

O fato de São Paulo situar-se como centro hegemônico do processo de acumulação no Brasil acarreta uma pauperização relativa de outras regiões do país. Ao lado da transferência direta de recursos para investimento, uma outra fonte de concentração é proporcionada pela própria posição privilegiada da economia paulista na divisão regional do trabalho. Concentrando-se em São Paulo os setores mais avançados da produção industrial e agrícola, a produtividade de suas empresas é maior, surgindo daí uma vantagem nas relações de troca com outras regiões.

A região da Grande São Paulo, constituída da capital do Estado e dos municípios circunvizinhos, apresenta um contraste ainda maior com o subdesenvolvimento de outras

2. Para uma análise dos efeitos da concentração do capital sobre a distribuição espacial das atividades, consultar SINGER, P. — *A Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973.

regiões do Brasil. Contando com a maior parte da economia industrial do Estado e tendo-se conservado por várias décadas à frente do processo de concentração, a Grande São Paulo transformou-se num vasto conglomerado, com uma população de quase 11 milhões de habitantes³ dos quais 96% vivem em áreas urbanas. Ainda que o crescimento industrial de outras áreas do Estado tenha-se recentemente acelerado e ainda que outras regiões do país possam experimentar taxas de crescimento maiores que as da Grande São Paulo, a distância já estabelecida entre ela e as demais cidades brasileiras não poderá ser rapidamente reduzida.

A pujança econômica de São Paulo em relação a outras áreas do Brasil revela-se tanto na enormidade de sua infraestrutura (edificações, energia elétrica etc.) como em qualquer dos indicadores habitualmente empregados para medir o crescimento econômico (a produção industrial, o sistema financeiro, a renda *per capita* etc.). No entanto, se examinado o desenvolvimento da cidade do ponto de vista das condições de vida de seus habitantes, verifica-se um elevado e crescente desnível entre a opulência de uns poucos e as dificuldades de muitos. É a distância entre a riqueza, representada nas moradias suntuosas dos "jardins", e a pobreza dos bairros de trabalhadores, carentes dos serviços urbanos básicos — transporte, água, esgoto, habitação. É o contraste entre o crescimento do consumo de bens de luxo e a diminuição do salário mínimo real.

O próprio contraste entre o grau de desenvolvimento econômico da Grande São Paulo — medido pelos níveis globais de acumulação — e a presença de situações de pauperismo recoloca em discussão o que se entende por "situação privilegiada" da metrópole paulistana. Se é verdade que a desnutrição, as condições precárias de saúde, a moradia inadequada — para citar apenas alguns dos sintomas do pauperismo existente na cidade — são mais graves em outras regiões, torna-se claro, pelo menos, que esses "problemas do subdesenvolvimento" não desaparecem automaticamente com o crescimento econômico. Por outro lado, como indicam os dados examinados nos capítulos que seguem, essas situações de pobreza não estão diminuindo em São Paulo, mas, em muitos casos, tendem a agravar-se. O mini-

3. Projeção para 1975.

mo que se pode dizer é que a "situação privilegiada" de São Paulo representa privilégio para alguns, mas não para todos.

Muitas análises realizadas no passado tendiam a circunscrever os efeitos indesejáveis do crescimento econômico sobre as condições de vida das populações urbanas brasileiras ao fenômeno da "marginalidade". Desse ponto de vista, a pobreza urbana era um aspecto separado e específico, na realidade de progresso e bem-estar criada pela industrialização e pela urbanização. Em contraste com a miséria rural, a pobreza das populações "marginais" urbanas era um fato menor, indesejável por certo, mas transitório porque característico de um período de reorganização espacial da produção. Em muitos casos considerava-se o pauperismo urbano como uma situação de transição própria dos migrantes de origem rural, ainda não absorvidos pela economia urbano-industrial.

As pesquisas sobre as migrações internas e sobre os diferenciais de renda entre migrantes e não-migrantes nas cidades brasileiras levaram a evidências bem distintas dessas suposições.⁴ Verifica-se a inexistência de qualquer fundamento científico na explicação dos desníveis sociais a partir da dicotomia entre migrantes e naturais do local. Por outro lado, quando se considera a contribuição das migrações no crescimento urbano registrado nas últimas décadas, essa dicotomia torna-se irrelevante para explicar situações particulares. No caso da Grande São Paulo, como revela o último censo, 52,5% da população são "pessoas não naturais do município onde residem".⁵ Considerando-se as famílias dessas pessoas, mesmo quando se incluem somente os descendentes de primeira geração, a população "migrante" representa certamente mais de dois terços dos habitantes da metrópole. Como considerar, nesse caso, suas condições de vida como problemas residuais?

Interpretações mais recentes sugerem, a partir da grita mundial sobre os problemas das grandes cidades — poluição, dificuldades de transporte, "stress", solidão —, que o próprio desenvolvimento seria responsável pelas condições desumanas da vida "moderna". Essa visão supõe, no caso de São Paulo, que se façam duas abstrações: primeiro, é necessário que não se enxerguem condições desumanas de existência

4. Ver, em particular, MATA, M. da et alii — *Migrações internas no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA-INPES, 1973.

5. Ver adiante, o quadro n.º 4.

nas regiões menos "modernas" do país; segundo, que não se verifiquem as diferenças e os desníveis entre os habitantes da cidade, mas que se considere a população como um conjunto abstrato.

Na verdade, o que se evidencia da análise dos dados sobre a situação da população paulistana é que a maior parte dos problemas vividos pelos habitantes de São Paulo não decorre do crescimento da cidade enquanto tal. Esses problemas diferenciam-se segundo as classes sociais e, portanto, resultam de formas de organização da produção e distribuição da riqueza, que não são peculiares a São Paulo. As condições de trabalho e os salários, numa população cuja imensa maioria é constituída de trabalhadores assalariados, são os aspectos mais importantes para a determinação da "qualidade de vida". Esses aspectos não se explicam fora do contexto da economia brasileira em seu conjunto. Por sua vez, as relações econômicas estão apoiadas em uma ordem política que condiciona a participação dos indivíduos e das classes nas decisões sobre o seu próprio destino. Uma vez mais, não se trata de uma peculiaridade da vida urbana moderna, mas de um contexto mais amplo.

O retrato das condições urbanas de existência em São Paulo expressa, portanto, condições mais gerais da economia e da sociedade brasileiras. A situação da cidade no contexto brasileiro apresenta peculiaridades. Mas, do ponto de vista da maioria da população, essas peculiaridades não se referem à ausência dos problemas existentes em outras regiões do país. A peculiaridade de São Paulo talvez resida, principalmente, na exacerbação do contraste entre acumulação e pobreza.



2

A LÓGICA DA DESORDEM

O intenso crescimento econômico da cidade de São Paulo tem sido acompanhado da deterioração das condições de vida de amplas parcelas de sua população. A interligação entre o processo de crescimento urbano e o aumento dos "problemas urbanos" tornou-se tão visível que, há alguns anos, um prefeito chegou a inverter o célebre *slogan* ufanista da cidade, propondo: "São Paulo deve parar!". Referia-se principalmente S. Exa. ao deficit de serviços e obras públicas, cujo crescimento era mais rápido do que o das medidas possíveis para solucioná-lo e até mesmo do que o das previsões do planejamento. O exercício de imaginação proposto, o de que o controle do crescimento da cidade tornaria possível disciplinar seus problemas, tendia a atribuir ao próprio desenvolvimento, ou à sua rapidez, os incômodos sofridos pela população.

A noção de que o progresso da cidade tem um preço, que deve ser pago por seus habitantes, vem sendo insistentemente repetida a propósito dos mais variados problemas: da poluição ambiental às carências do abastecimento, das dificuldades de transporte às más condições de habitação, da insuficiência do lazer ao aumento da criminalidade. O dilema — estagnação ou sacrifício — implícito nessa noção é em tudo consonante com a ideologia do desenvolvimento em voga: para que o país se desenvolva, assegurando a felicidade futura de seus habitantes, estes devem renunciar às satisfações presentes. Ao mesmo tempo, as dificuldades atuais são muitas vezes atribuídas à forma desordenada do crescimento metropolitano, à ausência ou ineficácia do plane-

jamento anterior. São Paulo deveria não só pagar o preço de sua felicidade futura, mas também resgatar o prejuízo de sua imprevidência no passado.

A aparência desordenada do crescimento metropolitano pode ser vista no mapa atual da cidade: seu traçado irregular e o desconexo de seus espaços vazios e ocupados já sugerem momentos distintos e formas disparatadas de ocupação do solo. Essa impressão de desordem ainda se agrava, quando conhecida a realidade que não consta do mapa: há 26 mil ruas e 5 mil loteamentos clandestinos na cidade. A aparente desordem do crescimento da cidade encobre, no entanto, a organização da sociedade. Por trás dos "problemas urbanos" está a vida dos habitantes da cidade, que se organiza na repartição dos benefícios do desenvolvimento e na distribuição do preço a pagar.

As condições de vida de uma população dependem de uma série de fatores, ligados direta ou indiretamente às formas de produção e distribuição da riqueza. Para a maioria da população de São Paulo, constituída de trabalhadores assalariados e de suas famílias, as relações de emprego são decisivas. Tanto pelas condições em que se exerce o trabalho, como pela remuneração que determina seu acesso aos bens e serviços à disposição dos habitantes da cidade. Mas, ao lado da organização empresarial, a própria organização do espaço urbano, da infra-estrutura e dos serviços da cidade determinam a "qualidade de vida" da população.

Entre os objetos necessários à vida na cidade, muitos podem ser comprados individualmente, como os alimentos, as roupas, os móveis e utensílios domésticos, os livros, os automóveis, as casas etc. O mesmo ocorre com certos serviços, do atendimento médico individual ao uso dos táxis, do corte de cabelo à limpeza de roupas, e muitos outros. A distribuição do acesso a esses bens e serviços depende diretamente da quantidade de dinheiro à disposição do eventual comprador, isto é, da distribuição de renda.

Há serviços cujo uso é coletivo, embora o acesso a eles exija também pagamento individual: as redes de água e esgotos, eletricidade, telefones, os transportes coletivos, certos divertimentos públicos e atividades culturais etc. Teoricamente estão à disposição de todos que possam pagar por eles. Mas seu acesso pode ser mais fácil ou mais difícil, não somente em função dos preços ou tarifas, mas também do

investimento público ou privado necessário para sua instalação e funcionamento. Esse investimento, na maior parte das vezes, é decidido em função de sua rentabilidade possível, ou de sua "viabilidade". Isso significa que esses serviços são organizados de preferência para os consumidores que seguramente podem pagar por eles.

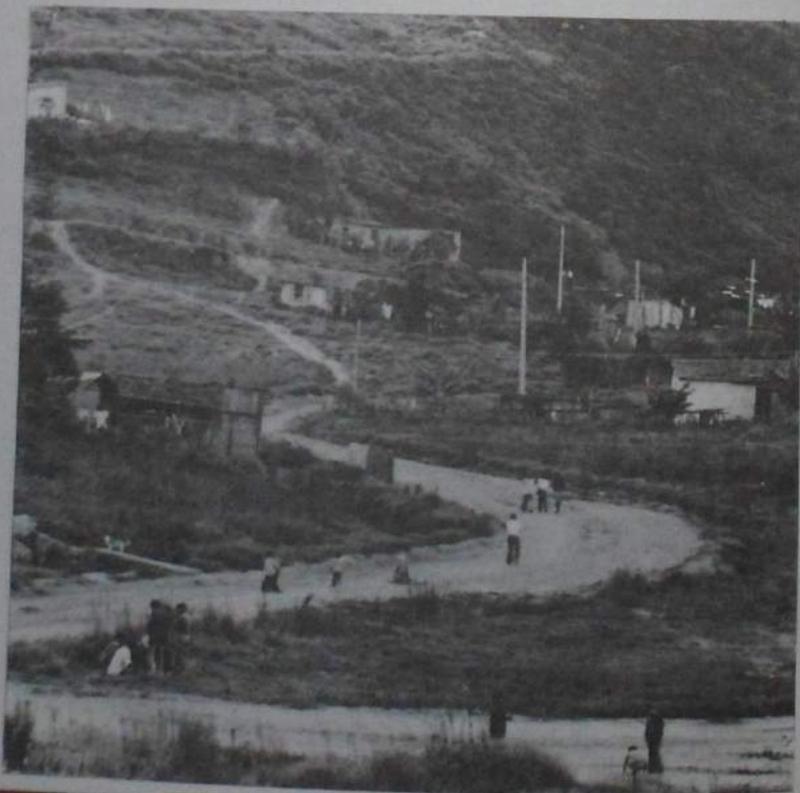
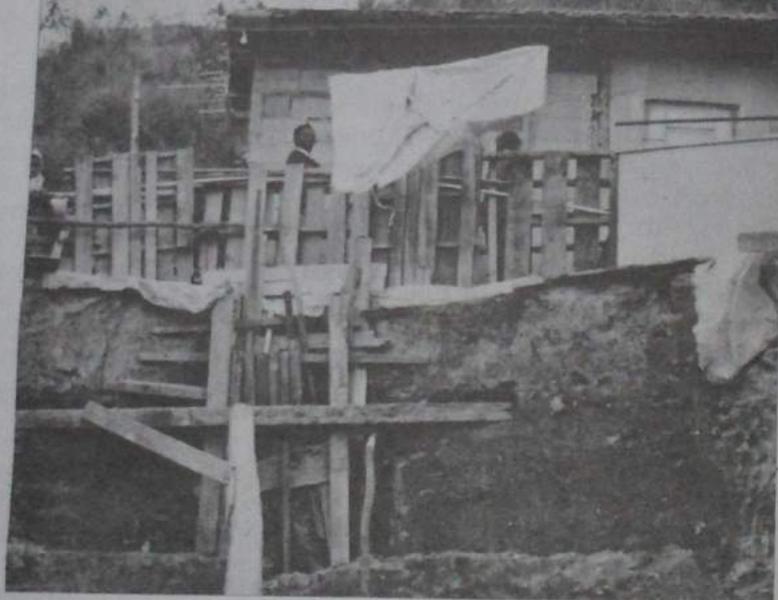
Por outro lado, há uma série de bens e serviços cujo custo recai, não sobre o consumidor individual, mas sobre a coletividade, através dos impostos: a abertura e calçamento de ruas, parques e praças, a organização do trânsito, o recolhimento de lixo, a iluminação pública etc. Esses bens e serviços também se repartem desigualmente, segundo a distribuição de renda, através de um mecanismo indireto que é a valorização imobiliária. Os terrenos e moradias são mais caros nas áreas melhor servidas e os preços dos imóveis funcionam como um mecanismo de reserva das instalações e dos serviços municipais, em benefício dos que podem pagar mais.

A distribuição espacial da população na cidade acompanha assim a condição social dos habitantes, reforçando as desigualdades existentes. Há muitos anos, uma favelada do Canindé escrevia que "a favela é o quarto de despejo da cidade".⁶ Hoje em dia, a expressão "periferia", que serve para designar os bairros afastados do centro, tornou-se sinônimo, em certos meios, da noção de marginalização ou de exclusão social.

O agravamento dos problemas que afetam a qualidade de vida da população em São Paulo não atinge a cidade em geral. Sobretudo a partir das últimas três ou quatro décadas, surgem e se expandem os bairros periféricos que, juntamente com os tradicionais cortiços e favelas, alojam a população trabalhadora. É nessas áreas que se concentram tanto a pobreza da cidade como a de seus habitantes.

Nos primórdios da industrialização e basicamente até os anos 30, muitas empresas resolviam o problema do alojamento de sua mão-de-obra, através da construção de "vilas operárias", geralmente contíguas às fábricas, cujas residências eram alugadas ou vendidas aos trabalhadores. Tal tipo de solução foi viável, na medida em que a quantidade

6. JESUS, C. M. de — *Quarto de despejo; diário de uma favelada*. São Paulo, Livraria Francisco Alves, 1960.



de força de trabalho a ser alojada era relativamente diminuta, já que as casas destinavam-se de modo especial aos operários mais qualificados. Além disso, o baixo custo dos terrenos e da construção tornava compensadora a fixação do trabalhador. O fornecimento de moradia pela própria empresa diminuía as despesas dos operários com sua própria sobrevivência, permitindo que os salários fossem rebaixados. Descontava-se assim o investimento feito pelas empresas com a aquisição dos terrenos e com a construção das casas. O cenário do Brás, Mooca, Belém de então, onde a vida girava em torno dos "apitos das fábricas de tecido",⁷ caracterizava-se pela concentração das moradias operárias na proximidade dos locais de trabalho.

Com a intensificação do crescimento industrial o número de trabalhadores aumentou rapidamente. Do ponto de vista das empresas, o importante era contar com uma força de trabalho abundante e barata, que permitisse produção de um excedente elevado. A aceleração do fluxo migratório iria permitir a formação de um excedente de força de trabalho na cidade, tornando desnecessária a fixação do trabalhador na empresa. Por outro lado, o crescimento da população trabalhadora intensificou a pressão sobre a oferta de habitações populares. Ao mesmo tempo, valorizaram-se os terrenos, tanto fabris como residenciais, tornando-se inconveniente para as empresas a construção de vilas operárias.

As empresas transferem assim o custo da moradia (aquisição, aluguel, conservação do imóvel) e os de transporte para o próprio trabalhador e os custos dos serviços urbanos básicos, quando existentes, para o âmbito do Estado. Deste momento em diante, as vilas operárias tendem a desaparecer e a questão da moradia passa a ser resolvida pelas relações econômicas no mercado imobiliário. Surge no cenário urbano o que será designado "periferia": aglomerados, clandestinos ou não, carentes de infra-estrutura, onde vai residir a mão-de-obra necessária para o crescimento da produção.

Como acumulação e especulação andam juntas, a localização da classe trabalhadora seguia os fluxos dos interesses

7. Ver a comunicação de BLAY, E. A., apresentada na XXVII Reunião Anual da SBPC, Belo Horizonte, 1975.

737 km com 100
1000000 m²

imobiliários.⁸ No contexto explosivo do crescimento metropolitano, o Poder Público só se muniu tardiamente de instrumentos legais para tentar dar um mínimo de ordenação ao uso do solo. As primeiras iniciativas neste sentido ocorrem quando o traçado urbano já está em grande parte constituído. A ação governamental restringiu-se quase sempre a seguir os núcleos de ocupação criados pelo setor privado e os investimentos públicos vieram colocar-se a serviço da dinâmica de valorização-especulação do sistema imobiliário-construtor.

Algumas cifras: 4,5m² de área verde por habitante, enquanto o padrão mínimo é 8. Na Região Metropolitana, dos 8 mil quilômetros que formam a rede de circulação de tráfego local, apenas 40% são pavimentados.⁹ Cerca de 489 mil habitantes moram em residências desprovidas de iluminação elétrica.¹⁰ Apenas cerca de 30% dos domicílios da região metropolitana são servidos pela rede de esgotos e 53% pela de água. Resultado: "as populações servem-se em geral de fossas negras, privadas secas e tanques sépticos... e de água proveniente de poços rasos, em geral contaminados pela proximidade de fossas negras".¹¹

Mesmo considerando-se apenas o município da Capital, as deficiências são enormes. Já em 1968, como revela o quadro nº 2, 52,4% dos domicílios não contavam com serviço de água e 41,3% eram desprovidos de esgotos. A situação desde então vem-se agravando, em especial na periferia, onde a carência é ainda mais drástica: tão somente 20% das casas têm rede de esgotos e 46% de água. Para se ter uma idéia do alto índice de contaminação ambiental, basta mencionar que três quartos das habitações da periferia "lançam esgotos em simples fossas negras quando não a céu aberto"¹² Mesmo na Capital, em amplos trechos, princi-

8. Veja WILHEIM, J. — *São Paulo Metrópole* 65. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1965.

9. Fonte: SÃO PAULO. Secretaria dos Negócios Metropolitanos — *Região Metropolitana de São Paulo: diagnóstico* 75. *Condições urbanas: transporte*. São Paulo, 1975 (mimeo).

10. Fonte: PNAD — *Regiões Metropolitanas, 4.º Trimestre 1971-1972*. Rio de Janeiro, IBGE, s.d. Para a variação inter-municipal em 1970, ver quadro n.º 1. A carência de serviços urbanos segundo os bairros da Capital aparece no quadro n.º 2.

11. Fonte: *Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico* 75 — *Condições Urbanas — Saúde*. op. cit. p. 28 e 14-15 (mimeo).

12. Idem, *Diagnóstico* 75 — *Desenvolvimento Sócio-Econômico, Promoção Social*. op. cit.

QUADRO N.º 1

REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO: PROPORÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES SERVIDOS POR ILUMINAÇÃO ELÉTRICA (1970)

Municípios	Domicílios servidos por iluminação elétrica (%)
Arujá	47,6
Barueri	70,7
Biritiba-Mirim	46,8
Caieiras	73,4
Cajamar	63,1
Carapicuíba	77,1
Cotia	64,3
Diadema	82,1
Embu	56,9
Embu-Guaçu	39,0
Ferraz de Vasconcelos	74,6
Francisco Morato	54,0
Franco da Rocha	84,5
Guararema	41,0
Guarulhos	83,8
Itapecerica da Serra	34,5
Itapevi	66,3
Itaquaquecetuba	62,3
Jandira	73,0
Juquitiba	13,5
Mairiporã	55,7
Mauá	87,4
Mogi das Cruzes	81,7
Osasco	93,1
Pirapora do Bom Jesus	46,3
Poá	86,7
Ribeirão Pires	84,9
Rio Grande da Serra	57,4
Salesópolis	34,0
Santa Isabel	50,7
Santana do Parnaíba	45,5
Santo André	97,5
São Bernardo do Campo	92,7
São Caetano do Sul	99,8
São Paulo	95,7
Suzano	71,4
Taboão da Serra	81,0
Total da Região	92,9

FONTE: VIII Recenseamento Geral — 1970. Censo Demográfico — São Paulo. Rio de Janeiro, IBGE, 1973, vol. 1, Tomo 18, 2.ª parte, pp. 470-484.

QUADRO N.º 2

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO — 1968:
DOMICÍLIOS DESPROVIDOS DE SERVIÇOS BÁSICOS
(em porcentagem do total de domicílios existentes)

Áreas	Água	Esgoto	Pavimen- tação	Coleta de Lixo
Centro	1,3	4,5	1,7	0,8
Ibirapuera	11,5	14,4	4,4	0,0
Pinheiros	30,0	49,2	29,5	16,8
Saúde	15,2	43,5	38,1	8,5
Ipiranga	20,1	29,2	40,5	89,9
Santo Amaro	49,9	61,1	56,8	19,0
Brás-Moooca	7,3	17,3	21,4	3,3
Santana	19,0	69,1	45,3	14,2
Lapa	29,3	46,4	75,3	9,1
Vila Maria	45,0	75,0	50,0	5,0
Tucuruvi	31,8	86,4	68,2	9,0
Casa Verde	51,3	81,1	46,0	8,1
Vila Prudente	30,0	57,5	62,5	12,5
Penha	43,2	74,4	70,3	59,8
Itaquera	89,3	96,9	87,5	71,9
São Miguel	49,9	44,4	44,5	11,1
<i>Média/Totais</i>	52,4	41,3	34,3	15,9

FONTE: PUB. São Paulo, 1968.

palmente a Sudeste, Nordeste e Leste, muitas ruas não são pavimentadas e há vastas áreas desprovidas de iluminação.¹³

A frase... "é o preço do progresso" apresenta-se como justificativa das carências da metrópole. Contudo ela mal esconde a ausência do poder público na programação de formas mais racionais de ocupação do solo. Dada, por outro lado, a fragilidade das organizações populares, pouco capazes de interferir nos processos decisórios, coube à iniciativa privada a possibilidade de agir com grande desenvoltura, visando exclusivamente ao lucro.

13. São Paulo. Prefeitura Municipal — Plano plurianual de projetos CURA. São Paulo, 1974.

"A especulação imobiliária (...) adotou um método, próprio, para parcelar a terra da cidade. Tal método consistia no seguinte: o novo loteamento nunca era feito em continuidade imediata ao anterior, já provido de serviços públicos. Ao contrário, entre o novo loteamento e o último já equipado, deixava-se uma área de terra vazia, sem lotear. Completado o novo loteamento, a linha de ônibus que o serviria seria, necessariamente, um prolongamento a partir do último centro equipado. Quando estendida, a linha de ônibus passava pela área não loteada, trazendo-lhe imediata valorização. O mesmo ocorreria com os demais serviços públicos: para servir o ponto extremo loteado, passariam por áreas vazias, beneficiárias imediatas do melhoramento público. Desta forma, transferia-se para o valor da terra, de modo direto e geralmente antecipado, a benfeitoria pública. Ainda hoje, sempre que se chegue a um centro secundário da cidade — de Santo Amaro à Penha, indistintamente — e se continue em direção à periferia, o processo é visível: antes de cada loteamento alcançado, existe uma área ainda vazia".¹⁴

Ao lado do processo antes descrito, fundamentalmente dos anos 30 em diante, inicia-se um surto industrial que trilha os eixos ferroviários em torno da Capital: a Santos-Jundiaí impulsiona as atividades econômicas em Santo André e São Caetano; e, ao longo da Central do Brasil, surgem pequenos núcleos industriais, mas principalmente as chamadas "cidades-dormitório", voltadas de início para as empresas da capital e mais recentemente para outros núcleos industriais da Região. Após a Segunda Guerra, de modo especial depois de 1960, através das rodovias, São Bernardo e Diadema a Sudeste, Guarulhos ao Norte e Osasco a Noroeste passam, em momentos diferentes, por um rápido processo de industrialização. Cada um desses núcleos, por sua vez, cria a sua própria periferia.

O vertiginoso crescimento demográfico da Região, que entre 1960-1970 foi de 5,5% ao ano, junto com o processo de retenção dos terrenos à espera de valorização, levou ao sur-

14. CARDOSO, F. H. et alii — Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação. São Paulo, CEBRAP, 1973, pp. 9-10. (Cadernos CEBRAP, 14).

gimento de bairros cada vez mais distantes.¹⁵ Amontoam-se populações em áreas longínguas, afastadas dos locais de trabalho, impondo-se distâncias de deslocamento cada vez maiores. Acentua-se o processo de criação de "cidades-dormitório", verdadeiros acampamentos desprovidos de infraestrutura.¹⁶ Neste contexto, além do trabalho e da moradia, os transportes passam a ser um dos problemas cruciais.

QUADRO N.º 3

GRANDE SÃO PAULO — TAXAS DE INCREMENTO POPULACIONAL VEGETATIVO, MIGRATÓRIO E TOTAL (1940 — 1970)

PERÍODO E ÁREA	VEGETATIVO		MIGRATÓRIO		TOTAL	
	Decenal	Anual	Decenal	Anual	Decenal	Anual
1950/1940						
Munic. S. Paulo	15,8	1,48	49,9	4,14	65,7	5,20
GSP exc. Capital	8,3	0,92	83,8	6,26	92,1	6,75
GSP	14,7	1,38	55,1	4,58	69,8	5,45
1960/1950						
Munic. S. Paulo	27,9	2,49	44,5	3,76	72,4	5,60
GSP exc. Capital	24,6	2,14	81,7	6,16	106,3	7,50
GSP	27,3	2,45	51,0	4,20	78,3	5,96
1970/1960						
Munic. S. Paulo	23,9	2,13	32,4	2,85	56,3	4,54
GSP exc. Capital	39,2	3,29	92,0	6,75	131,2	8,70
GSP	27,0	2,36	44,4	3,76	71,4	5,50

FONTE: CEBRAP — *Recursos Humanos da Grande São Paulo*. São Paulo, GEGRAN, 1971, V. 1, p. 63.

15. A migração teve importante papel no crescimento demográfico da Região Metropolitana. Veja quadro n.º 3. Para a proporção das pessoas não naturais e o tempo de residência em cada município, ver quadro n.º 4.

16. Ressalte-se que 12 dos 37 municípios da Região tiveram, no período considerado, um crescimento demográfico superior a 15% ao ano. Com exceção de Diadema e Guarulhos, trata-se de municípios de incipiente industrialização.

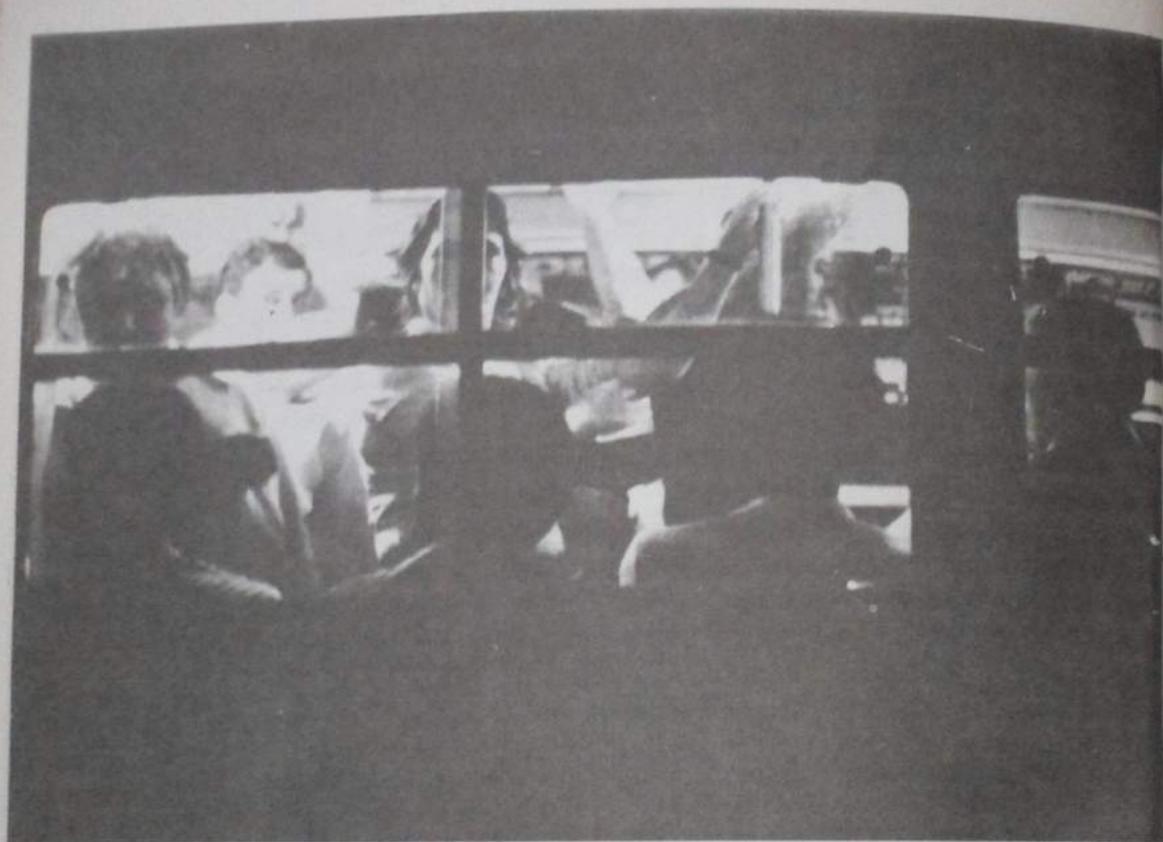
QUADRO N.º 4

REGIÃO METROPOLITANA DE SÃO PAULO — 1970
PESSOAS NÃO NATURAIS DO MUNICÍPIO POR TEMPO DE RESIDÊNCIA

(em porcentagens da população total)

MUNICÍPIOS	TEMPO DE RESIDÊNCIA					Total
	Menos de 1 ano	1 a 2	3 a 5	6 e mais		
Arujá	7,2	9,8	10,8	22,5		50,3
Barueri	11,8	14,2	13,7	29,4		69,1
Biritiba-Mirim	10,7	11,5	9,4	23,2		54,8
Caieiras	10,3	13,0	6,8	26,7		56,8
Cajamar	10,2	6,4	8,6	34,9		60,1
Carapicuíba	14,4	14,2	13,1	31,0		72,7
Cotia	8,8	9,1	8,5	21,6		47,9
Diadema	16,5	20,5	20,4	24,6		82,0
Embu	17,0	17,5	16,1	21,1		71,7
Embu-Guaçu	7,0	7,5	12,0	20,5		47,0
Ferraz de Vasconcelos	14,8	14,7	12,8	33,9		76,3
Francisco Morato	11,8	18,7	19,5	29,0		79,0
Franco da Rocha	11,0	7,3	8,5	43,0		69,8
Guararema	11,6	8,3	8,4	19,9		48,2
Guarulhos	9,8	12,7	13,1	21,9		57,5
Itapeçerica da Serra	11,6	10,9	10,5	17,6		50,6
Itapevi	10,3	11,9	12,6	30,0		64,8
Itaquaquecetuba	11,1	11,2	12,4	30,8		65,5
Jandira	15,8	14,3	18,6	29,4		78,1
Juquitiba	5,2	2,6	4,7	11,4		23,9
Mairiporã	9,1	8,0	8,3	21,1		46,5
Mauá	9,5	14,1	16,7	32,9		73,2
Mogi das Cruzes	3,6	5,0	5,6	29,6		43,8
Osasco	8,3	11,0	12,0	37,6		68,9
Pirapora do Bom Jesus	10,4	12,6	9,4	20,1		52,5
Poá	7,0	11,2	11,4	37,1		66,7
Ribeirão Pires	8,4	8,9	10,8	36,0		64,1
Rio Grande da Serra	15,2	10,8	16,0	27,8		69,8
Salesópolis	4,4	2,3	1,5	10,1		18,3
Santa Isabel	5,7	5,1	5,4	13,5		29,7
Santana do Parnaíba	7,9	12,3	13,5	19,4		53,1
Santo André	5,8	7,5	9,0	43,4		65,7
São Bernardo do Campo	10,9	13,2	12,1	35,5		71,7
São Caetano do Sul	5,9	7,1	6,0	45,3		64,3
São Paulo	3,7	5,0	5,4	33,8		47,9
Suzano	7,6	9,5	12,0	36,7		65,8
Taboão da Serra	15,7	20,1	21,1	22,8		79,7
Total da Região	5,1	6,6	7,0	33,8		52,5

FONTE: VIII Recenseamento Geral — 1970. Censo Demográfico — São Paulo. IBGE, Rio de Janeiro, 1973.



“Quem trabalha em Diadema, mora fora. Quem mora em Diadema trabalha fora”, diz o prefeito, exprimindo uma situação que constitui a regra-geral da Grande São Paulo.¹⁷ Os deslocamentos assumem desta forma uma feição caótica. Efetivamente, o tempo médio de deslocamento subiu nos últimos 6 anos de 30% enquanto aumentam, fundamentalmente para a população operária que utiliza o transporte de massa, as distâncias a serem percorridas: “os usuários que moram na periferia da cidade... (permanecem) de 3 a 4 horas diárias nos veículos que os levam ao trabalho e trazem de volta para casa”.¹⁸ Ademais o intenso processo de motorização ocorrido nos últimos anos, expresso pela frota de veículos que passa de 120 mil na Capital em 1960 para quase um milhão em 1974, acirrou enormemente o congestionamento do tráfego. Em 1968 havia 7 milhões de deslocamentos diários, cifra que em 1974 passa para 13,9 milhões. Contudo, o que ressalta é a modalidade destes percursos diários. De um lado, o transporte individual: são os grupos abastados, possuidores de automóveis, cuja média de ocupação é de 1,2 pessoas por veículo. De outro, o transporte de massa apoiado em 7 mil ônibus — mais os 1.500 de empresas inter-municipais — que transportam diariamente 6,8 milhões de passageiros, carregando nos momentos de maior afluência cerca de 130 pessoas por veículo, o dobro da lotação máxima prevista. O transporte ferroviário de subúrbio, por sua vez, conduz 900 mil passageiros por dia: é o cotidiano dos “pingentes”, ou seja, 700 usuários que, duas vezes por dia, abarrotam uma composição que não deveria receber mais de 300 passageiros.

É claro que os assim chamados “problemas do trânsito” afetam a todos. A exasperação oriunda do congestionamento, buzinas, falta de estacionamento, a tensão decorrente do atropelo do tráfego e, até certa medida, a dificuldade de cobrir distâncias cada vez maiores e realizadas em tempos mais longos afetam as pessoas que se locomovem com seu

17. Exemplificando com mais alguns casos: segundo fontes da Prefeitura de Osasco, metade da população ativa trabalha em outros municípios; 59% dos 102 mil empregados existentes em São Bernardo em 1973 residiam fora do Município. Ademais, calcula-se que cerca de 100 mil pessoas chegam diariamente pela Via Dutra à Capital ou ao ABC. Os exemplos poderiam ser multiplicados.

18. Os dados aqui citados foram basicamente retirados de: Região Metropolitana de São Paulo — Diagnóstico: Condições Urbanas — Transporte. *op. cit.*



automóvel. Mas as situações mais penosas estão reservadas aos usuários dos transportes coletivos, no duplo trajeto que liga a residência ao trabalho.

Filas, superlotação, atrasos, perdas do dia de trabalho e, às vezes, a fúria das depredações não constituem simples "problemas do trânsito". As horas de espera e de percurso em detrimento do tempo de descanso, antes ou depois de uma jornada de trabalho via de regra longa e fisicamente esgotante, aumentam diariamente o desgaste daqueles que necessitam dos ônibus e trens para chegar a seus empregos.

Uma vez viabilizada a presença quotidiana da força de trabalho nas empresas, o custo desta viabilização, medido tanto em termos de desgaste nos deslocamentos como em termos monetários, só aparece como problema na medida em que afeta a produção ou a produtividade no trabalho: "o empregado, diz um vice-presidente da FIESP, não tendo que viajar três horas por dia para trabalhar, como acontece em São Paulo, poderá produzir mais e poupar não só a sua energia mas também a utilizada para seu transporte".¹⁹ Submetido a uma engrenagem econômica da qual não pode escapar, o trabalhador deve, para reproduzir sua condição de assalariado e de morador urbano, sujeitar-se a um tempo de fadiga que constitui um fator adicional no esgotamento daquilo que tem a oferecer: sua força de trabalho. Se além disso encontra-se nos níveis de qualificação mais baixos, em que a oferta de mão-de-obra é abundante, seu desgaste não representa prejuízo para as empresas, que podem substituí-lo logo que decaia a sua produtividade.

É fácil compreender que, na própria medida do crescimento de uma cidade, as distâncias aumentem e as áreas disponíveis para nova ocupação encontrem-se na periferia do espaço já povoado. Mas o que se passa em São Paulo não é somente isso. A periferia é o destino residencial dos trabalhadores, ainda que haja áreas vagas em locais mais próximos do centro, ou melhor providos de recursos básicos. E não são somente os recém-chegados que se devem dirigir aos bairros longínquos. As populações mais pobres que vivem nas áreas de povoamento antigo da cidade são dali expulsas pela valorização dos terrenos.

19. *Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 75 — Assentamento Industrial. op. cit.*

Os investimentos públicos costumam atuar como mola da especulação nas áreas centrais da cidade, quando zonas estagnadas ou decadentes recebem investimentos em serviços ou infra-estrutura básica. O surgimento de uma rodovia, a canalização de um simples córrego, enfim, uma melhoria urbana de qualquer tipo, repercute imediatamente no preço dos terrenos.

Nesse sentido, o fenômeno mais flagrante e recente talvez seja o que ocorre com as áreas contíguas ao trajeto presente e futuro do Metrô. O fato de recortar certos bairros da cidade remodela o uso e o tipo de imóveis existentes acelerando o encarecimento dos lotes disponíveis. Forja-se assim uma nova configuração espacial, que visa ao mercado residencial ou de serviços de camadas mais abastadas, enquanto os grupos pobres tendem a ser expulsos para áreas mais distantes. As desapropriações e os planos de "reurbanização" determinados pelo Poder Público aceleram ainda mais essa expulsão. Desta forma, um transporte de massa, que deveria servir ao deslocamento da população operária, transforma-se em instrumento dos interesses de estratos privilegiados.

Este processo de expulsão é intenso nos núcleos de rápida valorização da região metropolitana. O prédio Martinnelli é um exemplo dos procedimentos de "recuperação" efetuados em certas zonas, quando a valorização dos imóveis torna-se incompatível com a presença da população de renda baixa. O poder público impõe reformas, cujo custo está fora do alcance dos moradores mais pobres, forçando com isso sua transferência para áreas da periferia.

Assim são também, de certa forma, as favelas da Capital, que apesar da interdição formal de seu crescimento, abrigam atualmente cerca de 130 mil pessoas. Após os intensos desfavelamentos que ocorreram na Capital nos anos 60, as favelas tenderam a seguir o fluxo do desenvolvimento econômico que ocorria nas áreas mais industrializadas da Grande São Paulo. Apesar de inexistirem dados globais acerca da população favelada da Grande São Paulo,²⁰ sabe-se que ela é numerosa em

20. Os últimos dados disponíveis da PNAD assinalam a existência, na Região Metropolitana de São Paulo, de 54.739 barracos, com 255.977 habitantes, no último trimestre de 1971, e de 70.920 barracos, com 318.285 habitantes no fim de 1972. Se esse crescimento tiver continuado no mesmo ritmo, existirão no último trimestre de 1975 cerca de 590 mil habitantes da Grande São Paulo alojados em barra-

certos municípios — Guarulhos, Osasco, Diadema, São Bernardo do Campo, além da Capital — e que apresenta características sócio-econômicas semelhantes: trabalhadores braçais na construção civil, "biscateiros", não qualificados na indústria, voltando-se o trabalho feminino quase exclusivamente para os empregos domésticos remunerados. Os rendimentos familiares, em 80% dos casos, não ultrapassam dois salários mínimos. Embora os favelados sejam, em geral, migrantes, 41,1% dos que vieram de outros municípios estão há mais de 5 anos em São Paulo. Portanto não se trata apenas dos recém-chegados.²¹

A localização das favelas tende a seguir a trilha da industrialização, amontoando-se os barracos em áreas próximas ao mercado de mão-de-obra não qualificada. Os favelados são expulsos de seus barracos tão logo a valorização atinja os terrenos privados ou uma obra pública forneça ao terreno onde se localizam um novo destino urbano. Quando a pressão imobiliária e a repressão das favelas tornam-se mais vigorosas numa cidade da região, novas áreas faveladas surgem em municípios vizinhos, onde os negócios imobiliários ainda não se apresentam tão lucrativos. Neste particular, um caso típico é a transferência das favelas de São Caetano para Mauá, ocorrida há alguns anos, e que constitui um exemplo flagrante de "limpeza" de uma região marcada por intensa valorização imobiliária.

Além dos 130 mil favelados, há em São Paulo, 615 mil moradores de cortiços. Ademais, 1,8 milhão de indivíduos moram nas casas precárias da periferia. Tais cifras referem-se somente à Capital. Não obstante a inexistência de dados mais completos, sabe-se que as condições são semelhantes em outros municípios da região metropolitana.

Com a explosão do preço dos terrenos, a tendência é acentuar a expulsão de populações para a periferia, onde, dis-

cos. Nem todos podem ser considerados estritamente favelados, mas esses dados permitem ter uma idéia da magnitude do problema. Na Capital estima-se atualmente a população favelada em 130 mil pessoas, o que representa 80% a mais que o último cadastramento, realizado em 1973 pela Prefeitura do Município.

21. Ver, em especial, *Estudo sobre o fenômeno de favelas no Município de São Paulo*. São Paulo, Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São Paulo, 1974. (Boletim Habi-Copeá, Caderno especial, 01). Estes dados referem-se à Capital, em 1973.



tantes dos locais de trabalho, avolumam-se conjuntos de barracos e casas precárias, verdadeiros acampamentos desprovidos do mínimo de infra-estrutura. Os novos bairros operários, tanto no que se refere à qualidade das construções e da infra-estrutura básica, como no que tange aos aspectos legais de posse dos terrenos, não se diferenciam muito das favelas. As casas precárias da periferia são as "casas próprias", em que a lógica especulativa dos "loteamentos" fixou boa parte da classe trabalhadora.

Pouco mais de metade dos domicílios particulares da Grande São Paulo constitui-se de casas próprias ou em estágio de aquisição.²² Nessa proporção incluem-se tanto as mansões como as casas ou apartamentos de classe média, construídos com recursos próprios ou adquiridos através do BNH ou de outras formas de financiamento. Mas a maior parte das casas próprias de São Paulo foi construída, ao que tudo indica, pelos próprios proprietários, nas horas de folga e nos fins de semana, com a ajuda de parentes e ami-

QUADRO N.º 5

REGIAO DA GRANDE SÃO PAULO: SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES (1972)

SITUAÇÃO	N.º DE DOMICÍLIOS		N.º DE MORADORES	
	N.º absolutos	%	N.º absolutos	%
Próprios	885 453	43,51	4 039 717	45,29
Em aquisição	174 920	8,59	835 076	9,38
Subtotal	1 060 373	52,10	4 874 793	54,77
Alugados	768 477	37,76	3 182 203	35,76
Cedidos e outros	206 477	10,14	842 810	9,47
TOTAL	2 035 327	100,00	8 899 806	100,00

FONTE: PNAD, Regiões Metropolitanas, 4.º Trimestre 1971-1972. Rio de Janeiro, IBGE, s.d., p. 282.

22. Ver quadro n.º 5.



QUADRO N.º 6

REGIÃO DA GRANDE SÃO PAULO:
NÚMERO MÉDIO DE MORADORES POR DORMITÓRIOS
(1970)

MUNICÍPIOS	N.º DE MORADORES	N.º DE DORMITÓRIOS *	MORADORES POR DORMITÓRIO
Arujá	8 972	3 174	2,8
Barueri	36 889	11 293	3,2
Biritiba-Mirim	8 853	3 204	2,7
Cabeiras	14 089	5 058	2,7
Cajamar	10 215	3 678	2,7
Carapicuíba	51 900	16 558	3,1
Cotia	28 244	10 383	2,7
Diadema	75 544	22 028	3,4
Embu	17 457	5 355	3,2
Embu-Guaçu	9 120	3 285	2,7
Ferraz de Vasconcelos	23 645	7 319	3,2
Francisco Morato	11 091	3 327	3,3
Franco da Rocha	21 310	7 644	2,7
Guararema	12 085	4 482	2,6
Guarulhos	225 377	73 630	3,0
Itapeerica da Serra	23 471	8 115	2,8
Itapevi	26 686	8 200	3,2
Itaquaquecetuba	27 336	8 417	3,2
Jandira	11 770	3 435	3,4
Juquitiba	6 427	2 322	2,7
Mairiporã	18 829	6 792	2,7
Mauá	98 228	29 739	3,3
Mogi das Cruzes	135 798	48 629	2,7
Osasco	274 235	91 138	3,0
Pirapora do Bom Jesus	3 504	1 458	2,4
Poá	31 054	10 072	3,0
Ribeirão Pires	28 213	9 941	2,8
Rio Grande da Serra	7 564	2 444	3,0
Salesópolis	9 032	3 238	2,7
Santa Isabel	16 577	6 044	2,7
Santana do Parnaíba	5 125	2 144	2,3
Santo André	404 140	148 038	2,7
São Bernardo do Campo	191 864	68 847	2,7
São Caetano do Sul	145 366	55 963	2,5
São Paulo	5 641 330	2 239 201	2,5
Suzano	53 013	18 118	2,9
Taboão da Serra	39 156	11 590	3,3
Total da Região	7 753 509	2 964 301	2,6

FONTE: VIII Recenseamento Geral — 1970. Censo Demográfico — São Paulo — Rio de Janeiro, IBGE, 1973.

* Dormitórios ou cômodos utilizados para tal finalidade.

gos. Embora não se disponha de dados globais nesse caso, várias pesquisas parciais indicam que esse processo de construção é generalizado na periferia de São Paulo.²³

A construção da própria casa constitui, de um lado, a única possibilidade de alojamento para os trabalhadores menos qualificados, cujos baixos rendimentos não permitem pagar aluguel e, muito menos, candidatar-se aos créditos do Sistema Financeiro de Habitação. Por outro lado, essa "solução" do problema habitacional contribui para deprimir os salários reais pagos pelas empresas aos trabalhadores.²⁴ Eliminando-se dos custos de sobrevivência da força de trabalho um item importante como a moradia, os salários limitam-se a cobrir os demais gastos essenciais, como o transporte e a alimentação.

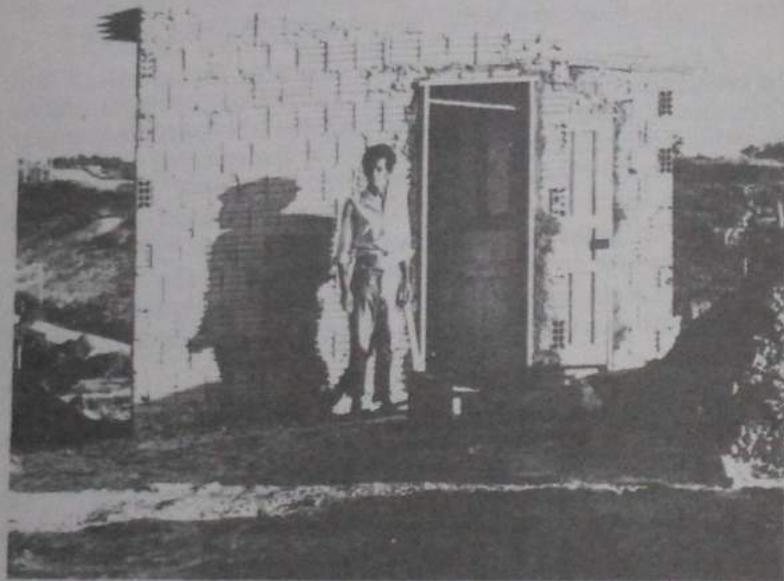
A casa própria tende a fixar o trabalhador num bairro. Entretanto o processo de desenvolvimento econômico que deu origem à formação dos bairros periféricos resultou também numa intensificação da mobilidade de emprego.²⁵ Os deslocamentos entre residência e trabalho tornam-se mais prolongados. Dessa forma, a transformação dos trabalhadores em proprietários de suas residências tornou-se fonte de dificuldades de vida adicionais.

Se a segurança de possuir um teto compensa em parte a insegurança dos trabalhadores em relação ao emprego, o conforto oferecido pela casa própria está longe de compensar as dificuldades que ela acarreta. A média de moradores por cômodo habitável nas casas da periferia da Capital é de 1,85 para os grupos cuja renda familiar atinge até 3 salários mínimos, isto é, 78% das pessoas, e de 1,58 para as famílias que contam com 3 a 6 salários mínimos, ou seja, 19% dos

23. Assim, por exemplo, uma pesquisa dirigida por Carlos Lemos mostrou que 88,5% das casas da região periférica pesquisada foram construídas pelos próprios moradores. Ver jornal *Opinião* (141), 18-7-75.

24. Para uma análise do papel da construção da própria moradia na intensidade de exploração da força de trabalho e sua coerência com as necessidades de acumulação do capital, ver: OLIVEIRA, F. de — "A economia brasileira: crítica à razão dualista", *Estudos CEBRAP*, São Paulo (2), out. 1972, p. 31.

25. No Estado de São Paulo, o *turn over* (rodízio de trabalhadores nos empregos) na indústria e no comércio foi de pouco mais de 50% em 1970, segundo dados do Departamento Nacional de Mão-de-Obra do Ministério do Trabalho.



casos.²⁶ Contudo, quando se computa o número de pessoas por dormitório a média atinge, para o conjunto da região metropolitana, 2,6 pessoas quando o padrão aceitável é de 1,5.²⁷

As condições de moradia são ainda mais precárias para os 615 mil habitantes dos cortiços situados, de modo particular, em áreas decadentes de bairros mais centrais: Bom Retiro, Brás e Bela Vista. Os cortiços tendem também a expandir-se, na medida em que se reurbanizam os bairros centrais, ao longo de outras áreas desvalorizadas, em especial as que margeiam os trilhos ferroviários: Perus, Pirituba etc. Nos cortiços vivem em média 3,6 pessoas por cômodo. A quarta parte desses cômodos não tem janelas externas. Contudo, em 67% dos casos, os moradores dos cortiços gastam menos de meia hora no percurso até o local de trabalho.²⁸

Favelas, casas precárias da periferia e cortiços abrigam basicamente as classes trabalhadoras, cujas condições de alojamento expressam a precariedade dos salários. Essa situação tende a agravar-se, na medida em que se vêm deteriorando os salários. Para cobrir os gastos básicos, considerados mínimos, — com nutrição, moradia, transporte, vestuário etc. — o trabalhador que recebe salário mínimo deveria atualmente trabalhar 466 horas e 34 minutos mensais, isto é, 15 horas e 55 minutos durante 30 dias por mês. Em outros termos, atribuindo-se um valor igual a 100 ao salário mínimo em 1970, este valor, 4 anos após, cai para 82. Segundo os cálculos do DIEESE, para atingir o valor imperante em 1958, o salário mínimo em 1975 deveria ser Cr\$ 1.413,00 e não de Cr\$ 532,80, ou seja, o último aumento deveria ter sido de 275% e não de pouco mais de 40%.²⁹ Tais cifras assumem sua real dimensão quando se tem em conta que, na Grande São Paulo, cerca de 19% dos empregados ganham até um salário mínimo mensal, 54% até dois e 75% dos assalariados até três rendimentos mínimos.

26. Ver: "Aspirações com relação a programa de Educação de Base", Caderno SEBES, 1973.

27. Ver quadro n.º 6.

28. Os dados apontados foram extraídos de: *Diagnóstico sobre o fenômeno dos cortiços no Município de São Paulo*, São Paulo, HABI-SEBES, 1975. Em 90% dos casos os moradores dos cortiços levam menos de 1 hora para chegar ao emprego, o que contrasta com o enorme tempo de deslocamento dos habitantes da periferia.

29. FONTE: DIEESE, São Paulo, abril de 1975.



Aos rendimentos baixos associam-se — além das condições subnormais de moradia, das várias horas diárias despendidas em locomoção e das jornadas de trabalho prolongadas — os índices de nutrição insatisfatórios e a maior exposição à mortalidade prematura.

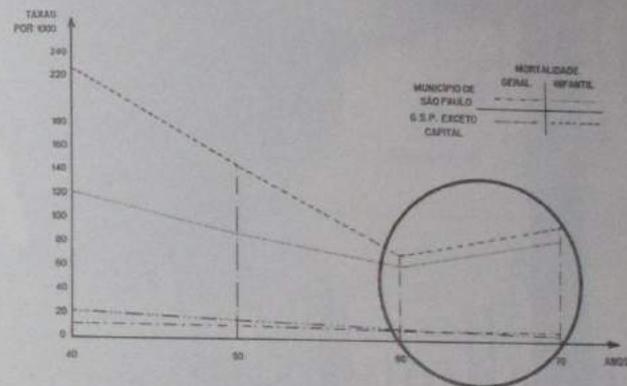
Entre 1940 e 1950 a taxa de mortalidade infantil na Região diminuiu de 30% e na década seguinte decresceu de 32%, contrastando com os últimos 13 anos em que aumentou de 45%. Como se sabe suas principais causas ligam-se a doenças infecciosas, que se relacionam diretamente às carências de saneamento ambiental e à subnutrição, fatores que geralmente aparecem associados. Quanto ao primeiro aspecto, já analisado anteriormente, é digno de nota que a população da capital servida pela rede de água passou de 61% em 1950 para 56% em 1973, enquanto a atendida pela rede de esgotos manteve-se estável em torno dos 35%. No conjunto dos municípios da Região, no entanto, em 1971, 35% da população eram servidos por esgotos ao passo que, quatro anos após, a proporção cai para 30%.³⁰ No que se refere à alimentação, um diagnóstico oficial afirma: “nas classes de renda mais baixa, o consumo de alimentos, além de diminuir quantitativamente, constitui-se de alimentos de qualidade ou tipos inferiores, de menores preços. (...) Com a diminuição do poder aquisitivo (queda do salário real) as classes mais pobres têm suas condições de alimentação sensivelmente prejudicadas (...). A desnutrição pode ser causa direta de morte, e atuar como fator preponderante e agravante de doenças infecciosas, aumentando a taxa de mortalidade infantil”. 52% da população da Capital e 73% da dos demais municípios da Região são subnutridos.³¹

30. Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 75 — Condições Urbanas — Saúde, op. cit., p. 5. A esperança de vida ao nascer, no Município de São Paulo era, em 1959/67 de 62,3 anos e em 1969/71 de 60,8 anos, ou seja, diminuiu de um ano e meio. Para a evolução das taxas de mortalidade infantil e geral na Capital e nos outros municípios da Grande São Paulo, ver os gráficos 1 e 2.

31. Idem, p. 19. A desnutrição aparece como causa básica ou associada em 28% dos óbitos, em menores de 1 ano da Grande São Paulo; retirando-se os óbitos neo-natais, a proporção sobe para 45%. Ademais, 65% das doenças infecciosas registradas na área foram associadas à desnutrição. FONTE: *Investigação Interamericana de Mortalidade na Infância, Distrito de São Paulo, 1968/70*. Comparam-se os dados referentes à desnutrição e nível de renda no quadro 7 e no gráfico 3. O quadro n.º 8 aponta os gastos em alimentação em cruzeiros e a proporção destes gastos no orçamento familiar por classes de renda.

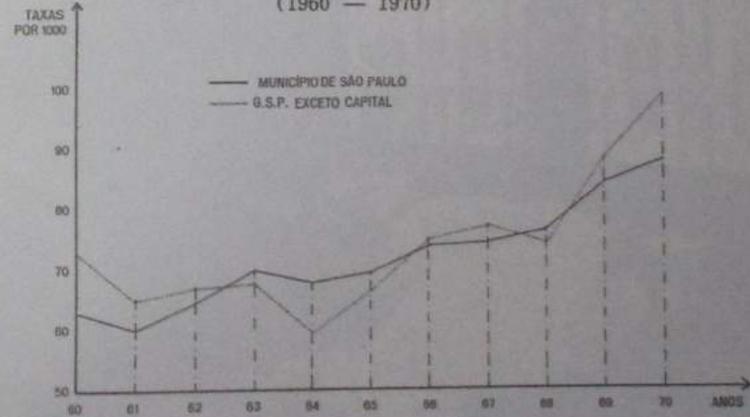


GRÁFICO N.º 1
 GRANDE SÃO PAULO:
 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE GERAL E INFANTIL
 (1940 — 1970)



FONTE DOS DADOS: CEBRAP — *Recursos Humanos da Grande São Paulo*. São Paulo, GEGRAN, 1971, V. 1, p. 74.

GRÁFICO N.º 2
 GRANDE SÃO PAULO:
 EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL
 (1960 — 1970)



FONTE DOS DADOS: CEBRAP — *Recursos Humanos da Grande São Paulo*. São Paulo, GEGRAN, 1971, V. 1, p. 74.



QUADRO N.º 7

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO: INDICES DE ADEQUAÇÃO DE CALORIAS E NUTRIENTES PARA A POPULAÇÃO TRABALHADORA AMOSTRADA SEGUNDO O NÍVEL DE RENDA (1969/70)

Nútrientes	Níveis de renda familiar			
	Total	Até 3,0 Salários	De 3,1 a 6,2 Salários	6,2 Salários e mais
Calorias	99,8	91,1	100,6	109,6
Proteínas	95,5	86,2	95,4	108,1
Cálcio	50,8	41,9	50,0	65,4
Ferro	107,1	101,0	107,6	114,3
Vitamina A	36,0	26,2	35,6	49,8
Tiamina	74,3	72,0	74,3	77,4
Riboflavina	63,0	53,9	62,0	77,6
Niacina	110,2	95,7	110,2	128,6
Acido Ascórbico	77,8	56,3	79,1	104,0
Níveis de Adequação dos 9 Nutrientes Pesquisados *	Bom	2	4	5
	Mau	2	1	2
	Péssimo	5	4	2

FONTE: DIEESE — "Família assalariada: padrão e custo de vida", *Estudos Sócio-Econômicos* (2), janeiro 1974.

* Níveis: Bom: de 95,0 a 100,0
 Mau: de 75,0 a 94,5
 Péssimo: abaixo de 75,0

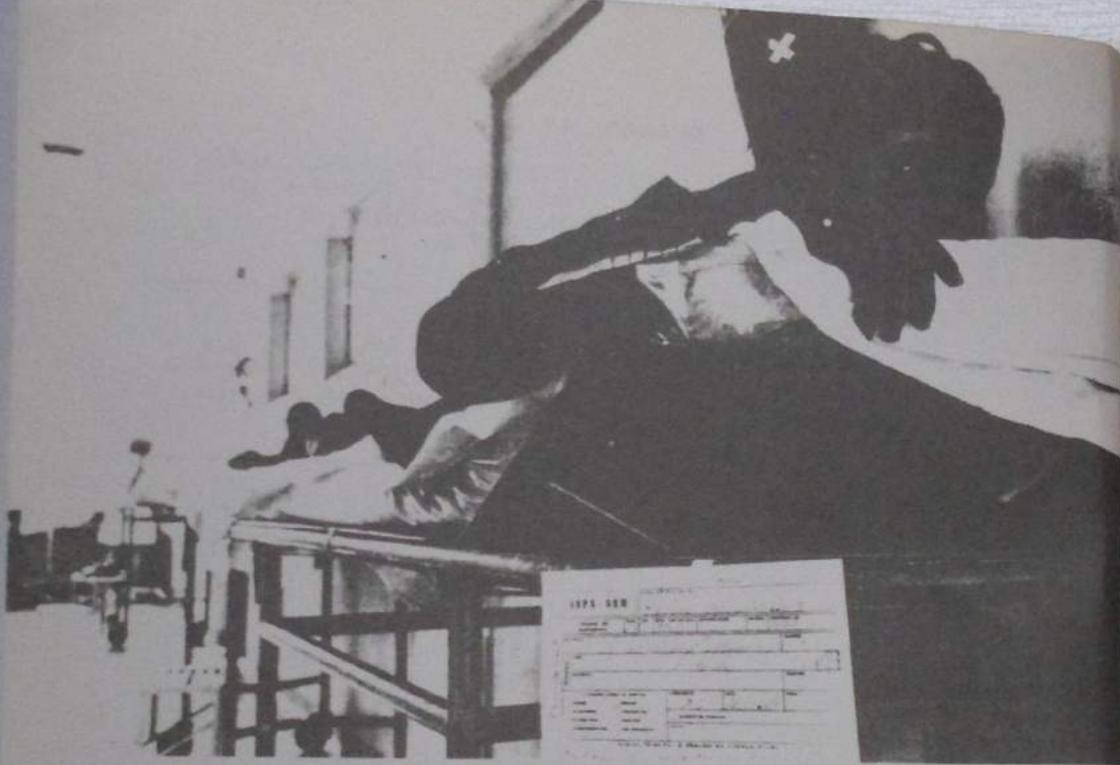
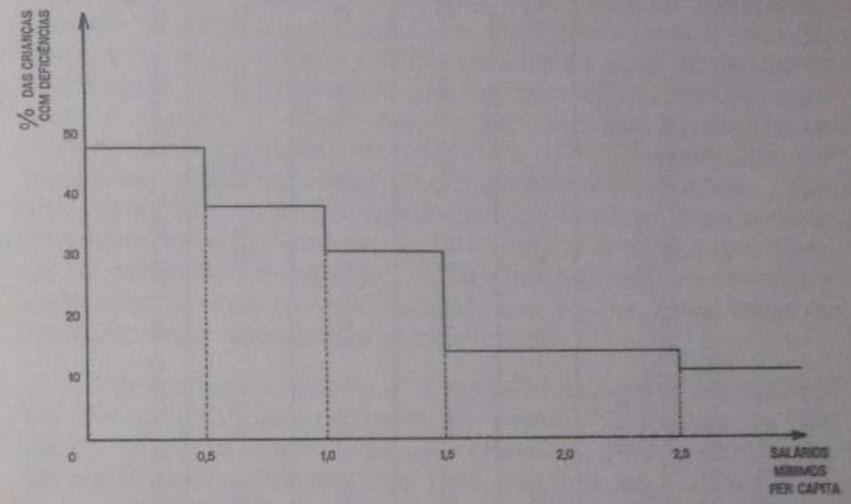


GRÁFICO N.º 3

PORCENTAGEM DAS CRIANÇAS, DE 6 MESES A CINCO ANOS, COM DEFICIÊNCIA EM NUTRIÇÃO PROTEICO-CALÓRICA, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDA FAMILIAR (Em salários mínimos per capita)



FONTE DOS DADOS: IUNES, M. et alii — *Estado nutricional de crianças de 6 a 60 meses no Município de São Paulo*. São Paulo, Instituto de Medicina Preventiva da Escola Paulista de Medicina e Instituto de Pesquisas Econômicas da U.S.P., 1975.

QUADRO N.º 8

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:

GASTOS EM ALIMENTAÇÃO E PROPORÇÃO DOS GASTOS EM ALIMENTOS POR CLASSE DE RENDA (1971 — 1972)

CLASSES DE RENDA FAMILIAR	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	TOTAL/MÉDIA
% sobre o total de famílias	0,95	5,45	45,41	13,40	9,00	5,88	4,66	2,19	2,51	1,97	1,38	4,08	3,02	100,0
Gastos em alimentação em cruzeiros	131	200	352	486	553	636	618	677	772	781	787	832	1.095	466
% dos gastos em alimentação sobre a renda	51,9	51,3	44,0	37,1	35,1	32,9	27,0	27,1	28,1	28,7	25,1	21,2	16,7	31,5

FONTE: KIRSTEN, J. T. *et alii* — *Orçamentos familiares na cidade de São Paulo: 1971-1972*. São Paulo, IPE-USP, 1973. (Série IPE Monografias, 3).

O quadro das condições de saúde é ainda agravado pelo fato de parte considerável dos trabalhadores não contar com os benefícios da Previdência Social. Deixando de lado os 490 mil trabalhadores autônomos da Grande São Paulo em 1972, cuja imensa maioria não tem carteira de trabalho, e tomando-se tão somente os assalariados, verifica-se que não mais de 70% possuem carteiras de trabalho assinadas. Quando se consideram apenas os homens — pois a mão-de-obra feminina é em boa medida canalizada para os empregos domésticos — a proporção dos que não têm a carteira assinada é de 20%.³² Além desses, 40% dos que procuram os ambulatórios e postos do INPS em 1974 deixaram de ser atendidos, o que corresponde a 4 milhões de consultas. Tais situações indicam o desamparo em que se encontram mesmo os empregados registrados, quando ocorre desemprego, doença ou acidente de trabalho, possibilidades sempre presentes para considerável parcela daqueles que só têm a sua força de trabalho para assegurar a sobrevivência.

Considere-se ademais o acentuado aumento dos acidentes de trabalho que ocorrem no Brasil. O Estado de São Paulo longe de fugir à regra, concentra grande proporção de acidentados: 712 mil em 1973, 780 mil no ano seguinte, o que corresponde a um índice de 1/4 em relação à força de trabalho registrada, fato que ganha sua real significação quando se tem em conta que na França essa relação é três vezes inferior.³³

De quase 4.000 acidentes na indústria paulista, cujas causas foram pesquisadas em detalhes, 23% foram devidos às falhas humanas, enquanto, nos casos restantes, "houve uma condição insegura, isolada ou associada como origem do acidente".³⁴ Os acidentes não decorrem apenas das condições técnicas de segurança no trabalho, mas também do cansaço já inerente às tarefas industriais e ainda agravado pelas jornadas de trabalho prolongadas e pelas contingências

32. Fonte: PNAD, *Regiões Metropolitanas, 4.º trimestre de 1971-1972*. Rio de Janeiro, IBGE, s. d., p. 256.

33. *Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 75, Desenvolvimento e Inovações Tecnológicas*, op. cit. No Estado de São Paulo a proporção de acidentados/dias úteis de trabalho tem aumentado de quase 10% ao ano.

34. Pesquisa realizada por Leda Leal Ferreira. Os resultados foram transcritos em parte no semanário *Opinião* (141), 18-7-75.



da vida do operário fora da fábrica, como o tempo dos deslocamentos, a subnutrição e o próprio nível de saúde. Mais da metade dos acidentes afetam os membros superiores dos operários e o uso de luvas, segundo técnicos do Ministério do Trabalho, reduziria os acidentes em 22% dos casos. Não há por que duvidar de tal afirmação. Contudo, entrevistas em profundidade revelam outro aspecto da história da industrialização recente. Os operários de uma seção da fábrica devem soldar certo número de pontos de uma placa que permanece determinado tempo em sua frente. Se houver erro na soldagem, a placa é perdida. O número médio de placas a ser soldado por hora é também determinado por estudo de tempos e movimentos e uma produção mínima é estabelecida, tendo em conta o desempenho dos operários mais hábeis. Os mais hábeis conseguem fazer tais operações com luvas. Os outros não. Trabalham sem luvas. Quando se ferem são multados. Por vezes há perda total ou parcial de unhas e dedos. Tal fenômeno ocorre em empresa multinacional moderna e dinâmica, sediada em São Paulo. Há outros exemplos em que as condições de trabalho e os resultados são semelhantes.

Tanto os dados sobre a situação de trabalho como os referentes às condições de vida revelam um agravamento da situação das famílias trabalhadoras de São Paulo, nos últimos anos. É claro que nem todos foram igualmente atingidos. O processo de desenvolvimento recente redundou no empobrecimento, não só em termos relativos mas inclusive em termos absolutos, de consideráveis parcelas das classes trabalhadoras. Contudo, o considerável acúmulo de riquezas registrado no mesmo período chegou a beneficiar certos estratos da classe operária, de modo especial os segmentos especializados, que, com o desenvolvimento e diversificação do parque fabril, conseguiram aumentar seus níveis salariais e participar, ainda que de forma restrita, dos benefícios da sociedade industrial.

Não obstante a situação de pobreza e a crescente deterioração das condições urbanas de existência, para muitos dos que vêm de outras regiões do Brasil, a fixação na Grande São Paulo representou uma melhoria econômica e social. Os dados mostram, entretanto, uma queda nos padrões de consumo básico dos trabalhadores em seu conjunto. Se para muitos perdura a imagem de que "a vida melhorou", tal avaliação pode decorrer de uma impressão de participa-

*Realizado
copiado
melhor
depois*



ção que se dá mais no nível simbólico do que no real. A sociedade de massas forja, através dos meios de comunicação, aquilo que pode ser designado de "mercado de ilusões": é o mundo das vitrinas, da televisão, dos painéis publicitários, onde os que subiram servem de exemplo e esperança para aqueles que só podem consumir na fantasia.

O contraste entre a sofisticação do consumo de uma minoria e as condições precárias de vida da maioria tende a ampliar-se. O modelo de expansão industrial, nos últimos 15 anos, apoiou-se justamente na produção de artigos de consumo durável e de luxo, destinados aos estreitos círculos de renda média e alta. Os estratos inferiores, excluídos desse mercado de consumo, pagaram não obstante alto preço. A deterioração das condições de vida da maioria da população trabalhadora acentuou-se, enquanto a economia do país crescia a uma significativa taxa de 10% ao ano, dando origem ao que, por muitos, foi designado "milagre brasileiro". Mas que tipo de milagre é esse, em que o desenvolvimento significa piorar a vida da maioria da população?

A lógica da acumulação que preside ao desenvolvimento brasileiro recente apóia-se exatamente na dilapidação da força de trabalho. Na presença de uma vasta reserva de mão-de-obra e na ausência de uma sólida organização sindical e política da classe operária, tornou-se fácil aumentar as taxas de exploração. O desgaste de uma força de trabalho subnutrida, em jornadas de trabalho prolongadas e em espinhosas condições urbanas de existência, torna-se possível na medida em que a maior parte da mão-de-obra pode ser prontamente substituída.³⁵

Do ponto de vista empresarial, em que o lucro é o objetivo máximo, essa lógica é impecável. Porém ela não prevalece somente para as empresas privadas. O que ocorre com os financiamentos públicos na construção civil é elucidativo: 80% dos empréstimos do BNH foram canalizados para as camadas de renda média e alta, ao mesmo tempo que naufragavam os poucos planos habitacionais voltados para as camadas de baixo poder aquisitivo. As pessoas com até 4 salários mínimos constituem 55% da demanda habitacional, ao passo que as moradias colocadas no mercado pelo

35. O pessoal qualificado na indústria representa em 1973, apenas 18% dos empregados no setor. FONTE: Relatório SENAI. São Paulo, 1974.

Sistema Financeiro de Habitação destinaram-se em sua maior parte a famílias com rendimento superior a 12 salários mínimos.³⁶

O que ocorre no setor da construção acontece também no planejamento urbano e no plano viário. Já se disse que o poder público em São Paulo andou a reboque dos loteamentos privados, providenciando bem ou mal os serviços de infra-estrutura nas áreas previamente ocupadas. Quando finalmente o plano viário passou a ser pensado na escala da cidade, de alguns anos para cá, poder-se-ia pensar que o interesse coletivo prevaleceria. No entanto, os vastos investimentos com a abertura de novas avenidas, vias expressas e elevados têm em vista principalmente o aumento vertiginoso da frota de veículos particulares, cujo índice de utilização é baixo, em detrimento dos transportes coletivos de que se serve a maioria da população.

QUADRO N.º 9

MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:
DEMANDA HABITACIONAL POR NÍVEL DE RENDA

SALÁRIOS	PORCENTAGEM DA DEMANDA
Até 2	21,43
2 a 4	34,01
4 a 6	17,46
6 a 8	15,45
8 a 12	6,32
12 a 20	3,44
20 a 28	1,45
28 e mais	0,15

FONTE: Plano Plurianual de Projetos CURA (1974), op. cit.

Numa situação em que as reivindicações e protestos coletivos estão bloqueados, os problemas vividos pela população só se transformam em "problemas públicos" na medida em que são compartilhados pelas camadas dirigentes.

36. Para a demanda habitacional por nível de renda no município de São Paulo, veja quadro n.º 9.

Pode-se dizer que a poluição do ar, malgrado localizar-se mais acentuadamente em áreas fabris, não deixa de afetar a todos. Existe, obviamente, nítida correlação entre pobreza e meningite. Não obstante o vírus ser seletivo, está no ar e pode afetar a todos ou, pelo menos, atemorizar a todos. O trânsito também de certa forma afeta a todos. Mas a subnutrição ou os acidentes de trabalho nada têm de "democráticos". Associam-se nitidamente com a população trabalhadora e seus danos, apesar de enormes, parecem suscitar um alarme cujo eco é bem menos estridente. Aparecem como problemas secundários, porque não diretamente vivenciados pelos grupos dirigentes e porque as camadas diretamente afetadas não possuem o poder de transformar o "seu" problema num problema coletivo.

O desgaste da força de trabalho pode igualmente transformar-se em "problema público" na medida em que afete o processo de acumulação, independentemente dos imperativos sociais que transcendem a engrenagem econômica. Se para o empresário individual pode ser rentável dilapidar uma força de trabalho que pode ser facilmente substituída, para a classe empresarial como um todo, o custo pode vir a ser pesado. A multiplicação dos problemas sociais, ecológicos e físicos que implicam na deterioração da vida da cidade pode vir a exigir a drenagem de recursos que poderiam ser canalizados para investimentos produtivos. Por enquanto, os empresários não parecem excessivamente preocupados com essa possibilidade. E a política governamental apóia-se de preferência nos estímulos ao lucro privado.

Na medida em que a iniciativa social e política das classes trabalhadoras continuar bloqueada, será difícil vislumbrar uma cidade verdadeiramente humana em São Paulo. Pois é o capital — e não a força de trabalho — que deteriora a vida metropolitana. Para o capital a cidade é fonte de lucro. Para os trabalhadores é uma forma de existência.

3

ACUMULAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

O confronto entre a riqueza material produzida em São Paulo e o padrão de vida dos habitantes da cidade provoca uma indagação: como se distribui a renda entre as diversas camadas da população? Essa questão está relacionada com a forma de crescimento da economia ou, mais precisamente, com o processo de acumulação do capital.

A distribuição de renda não é um "problema social", ao lado dos demais "problemas" existentes. Se a mortalidade infantil, o padrão alimentar, a escolaridade, a habitação, a higiene, os transportes, o lazer distribuem-se desigualmente entre os habitantes da cidade é porque os recursos necessários ao atendimento das diversas necessidades humanas repartem-se desigualmente. Se, além disso, o crescimento da economia não vem significando uma melhoria das condições de vida para a maior parte da população é porque a própria forma de aumento da riqueza assim o determina.

A distribuição de renda não é um fato posterior à produção de riquezas. Numa economia baseada na produção de mercadorias, é necessário que cada produto tenha comprador, ou seja, que o dinheiro correspondente ao valor de cada mercadoria esteja em mãos de alguém que possa gastá-lo. A organização do próprio processo produtivo determina a forma como a riqueza produzida se distribui entre salários e lucros.

Uma economia cresce na medida em que produz mais do que o necessário para repor o que foi gasto na própria



produção, tanto em matérias-primas e equipamentos como em dispêndio físico dos trabalhadores. O excedente assim obtido, medido em alguma unidade de valor, pode ser utilizado para aumentar a produção com o emprego de mais máquinas, mais matérias-primas, mais trabalhadores etc.; pode ainda ser utilizado para melhorar o consumo dos trabalhadores, através do aumento de salários, ou da classe patronal, através de maior retirada de lucros. Assim o crescimento da economia pode teoricamente dar origem à maior distribuição ou maior concentração da renda, segundo o padrão de acumulação existente.

A partir de 1968 a economia brasileira ingressou numa fase de crescimento acelerado, que se traduziu em taxas de expansão do produto interno bruto da ordem de 10% ao ano. Este ritmo de expansão estendeu-se até 1974. No entanto, a elevação gradativa da produção interna, longe de significar uma melhoria generalizada das condições de vida da população, implicou em grande parte no reforço da capacidade de acumulação das empresas. De fato, na medida em que a produção por trabalhador (produtividade do trabalho) cresceu, a partir de 1968, a taxas superiores a 5% ao ano, enquanto o salário mínimo real evoluiu a taxas, via de regra, *negativas*,³⁷ foi possível às empresas apropriarem-se da totalidade dos ganhos de produtividade obtidos, elevando dessa forma o nível do excedente gerado.

Por outro lado, no que se refere aos salários, ordenados e outros rendimentos pessoais, observou-se nos últimos anos um reforço da tendência à concentração. Se em 1960 já era flagrante a desigualdade na repartição da renda, com 5% da população absorvendo uma proporção da renda (27,3%) claramente superior àquela auferida pelos 50% de renda mais baixa (17,7%), em 1970 esta desigualdade acentuou-se ainda mais: 5% da população apropriaram-se de uma parcela de renda (36,3%) ligeiramente superior à percebida por 80% da população (36,2%). Desagregando os resultados verifica-se que em 1970, 1% da população teve uma participação na distribuição da renda (17,8%) significativamente superior àquela representada pelos 50% de renda mais baixa (13,1%).

37. É perfeitamente legítima a comparação da produtividade do trabalho com o salário *mínimo*, já que mais da metade da população brasileira auferia uma renda mensal de até 1 (um) salário mínimo (Veja-se mais adiante o quadro n.º 11).

QUADRO N.º 10

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL,
(% da Renda Total)

% DA POPULAÇÃO	% DA RENDA	
	1960	1970
A) 1% da população de renda mais elevada	11,7%	17,8%
B) 4% seguintes na escala	15,6%	18,5%
C) 15% seguintes	27,2%	26,9%
D) 30% seguintes	27,8%	23,1%
E) 50% restantes de renda mais baixa	17,7%	13,1%

FONTE: DUARTE, J. C. — *Aspectos da distribuição da renda no Brasil em 1970*. Piracicaba, ESALQ-USP, 1971.

QUADRO N.º 11

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NO BRASIL

RENDA EM SALÁRIOS MÍNIMOS	PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM RENDIMENTOS MONETÁRIOS	
	1970	1972
Menos de 1 S.M.	50,2%	52,5%
De 1 a 2 S.M.	28,6%	22,8%
De 2 a 3 S.M.	10,2%	9,8%
De 3 a 7 S.M.	7,1%	9,4%
De 7 a 10 S.M.	1,7%	2,3%
Mais de 10 S.M.	2,2%	3,2%

FONTE: SINGER, P. — "Mais pobres e mais ricos". *Opinião* (116), 24-1-75.

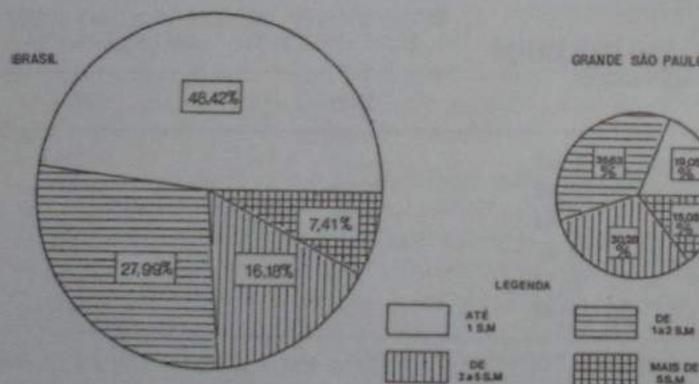
As tendências recentes à concentração da renda tornam-se ainda mais claras quando se observa a distribuição da população por estratos de rendimentos, tomando-se como base o salário mínimo. Entre 1970 e 1972, a proporção já elevada dos que não chegam a auferir sequer um salário mínimo ampliou-se ainda mais, passando de 50,2% para 52,5% da população com rendimentos monetários. Por outro lado, ampliou-se a faixa dos que ganham mais de três salários mínimos. Diminuíram assim os estratos intermediários, representados pela parcela da população que afe-

re de 1 a 3 salários mínimos, através de duas tendências contraditórias: alguns (3,9%) subiram na escala de renda e outros (2,3%) desceram. A tendência que revelam esses dados é a de "uma crescente minoria de ricos e remediados face a uma crescente maioria de miseráveis".³⁸ De fato, a persistir a tendência verificada entre 1970 e 1972 "teríamos em 1980 mais de 60% da população ganhando menos de um salário mínimo e cerca de 30% com mais de três salários mínimos".³⁹

Comparando-se os dados relativos à Grande São Paulo com os dados para o Brasil, observa-se que a proporção dos que auferem até um salário mínimo é visivelmente inferior na região metropolitana. Em consequência, a proporção dos que se situam nos estratos intermediários e elevados de renda é comparativamente maior em São Paulo.

GRÁFICO N.º 4

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA NA GRANDE SÃO PAULO E NO BRASIL
(Em porcentagens da população, segundo a renda em salários mínimos)



FONTE DOS DADOS: PNAD, Regiões Metropolitanas, 4.º trimestre, 1971-1972, Rio de Janeiro, IBGE, s. d.

Observação: Os cálculos foram feitos a partir da agregação dos seguintes itens: salário mensal dos empregados recebendo somente em dinheiro; salário mensal dos empregados recebendo em dinheiro, além de parte em bens; empregadores e trabalhadores por conta própria em atividades não-agrícolas. O gráfico exclui, portanto, os dados relativos aos empregadores e trabalhadores por conta própria em atividades agrícolas.

38. SINGER, P. — op. cit.

39. Idem, ibidem.

Essa situação relativamente privilegiada decorre da localização em São Paulo de grande parte do setor mais dinâmico da economia brasileira, razão pela qual tanto os salários quanto os lucros tendem a ser aí mais elevados do que no restante do país. Mais de 30% das pessoas de todo o país que contam com um rendimento mensal superior a 5 salários mínimos encontram-se na Grande São Paulo. Contudo, essa vantagem comparativa não significa que São Paulo escape às tendências à concentração de renda registradas para o conjunto do país nos últimos anos.

Dois levantamentos realizados pelo Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos, em 1958 e 1969, permitem acompanhar a situação da família trabalhadora típica na cidade de São Paulo. O confronto do que se apurou naqueles levantamentos demonstra que, no decorrer de 11 anos, a redução do poder aquisitivo do salário do chefe da família foi de 36,5%. Para compensar essa perda, a família do trabalhador foi compelida a colocar mais gente a trabalhar para o seu sustento. No entanto, mesmo com a ocupação de mais pessoas, a renda real da família caiu em 9,4%.

QUADRO N.º 12

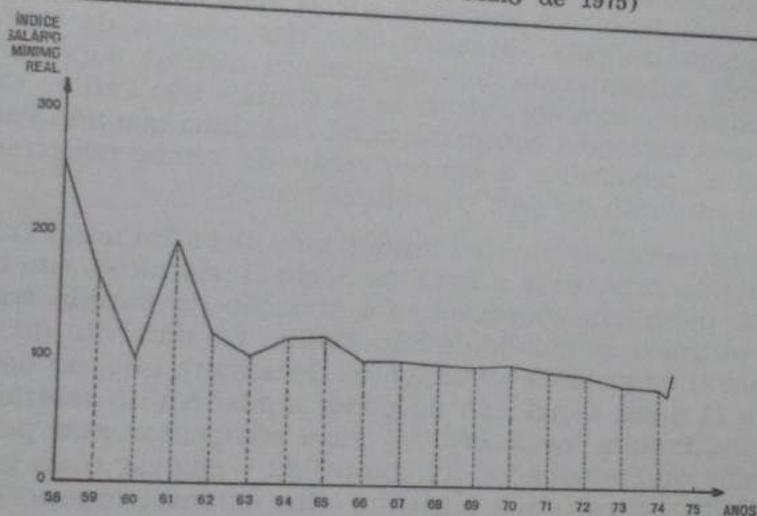
COMPARAÇÃO DA FAMÍLIA-TIPO DA CLASSE TRABALHADORA NA CIDADE DE SÃO PAULO, 1958-1969

	1958	1969
Número de membros	4,5	4,9
Membros ocupados	1,0	2,0
Renda mensal (preços correntes)	Cr\$ 10,15	Cr\$ 512,10
Renda real (preços de 1958)	Cr\$ 10,15	Cr\$ 9,20
Salário mensal do chefe (preços correntes)	Cr\$ 8,54	Cr\$ 361,03
Salário real (a preços de 1958)	Cr\$ 8,54	Cr\$ 5,42

FONTE: DIEESE — "Família assalariada; padrão e custo". *Estudos Sócio-Econômicos* (2), janeiro 1974, p. 25.

Para os trabalhadores menos qualificados a deterioração das condições de vida foi ainda mais acentuada, como revelam os dados sobre a evolução do salário mínimo.

GRÁFICO N.º 5

EVOLUÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO REAL EM SÃO PAULO
(Dezembro de 1958 a Maio de 1975)

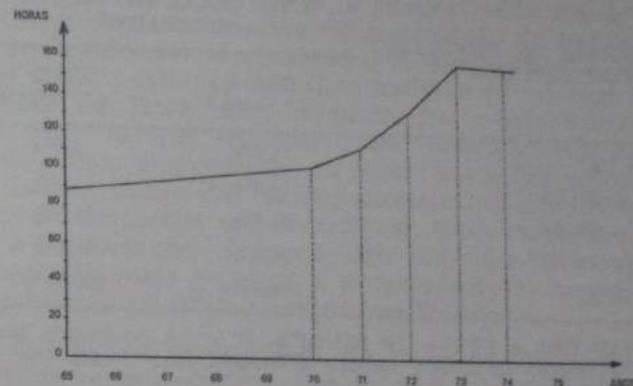
FONTE DOS DADOS: DIEESE. In *Jornal da Tarde*, 30-4-75.

Pesquisas periódicas realizadas pelo DIEESE indicam que o tempo de trabalho para aquisição de uma ração essencial mínima em São Paulo vem-se elevando significativamente nos últimos dez anos. Em consequência, verifica-se um aumento nas horas de trabalho das pessoas ocupadas, que parece corresponder a uma compensação para o declínio do salário real.⁴⁰ Exemplo desta tendência é o fato de que, em 1972 na Grande São Paulo, a proporção dos que trabalhavam mais de 50 horas semanais era de 20,38% para os que ganhavam até um salário mínimo, e de 26,54% para os que ganhavam entre 1 e 2 salários mínimos: em outras palavras, o custo da ascensão salarial está diretamente determinado pela super-utilização da força de trabalho.

A relação entre o nível salarial e o número de horas trabalhadas é importante para a compreensão do significado econômico do salário mínimo: na medida em que seu montante não atende às necessidades mínimas de sobrevivência

40. Ver Quadro 13.

GRÁFICO N.º 6

EVOLUÇÃO DAS HORAS DE TRABALHO NECESSÁRIAS A
AQUISIÇÃO DA RAÇÃO ESSENCIAL MÍNIMA — 1965-1975
(Base: salário mínimo em SP)

FONTE DOS DADOS: DIEESE. In *Jornal da Tarde*, 30-4-75.

Observação: É a seguinte a composição da ração essencial mínima:

Carne — 6,0 kg	Pão — 6,0 kg
Leite — 7,5 l	Café (pó) — 0,600 kg
Feijão — 4,5 kg	Banana — 7,5 dz
Arroz — 3,0 kg	Açúcar — 3,0 kg
Farinha de Trigo — 1,5 kg	Banha — 0,750 kg
Batata — 6,0 kg	Manteiga — 0,750 kg
Tomate — 9,0 kg	

da família trabalhadora,⁴¹ o salário mínimo representa o instrumento através do qual estimula-se e se legitima a utilização predatória da força de trabalho. Horas extras, trabalho feminino fora e dentro do lar, trabalho infantil, são expedientes que se tornam necessários para garantir a subsistência da família trabalhadora. O orçamento doméstico

41. Segundo pesquisas efetuadas pelo DIEESE, a se observarem as exigências impostas pela Constituição quanto "à remuneração mínima capaz de satisfazer, em determinado país, às necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte" (Decreto-Lei n.º 339), o salário mínimo deveria ser, hoje, de Cr\$ 1 880,44. (Ver *Opinião* (130), 2-5-75, p. 8).

QUADRO N.º 13

FORÇA DE TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA
HORAS SEMANAIS DE TRABALHO

(São Paulo)

N.º DE HORAS DE TRABALHO POR SEMANA	% DO TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS	
	1968 (2.º Trim.)	1972 (4.º Trim.)
Até 14 hs	1,6%	1,0%
De 15 a 39 hs	14,8%	11,3%
De 40 a 49 hs	59,4%	59,5%
Mais de 50 hs	24,2%	28,2%
TOTAL	100,00%	100,00%

FONTE: PNAD 1968 e 1972 — In SINGER, P — “A economia brasileira depois de 1964”, *Debate e Crítica*, São Paulo, (4), novembro 1974.

é reequilibrado graças à venda da força de trabalho de um maior número de membros da família e ao prolongamento da jornada de trabalho. Ora, essa expansão do volume de trabalho social posto à disposição do capital amplia ainda mais a massa de lucro, já que o custo de manutenção do trabalhador não se eleva.

Por outro lado, a fixação do salário mínimo em níveis irrisórios determina não apenas a super-utilização da força de trabalho não qualificada, como o próprio aviltamento da remuneração da força de trabalho qualificada. Tanto nos ramos como nas empresas mais dinâmicas e tecnologicamente mais desenvolvidas, a utilização de uma gama maior de níveis de qualificação requer a ampliação do leque salarial: enquanto os salários dos trabalhadores pouco qualificados é mantido em nível próximo ao mínimo legal, a remuneração dos trabalhadores de maior qualificação atinge níveis relativamente altos. No entanto, a produtividade do trabalho cresce a taxas sensivelmente superiores às do salário real médio na Grande São Paulo. Dessa forma, os ganhos de produtividade do trabalho não se traduzem em melhorias salariais para os trabalhadores, considerados em conjunto, mas constituem uma fonte adicional de acumulação para as empresas.

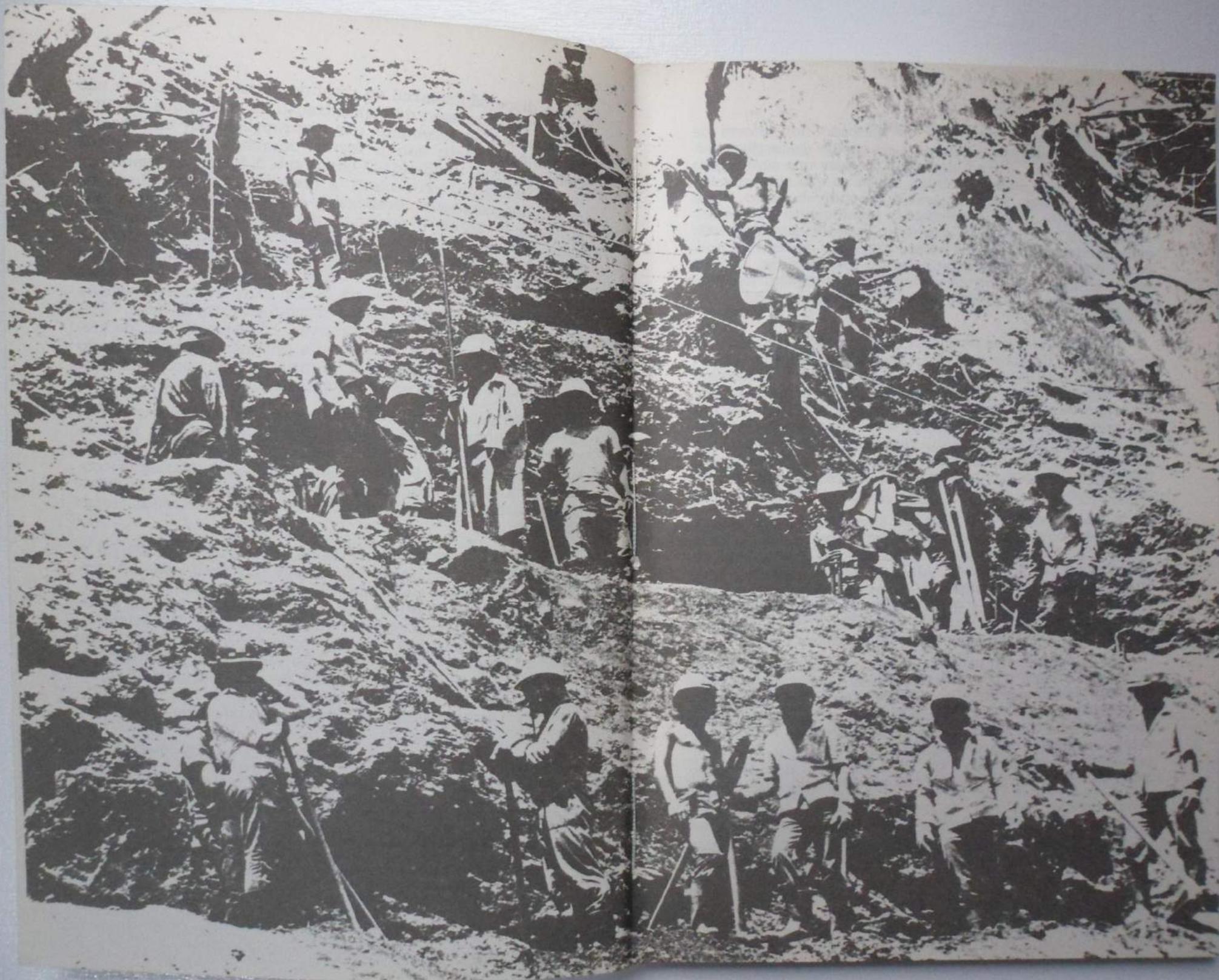
A dispersão salarial ao nível da classe trabalhadora não contraria o processo de concentração da renda, que se nutre da expansão do excedente, que é apropriado por uma pequena minoria, tanto sob a forma de renda da propriedade (lucros, juros, dividendos) como sob a forma de rendimentos do trabalho. Por certo, a concentração continuada da renda, que vem caracterizando a expansão da economia, não atinge igualmente o conjunto dos assalariados. Em 1972 mais de 50% dos que auferiam mais de 10 salários mínimos mensais no Brasil era composta por *assalariados*.⁴² Em boa parte os que recebem esses “salários” são ocupantes de empregos técnicos que, na maior parte dos casos, acham-se desvinculados das tarefas diretamente produtivas: trata-se de ocupações administrativas, tecno-científicas, de gestão e controle das empresas, cuja dinâmica de remuneração está muito mais próxima à propriedade do capital do que ao processo produtivo propriamente dito.⁴³

O próprio crescimento do nível de remuneração dos estratos superiores de empregados liga-se assim às necessidades do processo de acumulação. Ele só se torna possível na medida em que o crescimento médio dos salários se conserve abaixo do crescimento da produção, à custa do rebaixamento das condições de vida da maior parte dos trabalhadores.

Um efeito do processo de concentração da renda foi o de dinamizar a produção de mercadorias destinadas ao consumo dos estratos de renda mais alta, estimulando o crescimento do setor industrial correspondente: indústria automobilística, material elétrico e eletrônico etc. Paralelamente, os mecanismos de crédito ao consumo permitiram que algumas camadas da população de renda mais baixa participassem do mercado de produtos de consumo durável e de luxo, reforçando ainda mais as indústrias do ramo. As ilusões e expectativas criadas pela propaganda tiveram um pa-

42. SINGER, P. — “Quem são os ricos no Brasil”, *Opinião* (119), 14-2-75, pp. 11-12.

43. Segundo pesquisa recente, a taxa de crescimento do salário médio entre 1966 e 1969 na indústria de transformação do País, foi de 5,5% para os assalariados ligados à “administração” e de 3,3% para aqueles ligados à “produção” (Relatório IPEA n.º 26). Note-se que a pesquisa faz referência exclusiva às *taxas de crescimento* dos salários médios, e não a seus respectivos *montantes absolutos*. A determinação dos ganhos absolutos revelaria a existência de desníveis salariais superiores a 10.000%.



pel importante na ampliação do mercado dos setores de ponta, ao condicionar a estrutura de gastos de famílias menos aquinhoadas. Para a aquisição de bens que simbolizam o prestígio ou o sucesso, muitos foram os que comprometeram suas receitas futuras, através do endividamento, e até mesmo sacrificaram de imediato o atendimento de necessidades vitais: alimentação, vestuário, saúde e habitação. Os ramos industriais voltados para a produção de bens de consumo popular viram-se relativamente prejudicados, não só por essa nova estrutura de gastos, mas principalmente pela queda absoluta do poder aquisitivo de amplas parcelas da população.

Um exemplo dessa tendência pode ser visto na alteração dos padrões de consumo dos assalariados em São Paulo. Entre 1958 e 1970 o consumo entre as famílias de trabalhadores diversificou-se, com o aumento do número de produtos adquiridos, que passaram de 155 para 184. A estrutura dos gastos também modificou-se, com uma queda relativa das despesas de alimentação, vestuário, higiene pessoal e limpeza doméstica e uma elevação de outros itens, como transporte, equipamento doméstico, educação, cultura, recreação e fumo.

A queda verificada nos gastos com alimentação — que em 1958 ultrapassavam 45% do dispêndio total e caíram para 39% em 1970⁴⁴ — costuma ser interpretada como sinal de melhoria no padrão de vida. Mas, quando se considera que, no mesmo período, diminuiu a renda real das famílias consideradas, a conclusão é que só pode ter diminuído o consumo de alimentos *per capita*, “indicando a piora das condições alimentares da população trabalhadora”.⁴⁵

Os gastos com transportes elevam-se consideravelmente no período, para todos os estratos de renda incluídos na amostra. Mas, enquanto no estrato inferior de renda esse aumento pode ser basicamente atribuído ao alongamento das distâncias e à maior necessidade do uso de transportes coletivos, para o estrato superior 70,6% dos gastos com transporte representavam, em 1970, aquisição de veículos e gasolina. Não há dúvida de que o automóvel, que passou

44. Ou 64,3% em 1958 e 51% em 1970, quando se exclui o custo da moradia. Ver o Quadro n.º 14.

45. DIEESE — “Família assalariada; padrão e custo de vida”, *op. cit.*

QUADRO N.º 14

ESTRUTURA DO CONSUMO OPERÁRIO EM SÃO PAULO
1958 e 1970

TIPO DE DESPESAS	Proporções dos gastos familiares excetuando-se o custo da moradia *	
	1958	1970
Alimentação	64,3	51,0
Vestuário	14,3	10,6
Saúde	5,7	4,7
Limpeza doméstica	4,3	2,2
Equipamento doméstico	4,3	8,5
Transporte	2,9	11,5
Higiene pessoal	2,1	1,6
Educação, Cultura	1,4	4,6
Recreação, Fumo	0,7	5,3
TOTAL	100,0%	100,0%

FONTE: DIEESE — “Família assalariada: padrão e custo de vida”, *op. cit.*

* As despesas com a moradia representavam 30% do total em 1958 e 23,5% em 1970. Contudo, só faziam parte da amostra em 1958 as famílias que moravam em habitação alugada. Como cerca de dois terços das famílias operárias em São Paulo têm casa própria, a despesa com habitação em 1958 foi superestimada. Nesta tabela, refizeram-se os cálculos para evitar a distorção dos demais itens em função do montante atribuído à moradia.

a ser amplamente produzido no país justamente no período estudado, afetou o padrão de consumo dos assalariados de renda mais elevada. O aumento dos gastos com equipamento doméstico reflete diretamente a incorporação de aparelhos elétricos e eletrônicos no consumo dos assalariados. Tanto no estrato inferior como no médio, esses produtos representavam, em 1970, cerca de 60% dos gastos com equipamento doméstico. Só a televisão absorvia 42% desses gastos no estrato inferior e 29,1% no médio. No que se refere aos gastos com recreação e fumo, em 1970, 94% representavam compra de cigarros, em todos os estratos. O enorme aumento verificado pode dever-se simultaneamente à elevação dos



preços dos cigarros e ao aumento da difusão do hábito de fumar. Quanto à educação e à cultura, a maior parte dos gastos está relacionada com atividades escolares.

As transformações no padrão de vida dos assalariados em São Paulo ligam-se a duas ordens de fatores: 1 — Mudanças do meio econômico, que requerem da família operária gastos maiores em transporte e educação; 2 — O surgimento de “novos produtos” que, conforme o nível de vida da família, acabam sendo incorporados às necessidades de consumo: o papel desempenhado pelo automóvel junto ao estrato superior é representado pela televisão junto aos estratos médio e inferior.

É claro que a introdução de novas necessidades no padrão de consumo operário eleva os custos de subsistência da família trabalhadora. Dever-se-ia, portanto, esperar uma elevação correspondente nos salários. Por outro lado, para que os novos produtos sejam fabricados, é necessário que alguém possa comprá-los, o que implicaria também no crescimento da renda à disposição da população. Como se viu, o modelo de desenvolvimento posto em prática nos últimos anos consistiu em diferenciar os níveis de remuneração dos assalariados, criando uma camada de maiores rendimentos, entre os técnicos e trabalhadores qualificados. Entretanto, para a maior parte da classe trabalhadora, o novo padrão de vida vem implicando no sacrifício de necessidades tão essenciais como a alimentação, a saúde, a higiene, o vestuário. Dado que a renda real média das famílias assalariadas de São Paulo caiu de 9,4% entre 1958 e 1969, a participação da classe operária nas novas condições do mercado só foi possível graças à redução do consumo de comida, roupas, remédios e serviços médicos, produtos de limpeza pessoal e doméstica.

Essas condições tendem a se auto-perpetuar, na medida em que os novos padrões de consumo reforçam a capacidade de acumulação dos setores industriais mais modernos. Estes são os que criam as novas necessidades, tanto pela difusão dos “novos produtos” quanto pelas exigências de qualificação da “sua” força de trabalho. Mas, essas condições exigem, para que possam perdurar, uma piora ainda maior das condições de vida de certas camadas da população. Para que os trabalhadores mais qualificados possam ser melhor pagos, mantendo-se o nível médio de remuneração, é preciso que diminua o salário real dos menos qualifi-

cados. Para que possam piorar as condições de nutrição e saúde da classe operária sem comprometer a produção, é necessário reduzir as necessidades de força de trabalho das empresas ou diminuir o ciclo de vida produtiva dos trabalhadores individuais. Num e noutro caso, trata-se de selecionar permanentemente os mais aptos, excluindo os demais das oportunidades de emprego e remuneração. Isso só se torna possível na medida em que o número de trabalhadores disponíveis seja superior às necessidades das empresas e enquanto estiver bloqueada a capacidade da classe operária em seu conjunto para reivindicar melhores salários.

4

A TRAJETÓRIA DA CLASSE TRABALHADORA

Os níveis e as formas de remuneração que diferenciam as condições de vida na Grande São Paulo expressam as oportunidades de emprego para as diferentes camadas da população. Na medida em que se desenvolve a economia urbano-industrial, a organização da produção de bens e serviços torna-se mais complexa, acarretando o surgimento de novas e mais numerosas modalidades de trabalho. Por outro lado, por força das mudanças na organização do trabalho, do emprego crescente de máquinas e equipamentos aperfeiçoados e da própria qualificação dos trabalhadores, eleva-se a produtividade do trabalho, passando as empresas a requerer relativamente menos mão-de-obra. Como resultado desses processos, diferenciam-se as oportunidades de emprego e as condições de remuneração para os diversos setores da população.

Apesar da demanda crescente de certas categorias de trabalhadores, o emprego em geral não tem necessariamente acompanhado o crescimento da população. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), a taxa de participação da Força de Trabalho, que define a proporção da população que está trabalhando ou procurando trabalho, está decrescendo na Grande São Paulo. No último trimestre de 1971, de um total de 6,5 milhões de habitantes, cerca de 3,5 milhões, ou seja, 53,8% estavam na Força de Trabalho. Já um ano depois, no último trimestre de 1972, de um total de 6,8 milhões, cerca de 3,6 milhões, ou seja, 52,4% estavam na Força de Trabalho.

No que se refere às oportunidades de emprego, criam-se situações distintas para trabalhadores qualificados e não

qualificados. Entretanto, a maior parte das empresas da Grande São Paulo apóia sua produção, principalmente, numa força de trabalho que não necessita uma aprendizagem demorada, mas apenas um adestramento rápido. No setor industrial da Capital, por exemplo, havia cerca de 735 mil empregados entre 1972-1973, dos quais apenas 18% eram qualificados.⁴⁶

A existência de um excedente de força de trabalho em relação às necessidades do sistema produtivo permite que os empregadores estabeleçam outros critérios de preferência por certas categorias de trabalhadores, além dos requisitos de qualificação inerentes às tarefas. As características de sexo, idade, origem, cor da pele etc. passam a ter importância nas oportunidades de trabalho. A preferência por homens ou mulheres, jovens ou velhos, migrantes ou não-migrantes, brancos ou negros, pode resultar tanto de motivações econômicas como de preconceitos sociais. Em muitos casos, a discriminação contra determinadas categorias de trabalhadores revela uma utilização econômica de preconceitos de outra ordem, como por exemplo o menor salário pago a mulheres e crianças em relação ao dos homens adultos empregados em tarefas idênticas. Em outros casos, a discriminação de ordem econômica dá origem a discriminações sociais, como ocorre quando a mão-de-obra desgastada pode ser facilmente substituída por trabalhadores jovens, criando-se uma categoria de "velhos" sem relação direta com a idade biológica. Dessa forma, as discriminações sociais e econômicas reforçam-se mutuamente, diferenciando os trabalhadores e excluindo certas camadas do mercado de trabalho.

Entre 1971 e 1972, a taxa de participação da força de trabalho, entre os homens de 10 anos e mais da Grande São Paulo, baixou de 74,9% para 73,6%. Entre as mulheres, no mesmo período, a taxa de participação da força de trabalho decresceu de 33,2% para 31,6%.⁴⁷ Essa diminuição nas taxas de participação prende-se a um duplo processo: de um lado, à entrada mais tardia por parte dos jovens na força de trabalho porque há, pelo menos para certos grupos, maior permanência na escola, e porque está ocorrendo decréscimo da pro-

cura por trabalho infantil; por outro lado, a diminuição da taxa de participação decorre da substituição do trabalhador considerado idoso por mão-de-obra jovem, ou seja, a saída mais precoce da força de trabalho.

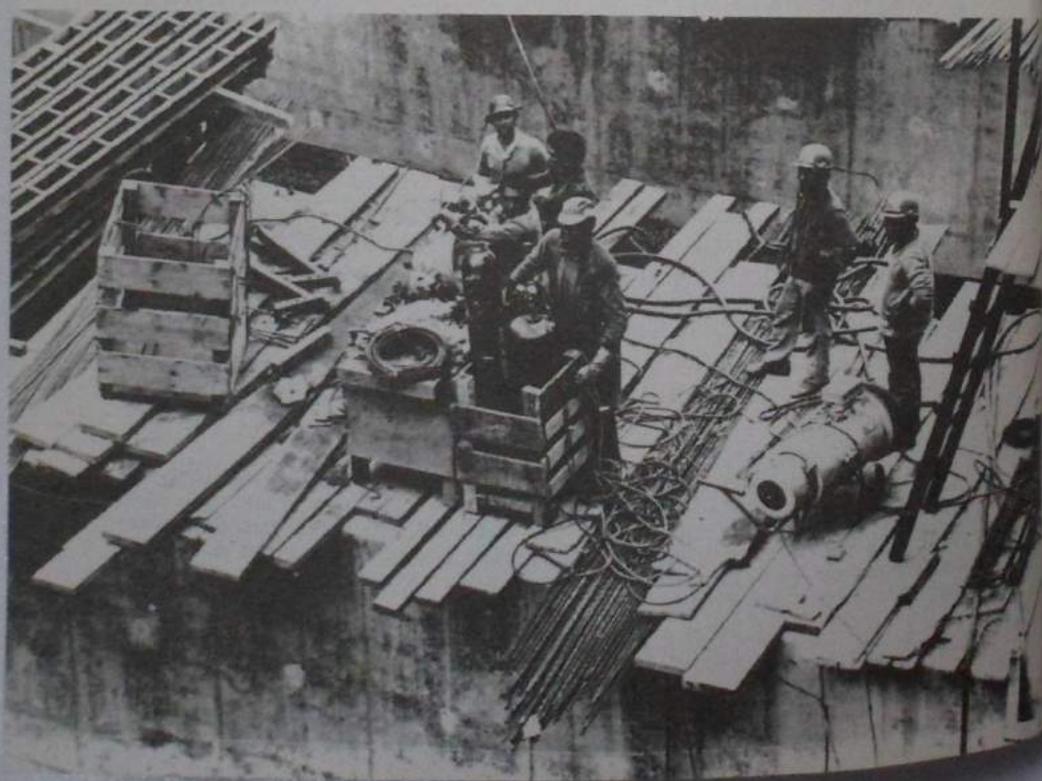
A análise das taxas de desemprego evidencia que, para a população com mais de 10 anos, a proporção da força de trabalho masculina desempregada atinge a ponderável cifra de 11,4%. Já no contingente feminino a taxa de desemprego é de apenas 6,9%.⁴⁸ Mas como se sabe que a proporção de mulheres que trabalha fora de casa é pequena, em comparação com a dos homens, pode-se afirmar que a taxa de desemprego feminino esconde outro fenômeno. É o desemprego, chamado "oculto" por não aparecer nas estatísticas, de enorme contingente de mulheres que não dispõe de emprego nem estuda, mas que, *pro forma*, desempenha atividade doméstica. É que a denominação de desempregado parece ser privilégio masculino em nossa sociedade. Mulher que não tem trabalho remunerado sempre arranja o que fazer em casa e, por isso, não se declara desocupada. A maior parte das mulheres que trabalham fora de casa está entre 20-24 anos de idade, decrescendo sistematicamente sua participação nas idades mais avançadas.

Na medida em que se passa dos grupos jovens aos mais idosos diminuem as taxas de participação: para a mulher sobretudo a partir dos 30 anos; para o homem sobretudo a partir dos 50 anos. Tais dados revelam um processo de utilização da força de trabalho que atua seletivamente quanto ao momento da exclusão das estruturas produtivas. Essa seletividade está apoiada no fato do contingente masculino ser suficientemente numeroso para tornar desnecessária boa parte do trabalho feminino desde os 30 anos, bem como para substituir a mão-de-obra masculina de mais de 50 anos por força de trabalho jovem. É significativo neste particular que entre 40 e 49 anos o desemprego masculino é de apenas 4,6%; nas faixas etárias seguintes dá um salto vertiginoso: entre 50 e 59 anos a proporção passa a ser de 24%, no decênio seguinte de 43% e, a partir dos 70 anos, de 64%.

48. Ver quadro n.º 15. São desempregados, além das pessoas desocupadas que estão procurando emprego, os indivíduos incluídos na categoria "outros" da PNAD, que estariam em condições de trabalhar. As porcentagens aqui apresentadas resultam da soma dos valores inscritos nas colunas referentes aos "desocupados" e "outros" das tabulações da PNAD.

46. FONTE: Relatório SENAI, 1973. São Paulo, 1974.

47. Segundo dados da PNAD — Regiões Metropolitanas, 4.º trimestre 1971-1972, Rio de Janeiro, IBGE, s. d.



Cria-se um ciclo de "vida produtiva" em que as empresas podem utilizar abusivamente de sua força de trabalho, alijando a mão-de-obra desgastada do mercado de trabalho. Decreta-se assim a incapacidade para o trabalho em função da mão-de-obra disponível, e surge, prematuramente, a categoria "velho", ainda que, em muitos casos, os trabalhadores excluídos do emprego estejam em pleno vigor de sua energia física e mental.

QUADRO N.º 15

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO, DESOCUPAÇÃO E INATIVIDADE POR SEXO E IDADE, NA GRANDE SÃO PAULO EM 1972

GRUPOS DE IDADE (Anos Completos)	TAXA DE PARTICIPAÇÃO (%)		DESOCUPADOS COMO % DA FORÇA DE TRABALHO		% DE "OUTROS" NA POP. DE 10 ANOS E MAIS *	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
10 — 14	9,4	7,7	12,2	6,6	10,8	7,7
15 — 19	70,0	49,5	8,6	7,2	6,5	2,9
20 — 24	91,0	51,0	4,7	4,6	2,3	1,0
25 — 29	96,8	38,7	2,5	1,4	1,4	1,1
30 — 39	94,8	34,2	1,3	2,4	1,6	0,6
40 — 49	92,6	30,6	0,7	0,5	3,9	0,4
50 — 59	74,9	20,2	0,6	0,3	23,3	2,9
60 — 69	46,0	10,3	0,4	—	43,0	4,4
70 e +	16,1	1,5	—	—	64,1	18,3
Total	73,6	31,6	3,0	4,0	8,4	2,9
(de 14 e mais)	84,4	35,3				

FONTE: PNAD, Regiões Metropolitanas. 4.º trimestre 1971-1972. Rio de Janeiro, IBGE, s. d., p. 233.

* "Outros" são pessoas fora da Força de Trabalho que não estão ocupadas em afazeres domésticos, nem freqüentam escola e tampouco não podem trabalhar.



QUADRO N.º 16

PORCENTAGEM DAS MULHERES QUE SÃO CHEFES DE FAMÍLIA, CÔNJUGES E QUE SE DEDICAM A AFAZERES DOMÉSTICOS, NA GRANDE SÃO PAULO EM 1972

GRUPOS DE IDADE	CHEFES	CÔNJUGES	AFAZERES DOMÉSTICOS
15 — 19	0,2	8,7	21,2
20 — 24	2,1	39,5	42,4
25 — 29	3,9	65,6	38,0
30 — 39	6,0	79,5	63,4
40 — 49	12,6	76,0	66,8
50 — 59	19,5	64,0	80,0
60 — 69	23,6	43,4	81,4
70 e +	25,3	15,0	69,5

FONTE: PNAD, *op. cit.*, pp. 228-233.

É ilusório pensar que as pessoas, com a idade, vão-se retirando da atividade econômica porque se aposentam e podem deixar de trabalhar. Todos sabem que a grande maioria dos trabalhadores não consegue, durante o seu ciclo produtivo, acumular o pecúlio necessário para a velhice. É também notório que, para a maioria, o valor das pensões, quando existentes, encontra-se em níveis incompatíveis com as necessidades vitais de sobrevivência. Além disso, na medida em que a idade avança, acentua-se uma situação irregular de trabalho: entre 15 e 39 anos a proporção de empregados masculinos com carteira de trabalho assinada encontra-se sempre acima de 70% do total. Entre 40 e 49 anos, tal proporção cai para 63%, no decênio seguinte para 50%, aos 60 anos é de 40% e aos 70 anos de apenas 20%.

A mão-de-obra feminina é ainda mais discriminada. A maior proporção de assalariadas registradas ocorre entre 20 e 24 anos (64%), decrescendo, a partir dessa idade, sistematicamente: entre 25-29 anos essa proporção é de 56%, entre 30 e 39 anos de 48%; as porcentagens vão drasticamente caindo até a idade de 60-69 anos, quando, apenas 16% da força de trabalho feminina têm a carteira assinada. Isto explica-se em boa medida pelo emprego doméstico remunerado, que ocupa pouco mais da quarta parte da força de

trabalho feminina na Grande São Paulo. As mulheres, além de se dedicarem às atividades de "prestação de serviços" (35% do total da força de trabalho feminina), estão também presentes na "indústria de transformação" (29%), no "serviço social" (13%) e no comércio de mercadorias (9%). Os homens distribuem-se nos ramos de atividade econômica da forma seguinte: 40% na "indústria de transformação",

QUADRO N.º 17
CLASSES DE ATIVIDADE, POR SEXO, NA GRANDE SÃO PAULO EM 1972

CLASSES DE ATIVIDADE	Em %		
	TOTAL	HOMENS	MULHERES
<i>Primário</i>	1,9	2,2	1,1
Atividades agrícolas	1,5	1,7	1,1
Extração mineral	0,4	0,5	0,1
<i>Secundário</i>	42,1	47,4	29,7
Indústria de Transformação	36,4	39,6	29,0
Indústria de construção	5,0	6,9	0,4
Serviço industrial de Utilidade Pública	0,7	0,9	0,3
<i>Terciário</i>	56,0	50,4	69,2
Comércio de mercadorias	12,8	14,3	9,4
Prestação de serviços	20,3	14,0	34,8 *
Transporte e Comunicação, e Armazenagem	5,0	6,7	1,1
Profissão liberal	2,5	2,4	2,8
Serviço social	6,1	3,1	13,1
Administração Pública	4,2	4,7	3,0
Outra	5,1	5,2	5,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0

FONTE: PNAD, *op. cit.*, p. 240.

* (Das quais 75,3% empregadas domésticas; 26,2% da FT feminina).

14% no "comércio de mercadorias", 14% na "prestação de serviços", 7% na "construção civil", 7% nos "transportes, comunicação e armazenagem".⁴⁹

A discriminação contra o trabalho do "velho" é crescente. Acelera-se particularmente nas últimas décadas, visto que, no Estado de São Paulo, a taxa de ocupação dos homens de mais de 45 anos caiu de 88% em 1940 para 84% em 1950 e para 71% em 1970.⁵⁰ A discriminação contra a mulher é muito mais antiga. O trabalho remunerado da mulher era excepcional no passado, a não ser na agricultura e no artesanato, onde a atividade econômica podia ser exercida no próprio lar. Com a industrialização, a mulher vai conquistando, aos poucos, um lugar na divisão do trabalho, sobretudo em certas atividades do Terciário: serviço doméstico, enfermagem, ensino primário, trabalho de escritório etc.

Verifica-se, de outra parte, que quando as mulheres vão conquistando lugares de trabalho em determinada atividade, esta vai-se tornando "feminina", com a conseqüente expulsão dos homens. Exemplo notório é o ensino primário, que no passado era exercido predominantemente por homens e que hoje se tornou campo de atividade exclusivamente feminino. Outras atividades como a biblioteconomia, o serviço social e, ainda, certos ramos auxiliares da medicina vão tomando o mesmo rumo. É como se os homens não pudessem suportar a competição feminina, desertando o campo tão logo um grupo numeroso de mulheres nele firma o pé. Na verdade, esta incapacidade de competir deve-se aos baixos salários pagos à mão-de-obra feminina.

A discriminação é visível nos dados sobre os níveis educacionais. As mulheres que trabalham apresentam um nível de escolarização mais elevado do que o da mão-de-obra masculina: 21% possuem o 1º ciclo — contra 19% dos homens —; 14% o 2º ciclo — contra 8% dos homens —; e 9% o curso superior, ao passo que só 7% dos homens que trabalham têm tal nível de formação. Isto não significa que as mulheres tenham nível de escolaridade mais alto que os homens. Ao contrário, a proporção de analfabetos é maior

49. Ver Quadro n.º 17.

50. SPINDEL, C. R. — "Disponibilidade e Aproveitamento dos Recursos Humanos do Estado de São Paulo e da Região Metropolitana". São Paulo, CEBRAP, 1973 (Cadernos CEBRAP, 15).



QUADRO N.º 18

GRAU DE INSTRUÇÃO, POR SEXO, DAS PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS, DE EMPREGADOS E DESOCUPADOS NA GRANDE SÃO PAULO — 1972

GRAU DE INSTRUÇÃO	HOMENS			MULHERES		
	Total	Empregados *	Desocupados	Total	Empregados *	Desocupados
Não alfabetizados	7,6	6,5	5,4	13,1	5,7	7,0
Elementar	58,5	59,5	64,5	57,5	50,9	51,7
Médio — 1.º ciclo	20,6	18,9	21,1	18,5	20,9	27,2
Médio — 2.º ciclo	7,3	8,1	4,9	7,8	13,9	9,8
Superior	6,0	7,0	4,1	3,1	8,6	4,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: PNAD, *op. cit.*, p. 264.

* Recebendo somente salário em dinheiro.

QUADRO N.º 19

GRAU DE INSTRUÇÃO DAS MULHERES, POR GRUPO DE IDADE, TOTAL E NA FT, NA GRANDE SÃO PAULO EM 1972

GRUPO DE IDADE	TOTAL	ALFABETIZADAS	ELEMENTAR	OUTRO
10 — 14	477 225	98,5%	58,0%	40,5%
15 — 19	462 984	96,8%	44,0%	52,8%
20 — 24	452 505	95,0%	55,8%	39,2%
25 — 29	383 443	92,3%	61,7%	39,6%
30 — 39	637 104	88,6%	65,9%	22,7%
40 — 49	471 282	81,0%	65,8%	15,2%
50 — 59	294 202	69,1%	57,0%	12,1%
60 — 69	175 032	60,6%	45,4%	15,2%
70 e +	99 198	49,7%	41,9%	7,8%
Total de mulheres	3 452 975	87,2%	57,7%	29,5%
Mulheres na FT	1 087 202	92,2%	55,1%	37,1%
Homens na FT	2 486 966	93,1%	59,5%	33,6%

FONTE: PNAD — *op. cit.*, pp. 238 e 276-280.

entre as mulheres (13%) do que entre os homens (8%), mas menor entre as mulheres que trabalham (6%) em comparação com o outro sexo (7%). Esses dados sugerem que a mulher consegue, em parte, superar as barreiras do mercado de trabalho quando, em comparação com os homens, apresenta maior nível escolar. Nas ocupações em que há necessidade de maior escolaridade, e portanto o nível de remuneração é, em média, mais alto, a tendência é absorver proporcionalmente maior número de mulheres. Entretanto o trabalho feminino nessas ocupações é acentuadamente pior remunerado do que o masculino. É o caso, por exemplo, das funções "administrativas", onde o salário mediano feminino está entre 2 e 3 rendimentos mínimos ao passo que o masculino é de 3 a 5. É também o que ocorre nas ocupações "técnicas, científicas e artísticas", onde a mulher ganha entre 2 e 3 salários e o homem de 5 a 7.⁵¹ Em outros termos, nas ocupações em que se requer maior grau de escolarização, as empresas preferem admitir mulheres, pois podem empregá-las a preços inferiores aos que pagam para o contingente masculino, dada a inoperância dos preceitos legais que asseguram a igualdade de remuneração para ambos os sexos. Por outro lado, com exceção do emprego doméstico, tradicionalmente uma atividade feminina, nas ocupações de baixa qualificação — onde a escolaridade não é requisito importante e o salário está próximo ao mínimo, sendo reduzidas as possibilidades de se pagar menos à mulher — prevalece a preferência pela mão-de-obra masculina.

No que se refere à situação da força de trabalho jovem, o sistema escolar merece novamente destaque. A expansão da escolarização atingiu, pelo menos nos graus elementares do ensino, parcela ponderável das classes trabalhadoras. Como conseqüência, as novas gerações apresentam níveis educacionais mais elevados em relação às mais velhas. Mas a questão não se esgota neste ponto. É necessário verificar se o aumento da escolarização expressa maiores possibilidades de ascensão social para os grupos pobres, ou se, a partir das novas exigências da divisão social do trabalho, reforça as diferenças já existentes.

O sistema educacional, nas sociedades urbano-industriais, tem uma significação importante nas oportunidades

51. Ver Quadro n.º 20.

QUADRO N.º 20

GRUPOS DE OCUPAÇÃO E SALÁRIO (COMO PROPORÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO), POR SEXO, NA GRANDE SÃO PAULO EM 1972

OCUPAÇÃO	Homens SM *		Mulheres SM *		Total	SM *
Administrativas	18,5	3-5	27,5	2-3	21,2	2-3
Técnicas, Científicas e Artísticas	6,3	5-7	12,1	2-3	8,0	3-5
Agropecuária, Extrativa Vegetal e Animal	1,2	0,5-1	0,2	0,25-0,5	0,9	0,5-1
Prod. Extrativa Mineral	0,2	1-2	—	—	0,1	1-2
Ind. de Transformação e Construção Civil	35,7	1-2	23,8	1-2	32,3	1-2
Comércio e Atividades Auxiliares	8,0	1-2	5,5	1-2	7,3	1-2
Transporte e Comunicações	6,6	2-3	1,0	1-2	4,9	2-3
Prestação de Serviços	1,9	1-2	20,0	0,5-1	7,2	0,5-1
Outra	21,5	1-2	9,9	1-2	18,1	1-2
Soma	100,0	2-3	100,0	1-2	100,0	1-2

FONTE: PNAD, *op. cit.*, p. 267.

* SM — Salário Mediano (em Salários Mínimos).

de trabalho. A criança ou jovem que não pode freqüentar a escola, ou que precisa abandoná-la, terá menores possibilidades de exercer no futuro uma série de ocupações que exigem conhecimentos prévios. O futuro profissional já se encontra em grande medida traçado e comprometido, durante o período de escolarização.

Não obstante o aumento do número de crianças e jovens que freqüentam escola em São Paulo, ainda há muitos que devem interromper seus estudos prematuramente. Há mesmo alguns dados que indicam uma relativa deterioração dos níveis elementares do ensino na Grande São Paulo: em 1966 havia 10% das crianças de 7 a 14 anos fora da escola e em



1971 tal proporção subia para 20%.⁵² Muitos são desde cedo excluídos da escola, e tal exclusão prende-se às condições sócio-econômicas de suas famílias. Os excluídos da escola, em grande parte dos casos, são crianças e jovens que precocemente precisam procurar trabalho: 9,4% dos meninos de 10 a 14 anos que vivem na Grande São Paulo trabalham, proporção que para as meninas é de 7,7%.⁵³ Tal situação revela um processo educacional precocemente interrompido.

Trabalhar prematuramente significa duplo fator de marginalização: uma socialização deficiente (por insuficiência de conhecimentos básicos de caráter instrumental) e uma ocupação que apresenta limites bastante estreitos quanto à viabilidade de capacitação profissional. Efetivamente, o trabalho oferecido a menores, em regra geral, não exige alto grau de conhecimento e habilidade. Nas ruas, feiras e residências, como vendedores, carregadores, "vigilantes", empregados domésticos, ou mesmo nos escritórios, como mensageiros, e nas indústrias, como auxiliares, suas tarefas não exigem conhecimentos prévios. Não é preciso formação para executar tais rotinas de trabalho. Nem tais rotinas levam a uma formação profissional que poderia, no futuro, permitir o acesso a situações mais compensadoras.

O trabalho prematuro é um dos aspectos que revela o comprometimento do futuro. O outro, e talvez o mais crucial, diz respeito à "inatividade": cerca de 14% dos meninos de 10 a 14 anos e 17% das meninas não estudam nem trabalham. Estas já se dirigem para os afazeres domésticos.⁵⁴ Na faixa etária subsequente aumenta a taxa de participação

52. FONTE: *Região Metropolitana de São Paulo: Diagnóstico 1975. Desenvolvimento Sócio-Econômico-Educação*. op. cit. Segundo o mesmo relatório, sabe-se que a média anual de evasões nos quatro primeiros anos do 1.º ciclo, entre 1971-1973, foi de 12%; o índice de evasão no ensino médio do 1.º ciclo foi de 7,5% em 1970 e de 10% em 1972. Sabe-se também, segundo o *Diagnóstico 75 — Promoção Social*, idem, que 98% das crianças da Região não têm acesso a recursos de recreação, e apenas 1% frequenta regularmente creches e parques infantis. Para cada 100 crianças matriculadas no 1.º ano primário em 1967, havia 67 na 4.ª série em 1970; no médio do 1.º ciclo, no mesmo período, para cada 100 no 1.º ano, havia 72 na 4.ª série, quatro anos após.

53. Ver Quadro n.º 15.

54. A proporção daqueles que não podem trabalhar é de 0,8% para o sexo masculino e de 0,6% para o feminino, segundo a PNAD (1972).

na força de trabalho, ao mesmo tempo que diminui a frequência à escola. Mas é digna de nota a alta taxa de desocupação que entre os jovens de 15 a 19 anos é de 15,1%, e entre as moças da mesma idade, de 10,1%. Contudo, 21,2% destas dedicam-se aos afazeres domésticos, embora apenas 8,9% sejam casadas ou chefes de família, o que significa que o serviço doméstico é, desde cedo, um disfarce que esconde a situação de desemprego.⁵⁵

Tanto para os menores que trabalham, como para aqueles que se tornam desocupados, delinea-se prematuramente o futuro de exclusão das oportunidades de melhoria social e econômica. Nada leva a afirmar que tal exclusão repousa na ausência de potencialidades individuais. Ao contrário, ela tem um caráter coletivo, determinado pelas carências materiais e culturais do círculo familiar.

Se o desenvolvimento da economia urbano-industrial na Grande São Paulo implica em readaptar a divisão técnica do trabalho diversificando os empregos, o diferencial de oportunidades sócio-econômicas transmitidas por "herança" constitui a mola mestra da distribuição da mão-de-obra na hierarquia ocupacional. É possível dizer que a remodelação da economia e da sociedade espelha os diferenciais de origem dos grupos sociais. Assim, para os filhos da classe trabalhadora é destinada uma escolarização rudimentar, precocemente profissionalizante, em que tanto a formação sócio-cultural como o adestramento prático visam à sua inserção nas tarefas de menor qualificação.

Com a diversificação da economia criam-se também empregos especializados. Mas não há que exagerar na extensão deste fenômeno: é mão-de-obra de baixa qualificação que prevalece, fruto de uma tecnologia e de uma organização do trabalho que requerem, principalmente, gestos repetitivos, atenção concentrada e dispêndio de força física. Por outro lado, para os descendentes das camadas médias criam-se novas atividades técnicas e administrativas no setor público e no privado que, freqüentemente, supõem formação universitária. Enquanto as ocupações de "mão-limpa" — situadas nas áreas das chamadas profissões liberais — atraem a maioria das preferências, as profissões designadas de "mão-suja" — trabalhos manuais — são consideradas inferiores. Esta dicotomia liga-se ao sistema de acesso a certos ramos de estudo,

55. Ver Quadros 15 e 16.

marcado por diferenciais de classe. Não só a presença de filhos de operários é relativamente pouco numerosa no ensino médio — e os jovens de origem operária são geralmente filhos de supervisores ou de operários qualificados — como a maior parte destes se dirige (quando no ensino médio) para os cursos profissionais. Os jovens de classe média têm acesso a cursos de tipo mais acadêmico, que abrem maiores possibilidades de ingresso ao ensino superior, enquanto os filhos das camadas mais modestas da população são canalizados (quando o são) para os cursos profissionais.⁵⁶

Do ponto de vista individual, as oportunidades abertas pelo desenvolvimento da cidade podem transformar-se, em certos casos, em melhoria das condições de vida. Mas, do ponto de vista coletivo, o desenvolvimento econômico de São Paulo vem significando uma perpetuação das desigualdades existentes.

A discriminação racial, entre outros fatos, mostra que a permanente reprodução das desigualdades na sociedade paulistana pouco tem a ver com a "livre competição no mercado" que a ideologia capitalista apregoa como explicação do caráter "natural" das hierarquias sociais.⁵⁷ O exame dos dados relativos à posição dos diversos grupos étnicos na divisão social do trabalho é elucidativo. Conforme indicam os dados do Quadro nº 21, referentes à posição na ocupação desses grupos, para o conjunto do país em 1950,⁵⁸ dentre os brancos 5,1% encontravam-se na condição de empregadores, ao passo que 28,3% trabalhavam por conta própria e os restantes eram empregados. Os negros, por seu lado, eram principalmente empregados (60,9%) e trabalhadores por conta própria (24,5%), sendo que menos de um por cento eram empregadores. A situação é um pouco diversa com relação aos mulatos. São relativamente poucos os empregadores (1,8%), mas são proporcionalmente mais

56. Ver: KOWARICK, L. e CAMARGO, C.P.F. de — *Problemas quantitativos e qualitativos da educação no Estado de São Paulo*. São Paulo, CEBRAP, 1971, p. 21 (mimeo).

57. As reflexões que se seguem foram retiradas e condensadas de IANNI, O. — *Negritude e Cidadania*, São Paulo, 1975. (inédito).

58. O ano de 1950 é o último para o qual se conta com dados censitários sobre a cor da população brasileira. No recenseamento de 1960 a pergunta sobre a cor das pessoas foi feita, mas os dados não foram processados. E em 1970, nem se fez a pergunta.



numerosos como trabalhadores por conta própria.⁵⁹ Essa estrutura ocupacional é significativamente diversa no Estado de São Paulo, conforme indicam os dados do Quadro nº 22. Em 1950, nesse Estado, os negros e mulatos estavam proporcionalmente mais concentrados entre os empregados. Os brancos empregadores eram proporcionalmente mais numerosos.

No que se refere à posição dos negros e mulatos na estrutura ocupacional da cidade de São Paulo, não se dispõe de dados para 1950, mas apenas para 1940. Em 1940 os negros eram apenas 4,79% do total da população do município de São Paulo; e os mulatos eram 3,40%. Os brancos são 90,72 e os amarelos 1,06% do total. Conforme indicam os dados do Quadro nº 23, os negros estão em sua maioria na condição de empregados (85,6%), ao passo que apenas 0,3% são empregadores e os autônomos são 11,6%. Os mulatos distribuem-se de forma ligeiramente diversa, com 0,6% empregadores e 12,3% autônomos. Dentre os brancos, por outro lado, são 3,6% os empregadores, 17,6% os autônomos e 77,6% os empregados. Entre os "amarelos", é elevada a percentagem dos que são empregadores (7,1) e autônomos (32,5).

QUADRO N.º 21

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS DA POPULAÇÃO BRASILEIRA, SEGUNDO A COR, EM 1950

COR	EMPREGADOS	EMPREGADORES	CONTA PRÓPRIA	MEMBRO DA FAMÍLIA	SEM DECLARAÇÃO DE POSIÇÃO
Branco	48,75	5,11	28,30	17,63	0,18
Mulatos	44,90	1,84	34,22	18,80	0,19
Negros	60,91	0,95	24,51	13,40	0,16
Amarelos	23,35	10,29	31,79	34,35	0,25

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil, IBGE, 1950.

59. Estes dados, bem como os seguintes, relativos aos Quadros 21 e 23, foram retirados de FERNANDES, F. — *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo, DIFEL, pp. 56-61.

QUADRO N.º 22

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO DAS PESSOAS ECONOMICAMENTE ATIVAS — ESTADO DE SÃO PAULO, 1950 *

COR	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO			
	EMPREGADOS	EMPREGADOS	CONTA PRÓPRIA	MEMBRO DA FAMÍLIA
Branco	65,2	5,2	16,3	13,4
Mulatos	75,5	1,3	11,4	11,8
Negros	79,4	0,9	9,1	10,6
Amarelos	23,3	10,1	31,7	34,8
TOTAL	65,7	4,8	15,9	13,6

FONTE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE — Conselho Nacional de Estatística, VI Recenseamento Geral do Brasil — 1950 — Série Regional, vol. XXV — tomo I, Estado de São Paulo, Rio de Janeiro, Serviço Gráfico do IBGE, 1954, p. 30.

* Foram omitidas as respostas sem declaração de posição.

QUADRO N.º 23

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS HOMENS E MULHERES DE 10 ANOS E MAIS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, E A COR, NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (1940)

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	C O R				TOTAIS
	Branco	Pretos	Pardos	Amarel.	
Empregador	3,6	0,3	0,6	7,1	3,4
Empregado	77,6	85,6	84,2	47,8	76,9
Autônomo	17,6	11,6	12,3	32,5	17,4
Membro da Família	1,1	0,5	0,4	11,7	1,2
Posição ignorada	1,0	2,0	2,5	0,9	1,1
TOTAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE: Recenseamento Geral do Brasil, IBGE, 1940.

Apud FERNANDES, F. — A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo, Dominus e EDUSP, 1965, vol. II, p. 102

Não há dados censitários sobre a composição étnica da população de São Paulo (cidade ou área metropolitana) para 1960 e 1970. Sabemos, no entanto, que a população da cidade e área metropolitana de São Paulo tem crescido bastante, a uma taxa bem maior do que o seu crescimento vegetativo. Entre 1960 e 1970, a população do Município de São Paulo cresceu a uma taxa de 4,54% ao ano. Essa taxa resulta de um crescimento vegetativo (resultante dos nascimentos e mortes) da ordem de 2,13% anuais e um crescimento migratório da ordem de 2,85% ao ano. Para a região metropolitana, as taxas anuais no mesmo período foram de 5,50% para o crescimento total, 2,36% para o crescimento vegetativo e 3,76% para o crescimento migratório.⁶⁰ Há indicações de que o crescimento por imigração havido na cidade e área metropolitana de São Paulo inclui boa porcentagem de negros e mulatos. Aliás, até 1956 os mulatos eram maioria, entre os migrantes, em comparação com os brancos e negros. A partir de 1957, os brancos passam a ser o maior contingente. Nem por isso, no entanto, os negros e mulatos deixam de chegar a São Paulo em contingentes ponderáveis.⁶¹ Em 1970, ainda é alta a presença destes entre os migrantes, conforme indicam os dados do Quadro n.º 24. Outra indicação do aumento percentual de negros e mulatos em São Paulo aparece nos dados rela-

QUADRO N.º 24

DISTRIBUIÇÃO DOS MIGRANTES SEGUNDO A COR (Cidade de São Paulo, 1970)

COR	NÚMEROS ABSOLUTOS	NÚMEROS RELATIVOS
Branco	163	50,93
Pardos	101	31,56
Negros	65	17,50
TOTAL	320	100,00

FONTE: JORDÃO NETTO, A. — op. cit., p. 109.

60. Ver Quadro n.º 3.

61. JORDÃO NETTO, A. — Aspectos Econômicos e Sociais das Migrações Internas para o Estado de São Paulo. São Paulo, 1973, pp. 111-122 (mimeo).



tivos à distribuição de crianças nascidas vivas, no Município de São Paulo, em 1961. Nesse ano, nasceram 13,70% de crianças negras e mulatas. Pode-se assim supor que a população negra e mulata aumentou em São Paulo, entre 1950 e 1960.

Em 1950 os negros e mulatos somavam 10,22% da população recenseada no Município de São Paulo.⁶² Segundo pesquisa realizada em 1967, a população "marginal" da região da Grande São Paulo apresentava naquela data cerca de 39% de negros e mulatos.⁶³ É de supor-se, portanto, que a participação de negros e mulatos na composição populacional da cidade de São Paulo e sua área metropolitana continua a refletir-se no sistema sócio-econômico e político em condições adversas para os negros e mulatos. Em proporção, eles são mais desempregados, analfabetos, marginalizados, pauperizados e assim por diante. É o que revelam os estudos sobre esses temas. Em pesquisa sobre a marginalidade social do menor, na área de São Paulo, os negros

QUADRO N.º 25

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO SEGUNDO A COR
(Em valores percentuais)
1967

COR	REGIÃO DE SÃO PAULO	ESTADO DE SÃO PAULO
Branca	60,8	86,0
Preta	8,3	8,0
Mestiça	30,7	3,0
Amarela	0,2	3,0
TOTAL	100,0	100,0

FONTE: Fundação Plano de Amparo Social — *Levantamento Sócio-Econômico das Populações Marginais — Região de São Paulo*. São Paulo, 1969, p. 95.

62. FERNANDES, F. — *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit., vol. 2, p. 101, quadro 3.

63. *Levantamento Sócio-Econômico das Populações Marginais — Região de São Paulo*. São Paulo, Fundação Plano de Amparo Social, 1969. Ver Quadro n.º 25.



e mulatos aparecem numa proporção elevada, se comparados com os brancos. Eles somam 42,35% do total de menores internados em estabelecimentos públicos e privados pesquisados em 1971.⁶⁴ Se tomamos os dados apresentados na tabela anterior, que dá 39% de negros e mulatos entre as populações "marginais" da Grande São Paulo, constatamos que os seus filhos aparecem em proporção ainda mais alta entre os menores internados.

Na cidade de São Paulo e na sua área metropolitana, os negros e os mulatos são principalmente assalariados da indústria, comércio, transporte, serviços urbanos etc. Apenas uma parcela deles encontra-se na classe média e praticamente não há negros e mulatos na alta burguesia. Além disso, os negros e mulatos ocupam em geral posições inferiores na própria classe operária. Quando ascendem a posições de maior prestígio, trata-se em geral de situações destacadas, como a música e o futebol. Muitas vezes, só conseguem escapar do trabalho "pesado" destinando-se a ocupações menos valorizadas socialmente, como a polícia civil e militar, os biscates de rua, a vigilância de automóveis etc.

A discriminação contra o negro não só barra o seu acesso a muitas ocupações melhor remuneradas ou socialmente mais valorizadas, como também faz dele mais facilmente um desempregado. Nada disso se explica por aptidões ou condições pessoais. Trata-se de condições sociais que reproduzem o preconceito contra o negro a partir de uma herança escravocrata. Desde a abolição da escravatura estabeleceu-se a diferenciação entre os trabalhadores brancos e os ex-escravos. Desde o princípio, os imigrantes e os seus descendentes tiveram melhores oportunidades. A própria imigração foi minimamente protegida, ao passo que o ex-escravo foi conservado à margem das oportunidades. Além disso, logo se formou um sistema de apoio e proteção entre imigrantes italianos, espanhóis, alemães e outros. É claro que esse sistema de apoio e proteção não alcançou senão uma parte dos imigrantes e seus descendentes. Mesmo assim ele possibilitou ou favoreceu a assimilação e a integração ocupacional dos imigrados, ao passo que os negros e

64. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — *A Criança, o Adolescente e a Cidade*, Semana de Estudos do Problema de Menores, São Paulo, 1973, p. 279.

mulatos ficaram em plano inferior. Foi somente com os novos surtos de industrialização e urbanização a partir das décadas dos vinte e trinta que os negros e mulatos começaram a encontrar novas oportunidades de ingresso no mercado de trabalho. Depois de 1940, com a expansão da indústria, dos transportes, comércio e serviços, os negros e mulatos passam a ser mais amplamente incorporados nos setores assalariados da cidade e da área metropolitana.⁶⁵

Em síntese, há duas tendências principais nas relações raciais em São Paulo. Em primeiro lugar, com a expansão e diferenciação da sociedade urbano-industrial, abre-se e diversifica-se o mercado de trabalho. Nessas condições, os negros e mulatos encontram novas possibilidades de ocupação e profissionalização. Em segundo lugar, na disputa pelas vagas e lugares de trabalho, na indústria, comércio, transporte etc., o preconceito racial coloca os negros e mulatos em segundo plano. Eles são deixados para fora do emprego ou colocados em posições econômica e socialmente inferiores. Entre um negro, um mulato e um branco, o empregador branco tende a selecionar o branco: na fábrica, na loja, no escritório, e outras situações de trabalho. Essa discriminação tende a acentuar-se nas ocasiões, aliás freqüentes, em que a oferta de braços excede a demanda. Daí por que os negros e mulatos estão em geral nas ocupações pior remuneradas e socialmente de menor prestígio.

É claro que nessas condições preserva-se e desenvolve-se toda uma cultura das diferenças étnicas e raciais. Mas os próprios preconceitos raciais acompanham, ideologicamente, a marginalização econômica. Num contexto de inferiorização econômica que os negros e mulatos compartilham com outros grupos da população, a própria discriminação social tende a ser compartilhada. Assim, os negros e mulatos da Grande São Paulo são freqüentemente associados aos migrantes nordestinos, e chamados, em tom depreciativo, "baianos".

A reprodução das desigualdades na sociedade paulistana atinge os trabalhadores em geral, mas afeta em especial certas camadas: jovens, mulheres, velhos e negros são mais

65. BASTIDE, R. e FERNANDES, F. — *Branco e negro em São Paulo*, 2.ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1959. FERNANDES, F. — *A integração do negro na sociedade de classes*, op. cit.

radicalmente excluídos das oportunidades de emprego e remuneração. Não se trata, porém, de situações "particulares". Ao estabelecer diferenciações desse tipo no interior das classes trabalhadoras, o sistema econômico pode explorar mais intensamente a sua força de trabalho. E selecionar aqueles que, numa situação de emprego restrito, poderão ser exauridos e substituídos a baixo preço.



5

TRABALHADORES, CIDADINOS E CIDADÃOS

Houve tempo em que a maior parte dos problemas vividos pela população da cidade de São Paulo era resolvida no âmbito do poder municipal. Uma câmara eleita e, extraordinariamente, a assembléia dos "homens bons" asseguravam o governo, podendo resolver com autonomia, até o Século XVIII, problemas referentes à "defesa, relações com os índios, administração eclesiástica, controle dos preços e das mercadorias, obras públicas e serviços municipais".⁶⁶

O poder político das câmaras municipais na colônia refletia diretamente o poder econômico na sociedade local. Os "homens bons", eleitores das câmaras e membros das assembléias extraordinárias, eram os proprietários cristãos. Excluía-se da participação política os judeus, os estrangeiros, os artesãos, os trabalhadores rurais ou, "falando de maneira mais ampla, a gente do povo".⁶⁷

A participação eleitoral estendeu-se, desde então, gradativamente. Primeiro, durante o Império ampliou-se o direito de voto entre as camadas mais ricas da população. Em seguida, durante a República, incorporaram-se ao corpo eleitoral parcelas crescentes das classes populares. Mas, ao mesmo tempo, complicaram-se as engrenagens políticas. A perda gradativa da autonomia das municipalidades, em relação ao governo central, e a diminuição do poder deliberativo dos órgãos de representação popular, com a ampliação da esfera de intervenção do executivo, iriam culminar com a

66. MORSE, R. M. — *Formação Histórica de São Paulo*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1970, pp. 30-31.

67. Idem, *ibidem*, p. 31.

situação atual, em que tudo ou quase tudo o que ocorre na cidade escapa ao poder de seus habitantes.

O progressivo desligamento entre a representação, outorgada pelo voto, e o poder de administrar processou-se tanto ao nível da municipalidade quanto nos governos estaduais ou federal. Em parte, esse processo deu-se através da transferência do poder de decisão, em uma série de questões, do legislativo para o executivo, sob o pretexto da eficiência técnica. Mas a base real dessa transferência encontrava-se na modificação das fontes de poder. Tratava-se de retirar a administração do jogo de pressões e contrapressões, típico das sociedades democráticas, mas aqui acimado de "demagógico". O ritual da representação foi conservado até certo ponto, nas eleições e funcionamento das câmaras, assembleias e Congresso. Mas o poder de decisão nas questões mais importantes passou a constituir exclusividade do poder executivo, ele próprio a salvo das eleições populares.

Não se pode ignorar, por outro lado, a imperfeição dos mecanismos eleitorais de representação, resultante tanto da organização político-partidária inautêntica, seja ela elitista ou populista, quanto das medidas de corte autoritário que impedem a livre manifestação do eleitorado. Mas, por mais imperfeita que tenha sido a representação eleitoral, nos diversos períodos de nossa história política, ela nunca o foi tanto como nos anos recentes. Para situar o exemplo no plano da cidade, basta verificar o contraste entre a câmara municipal dos tempos coloniais, que ao mesmo tempo deliberava e administrava, e a câmara de hoje, que nem delibera nem administra.

O período mais significativo da história política de São Paulo talvez se tenha situado fora desses extremos. O jogo da política de clientela caracterizou um longo processo de incorporação das massas populares na política, sob o controle das classes economicamente dominantes. Na medida em que se dissociava, ainda que abstratamente, a idéia de cidadania da condição econômica do indivíduo, tornava-se necessário fazer legitimar o poder político pela coletividade. Mesmo que isso não significasse, de fato, o poder direto da maioria, o jogo eleitoral influenciava os rumos do governo, quando mais não fosse, pela necessidade de granjear apoios na população. A política de clientela baseava-se no oferecimento de vantagens pessoais ao eleitor, ou, mais frequente-

mente, de benefícios governamentais a grupos ou camadas da população, em troca de apoio eleitoral. Em sua forma mais elementar, ela fazia depender as eleições de vereadores de sua capacidade de canalizar realizações da Prefeitura para determinadas camadas da população. Essa capacidade se exercia, algumas vezes através de proposituras e articulações na própria Câmara, outras através de barganhas de apoio eleitoral junto ao prefeito ou ao partido majoritário. Os vereadores não eram propriamente representantes do povo, mas delegados dos interesses de certas áreas da população (bairros, categorias profissionais, grupos étnicos ou religiosos etc.). Nos períodos de autonomia municipal, em que o próprio prefeito dependia para sua eleição desse tipo de apoios, estabelecia-se um equilíbrio entre os interesses dos grupos de maior expressão eleitoral, tanto na Câmara como na Prefeitura. Nos momentos em que, pela supressão da autonomia municipal, o prefeito passou a ser nomeado pelo governador, a influência dos vereadores sobre a administração dependia do poder que detivessem para facilitar ou bloquear, por medidas legislativas ou por sua capacidade de mobilização política, a atuação do executivo. De qualquer forma, o equilíbrio político da municipalidade era transitório, devendo ser referendado em cada eleição. A manipulação clientelística do voto, por sua própria natureza, condicionava a continuidade do poder à eficiência com que eram atendidos os reclamos dos grupos que detinham expressão eleitoral.

A incorporação das massas populares ao processo político deu-se mais intensamente em São Paulo sob a égide do populismo. Embora a política populista não excluísse a manipulação clientelística do voto, mas, ao contrário, a utilizasse amplamente, o contexto de mais ampla mobilização popular do getulismo, do ademarismo ou do janismo, englobava aspirações mais gerais do que as dos eleitores individuais ou as dos grupos de interesse. O populismo não colocava em questão a ordem política e econômica que diferenciava as condições de vida da população. Mas surgia, dentro dessa ordem de interesses diferenciados, como forma de representação de camadas desfavorecidas, permitindo maiores pressões populares sobre o poder político.

Quando se acompanham os resultados eleitorais em São Paulo, desde 1945 até 1975, verifica-se uma razoável coerên-

cia na manifestação popular.⁶⁸ As bases sociais das agremiações partidárias e das lideranças populistas parecem diferenciar-se segundo as condições sócio-econômicas da população. As correntes de opinião política expressam, na manifestação eleitoral, a divisão da população em estratos de renda e ocupação e os interesses diferenciados decorrentes da industrialização e da urbanização.

O Quadro nº 26, elaborado com base em dados de pesquisa realizada nas últimas eleições, mostra como se distribui atualmente a preferência dos eleitores da cidade de São Paulo, homens e mulheres de diversas condições sociais, entre os partidos. Verifica-se que a inclinação para o MDB entre os trabalhadores menos qualificados é sensivelmente superior à existente entre os empresários, altos funcionários, proprietários e pessoas que não trabalham, dando-se o inverso com as preferências da ARENA. Essa tendência confirma-se na observação dos resultados eleitorais segundo os bairros. O candidato do MDB ao Senado obteve 70% dos votos da capital contra 19% dados ao candidato da ARENA e 11% nulos ou em branco. Contudo essa diferença não se distribui ao acaso no mapa do município. No grupo de bairros residenciais "não-operários" da região centro-sul da cidade, a diferença de votos é de menos de 2 para 1 em favor do MDB. Essa diferença eleva-se nos bairros predominantemente operários e à proporção que se passa do centro para a periferia. Nos bairros periféricos de formação mais recente, situados do nordeste ao sudeste da cidade, a votação recebida pelo candidato do MDB foi oito ou mais vezes superior à alcançada pelo candidato da ARENA. Na votação para a Câmara Federal, as diferenças foram menores. Ainda assim é visível que a distribuição espacial das preferências do eleitorado acompanha a condição sócio-econômica da população.⁶⁹

68. Ver SIMÃO, A. — "O voto operário em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (1), 1956; FERREIRA, O. S. — "Comportamento eleitoral em São Paulo". *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (8), 1960; FERREIRA, O. S. — "A crise de poder do 'sistema' e as eleições paulistas de 1962". *Revista Brasileira de Estudos Políticos* (16), 1964; WEFORT, F. C. — "Raízes sociais do populismo em São Paulo". *Revista Civilização Brasileira* (2), 1965; LAMOUNIER, B. — "Comportamento Eleitoral em São Paulo: Passado e Presente". In: LAMOUNIER, B. e CARDOSO, F. H. (eds.) — *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

69. Ver os mapas publicados por LAMOUNIER, B., *op. cit.* pp. 23 e 25.

QUADRO N.º 26

PREFERÊNCIA PARTIDÁRIA, POR SEXO E STATUS OCUPACIONAL

STATUS OCUPACIONAL	HOMENS				MULHERES			
	Arena	MDB	Nenh. dos dois	(N)	Arena	MDB	Nenh. dos dois	(N)
Ocupações de nível baixo	14,9	85,1	—	(18)	13,1	72,0	15,0	(46)
Ocupações de nível médio	21,3	61,5	17,2	(136)	21,4	61,6	17,0	(85)
Ocupações de nível alto	27,6	48,9	23,5	(61)	27,9	48,6	23,5	(69)
Não trabalham	29,5	50,0	20,5	(65)	29,6	50,1	20,3	(360)
(N)	(75)	(148)	(57)	(280)	(148)	(307)	(105)	(560)

OBSERVAÇÕES:

- A preferência partidária foi medida pela pergunta: "O Sr. gosta mais de (ou se sente mais identificado com) algum dos partidos atuais: Arena ou MDB?"
- O status foi medido através de uma classificação de estratos ocupacionais. Consideram-se de nível baixo, nesta tabela, o serviço doméstico remunerado, ambulantes e biscateiros, trabalhadores manuais de baixa qualificação e semelhantes. De nível médio, operários qualificados e trabalhadores não manuais de baixa qualificação; de nível alto, funções não manuais qualificadas, gerentes e administradores, proprietários etc.
- Foram excluídos 90 casos não classificados em uma ou mais de três variáveis. Os números absolutos nas colunas e na linha assinaladas com "N" são as frequências antes das correções. Os percentuais da tabela foram porém corrigidos.

FONTE: LAMOUNIER, B. — *op. cit.*

Uma pergunta formulada na mesma pesquisa, acerca das imagens associadas aos partidos, permitiu concluir que "os partidos assumiram feições extremamente claras aos olhos do eleitorado. Entre os arenistas a resposta mais frequente é a de que a vitória de seus candidatos beneficiará a todos, sem distinção. Enquanto 60% destes eleitores deram essa resposta, somente 8,8% disseram "aos pobres" ou "à classe trabalhadora". As respostas emedebistas têm direção precisamente inversa entre essas duas alternativas,

com 31,5% referindo-se "ao povo em geral" e 36,1% esperando algum benefício para os pobres ou para a classe trabalhadora. Considerando-se que "a nação" ou o "povo em geral" são auto-imagens extremamente convenientes a qualquer partido, temos aí clara confirmação do propalado predomínio de uma visão do MDB como partido dos menos privilegiados".

"Entre aqueles que, embora tendo candidatos, não se declararam adeptos de qualquer dos dois partidos, o padrão de respostas é bastante sugestivo das representações do sistema político que acompanham a carência de identificação partidária. Em primeiro lugar, as respostas aparecem muito mais dispersas, a maior concentração dando-se justamente na categoria "não sabe", com 34,9 por cento. Em

QUADRO N.º 27

IMAGENS ASSOCIADAS AOS PARTIDOS, SEGUNDO O PARTIDO DO ENTREVISTADO

IMAGENS ASSOCIADAS AOS PARTIDOS	ARENA	MDB	NENHUM DOS DOIS
1. Beneficiará os pobres, operários etc.	8,8	36,1	11,9
2. A classe média	6,1	6,7	2,8
3. Aos ricos, à classe alta	3,9	0,6	1,0
4. A todos, à nação em geral	60,0	31,5	27,4
5. Aos políticos, ao próprio governo	0,2	1,8	5,0
6. Setores ou grupos específicos, respostas mistas ou não classificáveis nas demais	8,0	11,8	8,6
7. A ninguém, fica tudo na mesma	4,3	2,2	8,0
8. Não sabe ou não quis responder	8,7	9,3	34,9
(N)	(227) 100,0	(465) 100,0	(164) 100,0

FONTE: LAMOUNIER, B., *op. cit.*

segundo lugar, ocorre sensível aumento em duas categorias pouco importantes para arenistas e emedebistas: a dos que responderam "os políticos sempre se beneficiam a si mesmos" ou "ao próprio governo", que alcança 5% e a dos que não vêem qualquer beneficiário e acreditam que "vai ficar tudo na mesma", com 8%. Desânimo e automarginalização, ou pelo menos uma enorme pulverização de expectativas, são portanto os prováveis correlatos do não partidarismo, ao passo que ARENA e MDB assumem, aos olhos de seus simpatizantes, feições distintas: o primeiro como partido desvinculado de qualquer grupo ou classe em particular, o segundo deliberadamente atento aos interesses dos menos privilegiados".⁷⁰

As diversas pesquisas sobre o comportamento eleitoral na cidade de São Paulo revelam uma relativa coerência entre o voto, a condição sócio-econômica e as aspirações do eleitor. Isso não significa que os partidos e candidatos tenham-se comportado, em qualquer época, de modo coerente com o mandato recebido, como representantes dos interesses e aspirações manifestados por seus eleitores. Tampouco significa que esses eleitores tenham revelado uma confiança uniforme nos partidos e candidatos em que votaram. Os resultados eleitorais expressaram, não obstante, uma manifestação simbólica de interesses, diversificados segundo a estrutura social.

Por outro lado, a participação eleitoral não significa participação política ou partidária da população da cidade. Os partidos políticos em São Paulo quase sempre limitaram-se a funcionar nas vésperas de eleições, através da atuação de seus dirigentes, candidatos e cabos eleitorais. A militância política em períodos não eleitorais restringia-se aos partidos de expressão ideológica mais coerente, de esquerda e direita, com número restrito de quadros atuantes. As restrições institucionais às formas abertas de mobilização, e mais acentuadamente às organizações de esquerda, contribuíram por seu lado para limitar as manifestações políticas às épocas de eleição.

Os resultados eleitorais não revelam diretamente uma representação dos interesses das diversas camadas da população no sistema partidário. Revelam apenas uma escolha dos eleitores entre as opções que lhes foram oferecidas.

70. LAMOUNIER, B., *op. cit.*, pp. 35-36.

dentro de um sistema do qual não participam. Além disso, uma parte ponderável do eleitorado tem-se recusado a identificar-se com qualquer das opções oferecidas. O Quadro nº 28 apresenta os resultados das três últimas eleições para a Câmara dos Deputados no Estado de São Paulo. Por eles verifica-se que nada menos de 46% dos eleitores, em 1966 e 1970, e 32%, em 1974, deixaram de votar, votaram em branco ou anularam seus votos.

QUADRO N.º 28

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA DOS DEPUTADOS
(Estado de São Paulo)

	1966	1970	1974
Arena	1.407.410	2.627.422	2.028.581
MDB	1.222.573	902.713	3.413.478
Branco e nulos	1.149.828	1.870.763	1.675.809
Abstenções	821.683	1.147.937	906.731
TOTAL	4.901.494	6.548.835	8.024.599

FONTE: Tribunal Regional Eleitoral.

O que revelam sem margem de dúvida os dados eleitorais é a profunda insatisfação da população de São Paulo com os rumos políticos do país. A pequena votação recebida pelo partido governista não se traduz, contudo, em modificação do quadro político, rigidamente controlado.

Não é preciso insistir no caráter simbólico das manifestações eleitorais, diante da impossibilidade previamente conhecida de rotatividade do poder. Mas podem-se questionar as razões por que a amplitude da oposição aos rumos políticos do país, manifestada por ocasião das eleições, não se traduz com igual intensidade em movimentos sociais autônomos, que coloquem em questão o sistema político.

É claro que as mesmas condições institucionais que tornam ineficaz o voto também afetam as possibilidades de manifestação eficaz em outros níveis. Toda a organização estatal brasileira está voltada para bloquear e, quando necessário, reprimir as formas organizadas de inconformismo. Ao mesmo tempo em que a legislação eleitoral proíbe a

organização de partidos que se oponham ao regime, toda atividade política à margem dos partidos oficiais é reprimida. Movimentações políticas autônomas só chegaram a ocorrer em São Paulo quando, como por ocasião das mobilizações estudantis e operárias de 1968, conjunturas de crise tornavam ineficazes os instrumentos de coerção; ou, como ocorreu com as organizações armadas de esquerda no final dos anos 60 e início dos 70, quando a atividade política refugiava-se na clandestinidade. Em ambos os casos, faltavam as condições básicas para a atividade política permanente da população, que dá sentido e conteúdo aos movimentos sociais.

Numa situação em que a organização dos cidadãos não pode expressar as diferenciações de interesses e aspirações que brotam da vida real, a política transforma-se em atividade especializada dos "políticos". Ao cidadão comum é vedado ocupar-se das questões referentes ao poder, salvo quando chamado a fazê-lo, simbolicamente, nas eleições.

Entretanto, se a participação eleitoral do cidadão é, via de regra, simbólica, há outros níveis em que sua presença é mais direta. Enquanto habitante da cidade ou enquanto trabalhador, sua vida e seus problemas estão sem dúvida determinados pelas condições mais gerais do país, econômicas e políticas. Se essas condições gerais não escapam à sua consciência, como revelam as manifestações eleitorais, por que escapariam as condições imediatas que o afetam enquanto cidadão ou trabalhador?

As organizações de caráter reivindicativo expressam ao mesmo tempo as aspirações específicas de certas camadas da população e as condições políticas e econômicas gerais em que se inscrevem essas aspirações. O caso das associações de bairro em São Paulo é um bom exemplo das relações entre as lutas específicas em torno de carências localizadas e as condições políticas gerais.

As associações de bairro não surgiram somente da consciência de que há carências da vida urbana que tornam necessária a reivindicação. Elas surgiram também da consciência de que — seja pela rigidez do sistema político, seja pela perda de autonomia da municipalidade — os habitantes da cidade encontravam-se afastados dos organismos de decisão dos problemas que os atingiam. É isso que explica o peso político que tiveram as organizações reivindicativas



locais e a importância que assumiram os movimentos autonomistas em certos momentos da história da cidade. É também o que explica a considerável mobilização realizada pelas associações de bairro, em diversos momentos, embora apenas uma proporção de pouco mais de 3 por cento da população paulistana participe dessas sociedades.

As Sociedades de Amigos de Bairros surgiram em São Paulo no período de redemocratização do pós-guerra e tiveram seu crescimento mais notável na década de 1950. Tratava-se de um período de intensa mobilização política, em que tanto os partidos como as lideranças populistas disputavam as preferências da população. Ao que parece, as primeiras Sociedades de Amigos de Bairros surgiram, em sua maior parte, da simples transformação estatutária de comitês eleitorais, imediatamente depois de realizadas as eleições. Para os partidos e líderes políticos, a transformação permitia manter organizadas suas bases de apoio, à espera da eleição seguinte. Para as populações dos bairros mais carentes de recursos básicos, a articulação em torno de líderes políticos permitia o acesso aos poderes públicos e, em certos casos, a obtenção de melhorias nos equipamentos e serviços locais.

Um segundo momento na história das Sociedades de Amigos de Bairros, que se esboça no início dos anos 50 para ganhar amplitude no fim da década, caracteriza-se como uma reação contra a ingerência dos "políticos". Surgem movimentos locais que visam a criar novas instituições mais próximas do "povo" e que, em certos casos, assumem feição francamente autonomista. As campanhas pela autonomia de Osasco, bem sucedida, e de Pirituba, que fracassou, revelam alguns pontos comuns com outros movimentos locais, na consciência de que há uma São Paulo dos "jardins", outra da "periferia". São frequentes neste período, que se estende até os primeiros anos da década de 60, as reclamações sobre a distribuição dos recursos da municipalidade. Não se trata somente de reivindicar dos poderes públicos algumas medidas de caráter limitado. Questiona-se, a partir dos bairros, a própria política e a forma de organização do poder municipal.

A discussão mais geral dos problemas da cidade, a partir das organizações de locais, abriu caminhos para uma nova fase na história das Sociedades de Amigos de Bairros, que passam a se congregar em regionais e plenários nas diversas

zonas do município. Nota-se então uma certa influência da linha representada pela Sociedade de Amigos da Cidade, criada desde 1934, por um grupo de personalidades influentes, e que procurava despertar a atenção para a necessidade de planejamento urbanístico em São Paulo. Não obstante, era nítida a resistência de muitos líderes de bairros à presença dos setores "aristocráticos" da Sociedade de Amigos da Cidade em seu movimento.

A desconfiança em relação à política, aos poderes públicos e aos representantes das classes dominantes, e os sentimentos autonomistas presentes em muitas organizações de bairro não impediram que esses movimentos fossem absorvidos em grande parte pela administração e pelos políticos governistas. As Sociedades de Amigos de Bairros, desde o seu surgimento, congregavam as populações locais em torno de reivindicações de serviços públicos e equipamentos sociais. A não ser no caso de movimentos pela autonomia municipal coroados de êxito, a eficácia da atuação de uma dessas sociedades dependia basicamente do atendimento de seus pedidos pelos poderes públicos. Se, nos períodos de maior liberdade política e de maior disputa em torno do apoio popular, as Sociedades de Amigos de Bairros poderiam conservar alguma autonomia, isso dependia de seu poder de barganha e pressão diante das instituições. Ainda assim poderia ser mais cômodo, como revela o exemplo de muitas Sociedades, o atrelamento aos poderes públicos ou aos grupos políticos influentes. Uma vez bloqueadas as possibilidades de manifestação e pressão popular, como se verificou no período mais recente, o atendimento das reivindicações locais passou a depender quase exclusivamente da benevolência dos poderes públicos.

Por outro lado, a nova organização municipal, descentralizada nas Administrações Regionais, amortece e absorve as reivindicações locais enquanto problemas técnicos. As atividades das Sociedades de Amigos de Bairros sempre se concentraram em torno da obtenção de melhorias urbanas básicas: sistema de abastecimento d'água, rede de esgotos, iluminação pública, extensão das linhas de ônibus, asfaltamento de ruas, escolas, postos de saúde, creches, hospitais e moradias. Se esses problemas puderam assumir cunho político nos primeiros momentos de existência dessas sociedades, isso se deve às próprias relações entre política e administração naqueles tempos.

A política de clientela e, em particular, o populismo atuaram em São Paulo com base numa organização da municipalidade que desconhecia o planejamento global. A intervenção dos poderes públicos na vida da cidade limitava-se à função supletiva de resolver os problemas criados pelo crescimento das atividades privadas. Na solução desses problemas a prioridade era obviamente ditada pela soma de poder político das áreas beneficiadas. As Sociedades de Amigos de Bairros, como organizações da população nas áreas mais carentes de recursos básicos, expressavam ao mesmo tempo a fraqueza política dos habitantes da periferia e a possibilidade de conquistarem força. Na verdade o simples fato de se organizarem essas populações introduzia um dado novo no balanço político de forças na cidade.

A despolitização do papel das organizações de bairros no período mais recente não se expressa em características "apolíticas" de seus dirigentes. Ao contrário, como revelam as declarações emanadas de suas reuniões e encontros, os líderes de bairros concebem sua própria atuação como forma de participação política.⁷¹ Por outro lado a extensão que atinge a militância partidária, sobretudo da Arena e em menor medida do MDB, entre os dirigentes das Sociedades de Amigos de Bairros, fala por si própria. Contudo a despolitização do próprio movimento de reivindicação dos bairros revela-se em outros fatos. Dado que as verdadeiras instâncias de decisão dos problemas dos bairros deslocaram-se da Câmara Municipal para órgãos técnicos e esferas governamentais que escapam ao controle do eleitorado, o poder de pressão das organizações locais esvai-se. A militância política dos dirigentes dessas entidades não expressa politização, mas, ao contrário, serve para encobrir sua ausência do jogo real do poder. Como de resto em outras situações que envolvem o partido governamental, os dirigentes arenistas das Sociedades de Amigos de Bairros são menos representantes do povo junto ao poder que delegados do poder junto à população. Na impossibilidade de influir nas decisões que interessam à coletividade em que se inserem, atuam como distribuidores das benesses governamentais nas áreas que as recebem.

71. Ver, em particular, a "Declaração de Princípios", publicada nos *Anais do I Encontro das Sociedades de Amigos de Bairros da Grande São Paulo*, São Paulo, 1968.



QUADRO N.º 29

SOCIEDADES DE AMIGOS DE BAIRROS — DISCRIMINAÇÃO DAS ATIVIDADES

(Em categorias não mutuamente excludentes)
(São Paulo, 1970)

	PORCENTAGEM DAS SABs
<i>Promocionais</i>	
Curso MOBREAL	2,7
Cursos Regulares	6,7
Cursos de Alfabetização	6,7
Cursos de Formação de Mão-de-Obra	17,3
Outros de extensão	2,7
Clubes (de Mães, de Jovens)	1,3
Atividades Culturais	5,3
<i>Assistenciais</i>	
Donativos	41,3
Assistência médico-dentária e farmacêutica	12,0
Encaminhamentos	10,8
Assistência ao menor, à família, jurídica	8,0
<i>Reivindicações</i>	
Melhorias Urbanas	88,0
Equipamentos Sociais	65,3
<i>Recreativas e Esportivas</i>	
Jogos	13,3
Excursões	14,8
Festas	54,8
<i>Religiosas e Cívicas</i>	
	24,0

FONTE: São Paulo (Prefeitura do Município), Secretaria do Bem-Estar Social, Departamento de Integração Social.
Caracterização Tipológica de Entidades Sociais. São Paulo, s. d. (circa 1972).

O Quadro nº 29 apresenta os diversos tipos de atividades a que se dedicam as Sociedades de Amigos de Bairros, segundo dados de uma pesquisa realizada em 1970 pela Prefeitura de São Paulo. Embora, em sua maioria, essas sociedades continuem a reivindicar melhorias urbanas e equipamentos sociais, é notável a proporção das que se dedicam a atividades recreativas, religiosas e cívicas, assistenciais e promocionais. Pode-se talvez inferir desses dados que as atividades de cunho associativo são um sucedâneo para as movimentações reivindicativas e políticas bloqueadas.

Por outro lado, as relações entre a municipalidade e as Sociedades de Amigos de Bairros sugerem um mecanismo de mútua legitimação. Entre uma administração não-eleita e entidades reivindicativas que perderam toda possibilidade de pressão, a possibilidade de barganha reduz-se ao mútuo reconhecimento.

Apesar do conjunto de fatores que retiraram das Sociedades de Amigos de Bairros o caráter político de organizações populares autônomas, não se pode negligenciar seu papel aglutinador para certos grupos e camadas da população. As próprias características associativas que começam a assumir na atualidade podem ser um pólo de aglutinação para populações de outra forma dispersas e desprotegidas diante das características da vida urbana. No entanto a perda das características originais das Sociedades de Amigos de Bairros revela a liquidação de um período da política local, com o jogo de pressões e contrapressões que a caracterizavam.

O resultado óbvio da impossibilidade de pressão político-eleitoral na solução dos problemas da cidade é o reforço das leis de mercado na diferenciação das condições de vida da população. Os votos do rico e do pobre são iguais na urna. Numa situação de real disputa, a pressão majoritária poderia impor, quando não a modificação das regras do jogo econômico, pelo menos uma distribuição dos recursos públicos algo distinta da distribuição de renda no setor privado. Na ausência de qualquer influência nos destinos da cidade, seus habitantes devem conformar-se com uma organização da vida urbana que apenas reproduz as desigualdades de renda na ordem econômica.

Para a maior parte dos habitantes da cidade, é necessário viver como permitem os baixos salários, ou obter me-



lhores. Entretanto, os canais de reivindicação salarial, representados pelos sindicatos, estão também afetados pelas condições gerais que bloqueiam a participação política e social.

Embora a imensa maioria dos habitantes de São Paulo seja constituída de trabalhadores assalariados e suas famílias, apenas 15,74% da população participam de sindicatos.⁷² Na periferia, onde se concentram os bairros de trabalhadores, o índice de participação em sindicatos é ainda menor, atingindo menos de 5% da população.⁷³ Tomando como ponto de referência, não a população, mas os grupos profissionais representados, sabe-se que o número de associados dos sindicatos de São Paulo situa-se atualmente entre 10 e 15% do total dos trabalhadores das respectivas categorias.⁷⁴

É certo que não se pode confundir o número de associados de um sindicato com a amplitude da massa trabalhadora por ele mobilizada por ocasião de assembléias, campanhas e greves. Além disso as movimentações dos trabalhadores em defesa de seus interesses muitas vezes ultrapassaram o quadro organizativo dos sindicatos. Na história do movimento operário em São Paulo há vários exemplos de amplas mobilizações, muito além do nível associativo dos sindicatos. As greves gerais de 1917, 1953 e 1957 na Capital, e a de 1968, em Osasco, são exemplos extremos. Mas, especialmente nas conjunturas de mais amplas liberdades civis, em que a própria frequência das mobilizações operárias diluía o seu impacto, ficou demonstrado que a participação dos trabalhadores nas atividades sindicais amplia-se nos momentos de luta, reivindicativa ou política, retraindo-se nas ocasiões de rotina associativa, em que as atividades assistenciais, recreativas e culturais predominam.

A fraca representatividade dos sindicatos no maior centro industrial do país explica-se menos por condições locais do que pelo quadro institucional mais amplo, que envolve tanto a liberdade de associação quanto a possibilidade de expressão de opiniões e interesses. Tais são as restrições legais e tantos são os obstáculos políticos à movimentação dos trabalhadores, que os sindicatos tendem a esvaziar-se.

72. BERLINCK, M. T. — *A vida como ela é*. Campinas, 1973.

73. CEBRAP, *Recursos Humanos da Grande São Paulo*. São Paulo, 1971, 2 v.

74. A estimativa baseia-se no confronto das estatísticas de filiação aos sindicatos com os dados sobre a ocupação.

A tutela do Estado sobre as entidades classistas não é fenômeno recente. Desde a revolução de 1930, as normas relativas às relações de trabalho foram gradativamente colocadas sob a égide da legislação federal. A Consolidação das Leis do Trabalho, de 1943, estabeleceu o arcabouço da organização sindical, que permanece inalterado no essencial. Tratava-se, desde então, de amortecer os conflitos entre empregados e empregadores, desviando-os das empresas para organismos estatais especializados. Impedia-se tanto a organização nos locais de trabalho quanto a coordenação entre as diversas categorias de trabalhadores. Atribuíam-se aos sindicatos as funções de representar a categoria perante a Justiça do Trabalho e zelar pela aplicação da lei, além de atribuições puramente assistenciais ou recreativas. Proibiam-se atividades políticas no interior das organizações sindicais. Finalmente, uma série de medidas assegurava o controle das entidades classistas pelo governo: obediência a um estatuto-padrão; obrigatoriedade de reconhecimento pelo Ministério do Trabalho; controle rígido dos recursos à disposição dos sindicatos; intervenção do Ministério do Trabalho nas eleições sindicais e possibilidade de destituição de diretorias eleitas, com nomeação de juntas interventoras.

Se os sindicatos puderam funcionar com alguma autonomia frente ao governo em certos períodos da história do país, eles o fizeram porque a correlação de forças na política permitiu que funcionassem "ao arpejo da lei", isto é, ultrapassando os limites legais de sua atuação, sem encontrar resistência eficaz. De outra parte, todos os governos que quiseram reduzir a eficácia dos sindicatos, enquanto organismos de representação de interesses das camadas assalariadas, lançaram mão da mesma receita: cumprimento estrito da legislação de 1943, mais uma dose variável de coação a cargo das autoridades e organismos que se ocupam da segurança do Estado.

Além do controle sempre presente sobre a atuação reivindicativa dos sindicatos, os diferentes governos sempre tentaram utilizar politicamente as entidades classistas, seja com objetivos eleitorais, seja no intuito de obter sustentação popular. A corrupção de dirigentes sindicais foi uma arma freqüente, tanto das classes patronais quanto de governos populistas. Contudo os "pelegos" desmoralizavam-se e perdiam representatividade, tornando-se inúteis para os propósitos de manipulação das massas trabalhadoras. O governo

viu-se por isso, muitas vezes, obrigado a reconhecer as lideranças reais do movimento operário, negociar com elas e fazer-lhes concessões.

Tanto a mobilização política através dos sindicatos, quanto as negociações e concessões que a acompanhavam, passaram a ser excluídas pelos governos a partir de 1964. Em parte, essa desmobilização dos sindicatos pode ser compreendida a partir de razões ideológicas: o horror ao conflito, às negociações e pressões que acompanham as atividades políticas em geral, aplica-se também às atividades sindicais; os anseios de ordem, disciplina e harmonia visam particularmente ao mundo do trabalho. Chega-se assim a reformular totalmente a própria concepção do papel dos sindicatos. Nas palavras de um ex-ministro do Trabalho: "O sindicato deve, por fim, constituir-se em verdadeiro serviço a todos os seus associados. Que seja ele escola, ambulatório, cooperativa e clube, para que mereça o nome de casa do trabalhador e do empresário, servindo à família de um e de outro, e viverá, dentro da comunidade, seu papel de instrumento de justiça social".⁷⁵ Definem-se dessa forma os sindicatos: em lugar de organismos reivindicatórios, instituições de prestação de assistência, a complementar a obra da Previdência Social.

Não se pode porém explicar por motivos puramente ideológicos essa redefinição tão radical quanto inusitada do caráter de uma organização que, *urbi et orbe*, desde os tempos da Revolução Industrial, é reconhecida como instrumento específico de pressão por maior remuneração e melhores condições de trabalho. A política governamental com relação aos sindicatos, na última década, só ganha plena inteligibilidade e coerência quando se compreende sua importância para a manutenção de um certo padrão de crescimento capitalista, que tendia a ampliar o descontentamento entre os trabalhadores assalariados. O esforço de compressão dos rendimentos dos trabalhadores — vital para o êxito do "modelo econômico" — tinha necessariamente que incidir sobre as condições de existência dos sindicatos. De um lado, era preciso que a fixação dos salários não fosse deixada aos azares da livre negociação entre empregadores e empregados e, por outro, tornava-se imperativo garantir

75. BARATA, J. — *O sindicato como instrumento de Justiça Social*: Aula inaugural proferida em 5-3-1970, na Faculdade de Direito de Curitiba.

que os principais atingidos, os assalariados, não prejudicassem com seus protestos o bom andamento dos trabalhos. Urgia, portanto, que os sindicatos fossem despojados de sua atribuição específica de representação na barganha salarial e de sua função, mais geral, de veículo de expressão de interesses e do inconformismo das camadas trabalhadoras.

Uma das conseqüências da nova política salarial foi tirar do sindicato qualquer possibilidade de influir sobre o nível de remuneração dos trabalhadores. Uma abundante legislação, em particular a lei nº 4.725, de 1965, determinou que os percentuais de reajuste salarial, outrora fixados por acordo entre sindicato patronal e de empregados de uma dada categoria, com mediação da Justiça do Trabalho, passassem a ser estabelecidos normativamente pelo governo, por meio de um cálculo complicado, envolvendo coeficientes salariais (decretados mensalmente pelo Presidente da República), resíduo inflacionário (estimado pelo Conselho Monetário Nacional) e taxa média de incremento da produtividade nacional (fixada pelo Ministério do Planejamento). De outra parte, ficou estabelecido que as delegacias regionais do Ministério do Trabalho não homologassem "contratos coletivos de trabalho de que constem cláusulas ou condições de reajustes divergentes das normas estabelecidas" (Decreto 57.637, de 13-1-1966). Proibiu-se, também, a concessão de qualquer aumento ou reajuste, inclusive sob forma de reclassificação, antes de decorrido um ano do último acordo ou dissídio coletivo (Decreto-Lei nº 25, de 29-7-1966). E, finalmente, decretou-se a nulidade de qualquer convenção ou acordo que, direta ou indiretamente, contrariasse as normas da política econômica do governo, concernente à política salarial (Artigo 623 da Consolidação das Leis do Trabalho, redigido de acordo com o Decreto-Lei nº 229, de 28-2-1967).

Excluídos do processo de determinação dos coeficientes de reajuste salarial, os sindicatos foram também privados de uma importante arma de pressão autônoma sobre o patronato: o direito de greve. Em conseqüência da Lei nº 4.330, de 1-6-64, o direito de greve, plenamente garantido pela Constituição de 1946, foi de tal forma cerceado que praticamente desapareceu do arsenal de recursos legais à disposição dos trabalhadores. Foram proibidas as greves nos setores de atividades fundamentais: serviços de água, energia, luz, gás, esgoto, comunicações, transportes, carga e descarga, serviços funerários, hospitais, maternidades, ven-

da de gêneros alimentícios de primeira necessidade, farmácias e drogarias, hotéis e indústrias básicas ou essenciais (a serem definidas pelo governo). Tornaram-se ilegais as greves por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade. Foram proscritas as paralisações que buscassem mudar as condições constantes de acordos ou convenções coletivas de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho; as que tivessem por objetivo reivindicações consideradas improcedentes pela Justiça do Trabalho e, finalmente, as que não cumprissem os prazos e condições da lei, os quais envolvem um ritual complexo e que se esgota no curto período entre a instauração do dissídio coletivo e a deliberação da Justiça do Trabalho. Na prática, o único tipo de paralisação eficaz consentido por lei é aquele que pode ser desencadeado na ocorrência de atraso de pagamento por parte da empresa.

Impossibilitados de exercer qualquer papel na negociação dos salários e limitados em sua capacidade de exercício de pressão coletiva por meio de paralisação das atividades produtivas, as entidades sindicais viram-se submetidas a um controle redobrado por parte do governo. Dos instrumentos disponíveis no arsenal da Consolidação das Leis do Trabalho para disciplinar as entidades sindicais, a intervenção ministerial para destituir as diretorias eleitas é, talvez, o mais eficaz e contundente. E foi usado com generosidade. De 1964 a 1970 foram efetuadas, em todo o país, 536 intervenções. Desse total, 80,6% (432) ocorreram entre 1964 e 1965, sendo que em 81,9% desses casos o motivo aduzido foi subversão. Por setor de atividade, as intervenções de 1964 a 1970 distribuíram-se da seguinte forma: indústria, 49,1%; comércio, 11,3%; transportes terrestres, 5,5%; educação e cultura, 1,7%; comércio e publicidade, 3,2%; estabelecimentos de crédito, 8,6%; agricultura, 5,6%.⁷⁶

Os Quadros 30 e 31 podem dar uma visão mais exata da extensão e sentido da utilização daquela medida disciplinar. É de notar-se que no período 1964-1965 existiam no país 2.049 sindicatos, 107 federações e 6 confederações, o que significa que 18,7%, 42,0% e 66,7% respectivamente foram submetidos à intervenção ministerial. No Estado

76. Apud FIGUEIREDO, M. A. — Política governamental e funções sindicais. Tese de Mestrado, texto preliminar, mimeo, 1975, pp. 31 a 57.

de São Paulo 115 sindicatos, incluindo a imensa maioria das entidades da Capital e 7 das 18 federações existentes, foram atingidos pela medida.⁷⁷

QUADRO N.º 30

BRASIL
DISTRIBUIÇÃO DAS INTERVENÇÕES POR PERÍODO E ENTIDADE SINDICAL

ENTIDADE ATINGIDA	(EM %) 1964-1965	(EM %) 1966-1970	(EM %) TOTAL
Sindicato	79,3 (383)	20,7 (100)	100,0 (483)
Federação	91,8 (45)	8,2 (4)	100,0 (49)
Confederação	100,0 (4)	0,0	100,0 (4)

FONTE: FIGUEIREDO, M. A., *op. cit.*, p. 43.

QUADRO N.º 31

BRASIL
INTERVENÇÃO NOS SINDICATOS POR REGIÃO, ENTRE 1964 e 1965

REGIÃO	SINDICATOS ATINGIDOS	SINDICATOS EXISTENTES	% — INTERVENÇÕES
Sudeste	225	876	25,6
Sul	36	508	7,5
Nordeste	102	492	20,7
Norte	7	91	7,7
Centro-Oeste	19	67	28,3

FONTE: FIGUEIREDO, M. A., *op. cit.*, p. 49.

Paralelamente, entre 1964 e 1969, 108 líderes sindicais e representantes políticos dos trabalhadores foram punidos com a suspensão de seus direitos políticos e/ou cassação de mandatos eletivos: 63 em 1964, 21 em 1965, 13 em 1967 e

77. *Idem*, *ibidem*, p. 45.

11 em 1969.⁷⁸ A essas medidas cirúrgicas vieram somar-se novos mecanismos legais de controle sobre a escolha das lideranças sindicais. Entre eles destaca-se o item VI do Artigo 530 da CLT (redigido de acordo com o item VI do nº 229, de 28-2-67) que tornou inelegíveis para postos sindicais todos “os que, pública e ostensivamente, por atos e palavras, defendam os princípios ideológicos de partido político cujo registro tenha sido cassado, ou de associação ou entidade de qualquer natureza, cujas atividades tenham sido consideradas contrárias ao interesse nacional”. Menos rígida que o “atestado de ideologia” criado no governo Dutra, esta espécie de certidão negativa de ideologia é suficiente para permitir que as autoridades ministeriais impugnem um candidato ou uma chapa sempre que isso lhes pareça conveniente.

De outra parte, uma série de atividades não claramente regulamentadas por lei — a realização de debates públicos, o funcionamento da imprensa sindical, a existência e funcionamento de grupos de oposição à liderança, a redação de documentos às autoridades, enfim toda a gama de atividades que constituem o cotidiano de uma associação profissional livre — caíram na vasta zona de incerteza onde os limites da legalidade não são conhecidos *a priori*, mas fixados, em cada caso, pelos organismos policiais.

Dessa forma, se os dados acima demonstram que a grande maioria das medidas de intervenção para destituir diretorias sindicais e de punição das lideranças efetuaram-se entre 1964 e 1965, não se pode daí inferir que o rigor da vigilância sobre as entidades classistas tenha, de alguma forma, abrandado nos anos subsequentes. Uma vez expurgadas as diretorias sindicais eleitas antes de 1964, a intervenção permaneceu como recurso extremo à disposição das autoridades governamentais. Nessa medida, ela é ao mesmo tempo ameaça e “reforço”, garantindo que a ação sindical se conforme às pautas desejadas, isto é, limite-se à prestação de serviços assistenciais e à vigilância sobre a aplicação da legislação social por parte das empresas. Mas, a realidade é rebelde e vários obstáculos têm-se oposto ao desempenho satisfatório dessas duas funções.

Mesmo aceitando a definição — de resto muito discutível — do sindicato como órgão de prestação de assistência,

78. *Idem*, *ibidem*, p. 45.

o problema que se coloca é o da sua capacidade de beneficiar uma parcela ponderável da respectiva categoria. E, na realidade, se os recursos do imposto sindical⁷⁹ são suficientemente abundantes para permitir que as entidades sindicais se mantenham sem a contribuição dos representados, eles seriam escassos se os serviços assistenciais tivessem que beneficiar a totalidade de uma categoria profissional. Ou seja, se, por hipótese, todos os metalúrgicos de São Paulo se sindicalizassem, os serviços de seu sindicato entrariam em colapso. Dessa forma, a função assistencial atribuída às entidades classistas coloca um teto acima do qual o ingresso de novos membros ameaça sua própria continuidade. Obviamente, as baixas taxas de sindicalização não são resultantes apenas dos obstáculos criados pela função assistencial. As limitações impostas à ação reivindicatória são certamente as principais responsáveis pelo distanciamento e desinteresse de amplas parcelas de trabalhadores com relação aos sindicatos. Entretanto, é incontestável que os requisitos de prestação de uma ampla gama de serviços impõem limites ao interesse e ao esforço das lideranças por ampliar sua base de associados. Assim, se de um lado, a atuação do sindicato como “instrumento de justiça social” — na acepção oficial — é irrisória, já que reduzida à minoria de trabalhadores sindicalizados, ela contribui para a perpetuação de um sindicalismo fraco e minoritário.

De outra ordem são os problemas que surgem a respeito da vigilância sobre a aplicação da legislação social. Com o objetivo de amortecer os conflitos de classe e evitar o confronto direto entre empresários e trabalhadores, o Estado brasileiro, na década dos 40, garantiu aos trabalhadores uma série de direitos quanto a condições de trabalho, forçando as empresas a ceder aos empregados o que, na ausência de regulamentação, só poderia ser obtido por pressão direta. Assim é que a Consolidação das Leis do Trabalho estabeleceu a forma e o âmbito dos contratos de trabalho (CLT, título IV, cap. I a IX); padronizou a identificação profissional e o registro de empregados; regulamentou a duração da jornada de trabalho e as condições de higiene e segurança nas empresas descendo a detalhes sobre ilumi-

79. A contribuição (ou “imposto”) sindical consiste no desconto anual compulsório da remuneração correspondente a um dia de trabalho de todos os trabalhadores, sindicalizados ou não, em benefício dos sindicatos e federações da categoria respectiva.



nação, ventilação, higiene pessoal, instalações sanitárias, refeitórios e bebedouros, limpeza dos locais e destino dos detritos; estabeleceu o direito a férias, a proporção de trabalhadores brasileiros e estrangeiros e a regulamentação do trabalho da mulher e do menor. Esse conjunto de dispositivos legais procurou dar conta dos problemas típicos, que pudessem surgir no parque industrial da época, caracterizado pelo predomínio da empresa nacional de porte médio. Aos sindicatos de cada categoria, organizados fora da empresa, cabia velar pelo cumprimento de tal legislação, encaminhando suas reclamações à Justiça do Trabalho, quando se verificassem casos de infração. Essa tarefa de vigilância permaneceu uma prerrogativa do sindicato até os dias atuais. Entretanto, alterações profundas na estrutura industrial brasileira criaram novos problemas não contemplados na regulamentação legal das condições de trabalho e para cuja solução, portanto, não havia caminhos e procedimentos previstos. O marco dessas transformações foi plantado quando, a partir do final da década de 50, a moderna grande empresa, geralmente de propriedade estrangeira, passou a desempenhar um papel cada vez mais importante no processo de desenvolvimento econômico. A grande indústria moderna de São Paulo criou para os trabalhadores nela ocupados temas novos de reivindicação, tais como prêmios de produtividade, recrutamento, cadência de trabalho, sistema de classificação e promoção etc. Esses novos problemas, criados pelas condições de trabalho na Metrópole — isto é, frutos do próprio desenvolvimento capitalista — reintroduziram a discussão sobre a liberdade sindical e, mesmo, sobre o próprio caráter e funções atuais dos sindicatos.

Em primeiro lugar, para muitos sindicatos já não basta apenas zelar pelo respeito à legislação trabalhista — ainda que esta continue sendo uma tarefa importante — mas cabe, também, assegurar *novos direitos* ainda não consagrados. E a luta por novos direitos sempre envolve processos de esclarecimento, debate, arregimentação e mobilização que requerem uma certa margem de liberdade de movimentos, com que os sindicatos estão longe de contar. De outra parte, os problemas surgidos na intimidade da grande empresa, diretamente relacionados à organização interna da produção, dificilmente podem ser resolvidos fora do local de trabalho. Ao contrário, impõem a negociação entre a firma e seus empregados e, portanto, alguma forma de organização desses últimos. Em outros termos, requer-se a vida sindical *dentro*

do estabelecimento fabril, coisa que até o momento não existiu nem foi permitida. E não basta que essa organização exista e seja reconhecida. Ela precisa, também, ter autonomia para negociar livre e diretamente com a direção da empresa os problemas específicos de seus representados. Um sindicato controlado pelo Estado e fora da empresa dificilmente poderá desempenhar essa tarefa com eficácia.

Como reagiram os sindicatos à política governamental e aos novos desafios colocados pelo próprio processo de desenvolvimento? Excluídos da barganha salarial, controlados e reduzidos na prática a prestadores de serviços assistenciais e jurídicos, as entidades profissionais paulistas mais expressivas jamais se conformaram em princípio ao papel que lhes foi atribuído. Não se transformaram em postos de saúde, escolas ou clubes. Ainda que restrita a um número exíguo de associados, mantiveram algo de uma vida propriamente sindical, o que permitiu, inclusive, a existência — sempre ameaçada, mas sempre renovada — de oposições sindicais em quase todas as entidades. Se não foram capazes de impedir o rebaixamento do nível de vida dos trabalhadores, mantiveram inscrita em sua plataforma de lutas a denúncia da política de compressão salarial e o anseio de sua revogação. Se não puderam se opor ao controle redobrado do Ministério do Trabalho e à vigilância cotidiana dos organismos coatores, nem por isso abandonaram a defesa do princípio de autonomia sindical e da liberdade frente ao Estado. Por não se haverem transformado em meros organismos de assistência e recreação, alguns sindicatos, tendo sob sua jurisdição trabalhadores em grandes indústrias, conseguiram fazer eco da nova temática reivindicatória, inscrevendo em seus programas a livre contratação entre empresa e empregado, através de convenções coletivas; o reconhecimento da organização sindical no interior da empresa; e os aumentos de salário de acordo com o crescimento da produtividade. Em resumo, se o Estado conseguiu sujeitar os sindicatos paulistas, viabilizando o estilo de crescimento em detrimento dos níveis de vida dos trabalhadores, não foi capaz de obter o seu apoio e adesão. Como muitos outros organismos de expressão de interesses de grupos da sociedade abafados pelo Estado onipresente, os sindicatos paulistas não morreram, mas hibernam.

A fragilidade reivindicativa das associações sindicais e de bairro explica-se pelas mesmas razões que reduzem os

canais de participação política a partidos com pouca capacidade aglutinadora, cujas eventuais vitórias não conseguem levar adiante as aspirações populares fundamentais. O alcance limitado do jogo político institucional na efetivação de direitos fundamentais reforça-se pela pequena participação da população em organizações voluntárias de caráter instrumental — sindicatos, grupos profissionais e associações de bairro — que, em princípio, deveriam servir de canais de expressão das demandas sócio-econômicas básicas.

O baixo nível de participação não significa que tais associações sejam incapazes de ter, em certos momentos, um papel expressivo. Não significa, por outro lado, que em conjunturas específicas seja impossível existir movimentos sociais significativos. Tais movimentos ocorreram no passado e nada leva a afirmar que a sociedade civil brasileira seja, por vocação, amorfa e destituída de iniciativa. Contudo, as diversas iniciativas que chegaram a ocorrer foram sistematicamente controladas e contidas. Assim, tanto as associa-

QUADRO N.º 32

PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS

(Em % da população)

	SÃO PAULO *	PERIFERIA DE SÃO PAULO **
Sindicatos	15,74	4,9
Grupos profissionais	9,60	
Clube no local de trabalho	5,09	
Associação de bairro	3,12	3,1
Associação religiosa	2,66	8,4
Associação esportiva	19,68	16,7

FONTE: * BERLINCK, M. T.; HOGAN, D. — *Associações voluntárias, canal de comunicação de massa, informação e adaptação urbana entre as classes populares na cidade de São Paulo*, São Paulo, 1971, p. 13 (mimeo).

** *Cultura e Participação na cidade de São Paulo*. São Paulo, CEBRAP, 1973 (Caderno CEBRAP, 14).

PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÕES VOLUNTÁRIAS, SEGUNDO A ESTRATIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO
(Em porcentagens)

ESTRATOS SOCIAIS	ASSOCIAÇÕES INSTRUMENTAIS				ASSOCIAÇÕES RELIGIOSAS E RECREATIVAS							
	DE BAIRRO		GRUPO PROFISSIONAL		SINDICATO		RELIGIOSA		CLUBE NO LOCAL DE TRABALHO		ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA	
	Per- tence	Não Per- tence	Per- tence	Não Per- tence	Per- tence	Não Per- tence	Per- tence	Não Per- tence	Per- tence	Não Per- tence	Per- tence	Não Per- tence
Alto	2,3	97,7	52,3	47,7	22,1	77,9	3,1	96,9	6,9	93,1	63,9	36,1
Médio	2,3	97,7	11,0	89,0	20,5	79,5	3,7	96,3	8,5	91,5	35,1	64,9
Médio Baixo	5,0	95,0	1,7	98,3	17,5	82,5	2,5	97,5	4,7	95,3	8,8	91,2
Baixo	3,6	96,4		100,0	2,5	97,5	1,8	98,2	2,5	97,5	1,1	98,9

FORTE: BERLINCK, M. T. — *A vida como ela é, op. cit., p. 189.*

ções voluntárias de caráter instrumental perderam eficácia e autonomia, o que desestimula uma maior participação, como a própria participação, quando não apenas de caráter ritualista e formal, tende a apresentar uma dose de risco frequentemente insuportável.

Apesar do caráter geral dos fatores institucionais que desestimulam os indivíduos a se filiarem às organizações reivindicativas, a participação em associações varia de acordo com o nível econômico das pessoas: considerando-se seis formas associativas existentes na cidade de São Paulo (sindical, profissional, de bairro, religiosa, clube no local de trabalho e esportiva), 41% do grupo mais rico não tinham qualquer participação. Na camada de renda média, 57% não participavam, absenteísmo que aumenta para 79% nos setores com rendimentos mais baixos.⁸⁰

Quando se consideram apenas as formas organizativas de caráter instrumental, nota-se também que o grau de participação decresce na medida em que a renda é menor, com exceção das associações de bairro, onde ela é baixa para todas as camadas.

Grande parte da população, não podendo contar com canais reivindicativos e institucionais eficazes, enfrenta os problemas cotidianos com os meios que lhe oferecem suas relações sociais. As teias de relações informais apresentam limites bastante estreitos quanto aos benefícios obtidos, pois voltam-se para a solução de problemas individuais isolados, e não de caráter coletivo e permanente. Contudo, na ausência de amplos canais de participação social, as relações de amizade, compadrio e conterraneidade assumem importância na solução dos problemas do dia a dia.

Um estudo realizado com migrantes de baixa renda revela que metade deles, ao chegarem à Capital, resolveram o problema de moradia através de vínculos familiares e 16% através de amigos.⁸¹ Quando esta população encontra dificuldades em relação ao trabalho, procura solucioná-las através da família, amigos e conterrâneos (40%), de colegas

80. BERLINCK, M. T. — *A vida como ela é, op. cit., p. 191.*

81. GODINHO, M. T. — *Metropolização e planejamento social*. São Paulo, PUC, 1974, 2 v. Estudo baseado em 540 entrevistas, realizadas entre novembro e dezembro de 1973 com pessoas não naturais do município, que chegaram a São Paulo com mais de 14 anos. A amostra engloba um grupo cuja renda, em 80% dos casos, não atinge 3 salários mínimos.

QUADRO N.º 34

ACESSO A INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO DE CERTOS SERVIÇOS URBANOS
(Em porcentagem)

CAMADAS	COMUNICAÇÃO DE MASSAS				SERVIÇOS DESCONHECIDOS			
	Não vê TV	Não ouve Rádio	Não lê jornal	Hospital das Clínicas	Posto de Saúde	Onde registrar para votar	Onde obter documento de identidade	
Alta	1,5	3,8	2,3	2,3	4,5	1,5	—	
Média	2,1	6,9	8,3	2,6	6,6	5,7	2,3	
Média Baixa	5,8	11,8	32,4	6,4	8,8	16,1	8,0	
Baixa	11,0	28,2	73,9	19,6	19,6	56,2	29,2	

FONTE: BERLINCK, M. T. — *A vida como ela é*, op. cit., p. 195 e 207.

de trabalho (29%) e apenas 5% procuram os canais institucionais. Quando as dificuldades são financeiras, prevalece o mesmo esquema: apenas 6% buscam os meios institucionais. Até mesmo quando o problema é a saúde, 24% apelam para soluções informais.

Os laços pessoais constituem formas amplamente utilizadas pelas populações desprovidas de meios institucionais para atender as suas necessidades, que procuram remediar seus problemas através da ajuda mútua. Esta é a prática dos habitantes da periferia, onde se verifica ampla troca de favores dos mais diversos tipos entre vizinhos, amigos e parentes.⁸² É comum a ajuda na construção das casas.⁸³ É também o que se observa nas favelas quando um conterrâneo ou parente chega à Capital: aloja-se o recém-chegado, busca-se emprego, empresta-se dinheiro, ajuda-se a levantar o barraco. É claro que tais expedientes existem em todas as classes sociais. Mas são os grupos pobres que mais necessitam de uma rede de apoio mútuo, exatamente porque são os que menos se aglutinam em associações reivindicativas e menor acesso têm aos recursos da sociedade.

Quando ocorre desemprego, acidentes, doença, despejo, remoção, recorre-se aos contatos pessoais. Sindicatos, bancos, organizações e associações são ineficazes ou de difícil acesso. Para ter acesso a certos recursos institucionais é preciso ter algo mais do que a mera força de trabalho. É necessário dar garantias, assinar compromissos, ter documentos, certificados de boa conduta. Para ter direitos também é preciso ter recursos: conhecimentos, profissão, influência, propriedade. Para obter receitas, remédios, vaga na escola, certos empregos e ajudas, é preciso, freqüentemente, obter recomendações, pedidos ou apresentações. Existe a morosidade das rotinas burocráticas que giram em torno dos formulários, prontuários, processos e papeletas de toda ordem. Como serviços, empregos, benefícios são de difícil obtenção, é preciso conhecer "doutores" ou "pistolões" que ajudem

82. *Aspirações com relação aos problemas de educação de base*, São Paulo, SEBES, 1970 (mimeo).

83. Parentes, vizinhos e amigos têm a seguinte influência na localização da casa onde as pessoas moram: 41,7% para o grupo de maior renda; 57,2% para o de renda média-alta; 64,1% para o grupo de renda média-baixa e 52% para o mais pobre. Mas este, em 39% dos casos, construiu sua casa, ao passo que os grupos mais ricos compraram-na através de um corretor em 22% e 14% dos casos. BERLINCK, M. T. — *A vida como ela é*, op. cit., p. 204.



na tramitação de pedidos. É o círculo dos favores e das práticas paternalistas que submetem o beneficiário a uma relação de dependência. O doador guarda para si as regras do domínio. Mantém o monopólio do serviço, cuja obtenção supõe a lealdade subalterna de quem recebe o benefício: “a essência da dinâmica de um pistolão é ter um amigo num lugar certo, a fim de que um emprego ou outro benefício normalmente não atingível possa ser obtido”. Mas o mais grave é que o sistema de “favoritismo” reforça o conjunto da hierarquia, da dominação para aquele que é subalterno.⁸⁴

Tal forma de subordinação constitui apenas uma dentre as amarras que mantêm a classe trabalhadora numa situação de dependência. A falta de informação e a desinformação implícita aos meios de comunicação de massa, o controle das associações reivindicativas — sindicatos, partidos, grupos voluntários de várias espécies — e a vigilância sobre os indivíduos — dentro e fora das empresas — além, obviamente, da própria prática repressiva, constituem amplo e complexo sistema que procura garantir a ordem e segurança necessárias para o “bom” funcionamento da sociedade.

Controlados os canais de caráter coletivo, a reivindicação torna-se individual. Muitas vezes desconhece interesses mais amplos: numa população de baixa renda estudada, 35% não se interessam pelos problemas que afetam sua vida cotidiana. Dos demais, 20% reclamam ou propõem soluções; os 80% restantes lêem, se preocupam ou conversam, mantendo-se numa atitude de expectadores, talvez porque saibam que os “custos” inerentes a uma participação são onerosos e considerem duvidosos os resultados.⁸⁵

Sem possibilidade de aglutinação em associações reivindicativas, desprovidas de recursos, as camadas pobres têm também menor acesso à informação que advém dos meios de comunicação de massa, principalmente no que se refere à imprensa, e conhecem menos determinados serviços existentes na cidade. A participação na vida da metrópole limita-se, para contingentes consideráveis da população, ao trabalho e às vizinhanças da própria moradia. A principal ligação com o que se passa no mundo é a televisão, em torno da qual grande número se reúne durante os fins de semana

84. SILBERSTEIN, P. — “Favela living, personal solution to larger problems”. *America Latina*, 12 (3), jul./set. 1969.

85. GODINHO, M. T., *op. cit.*

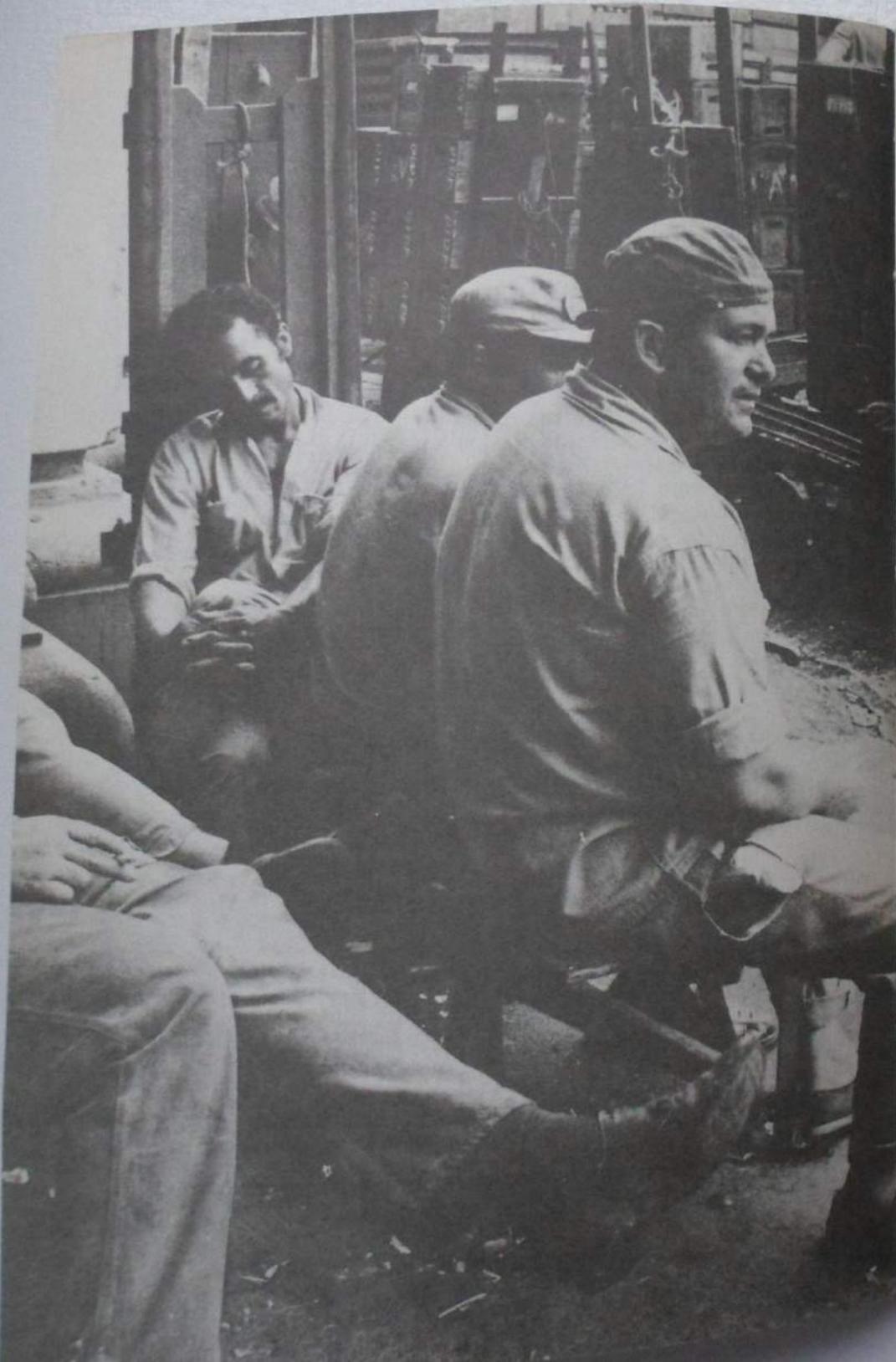


e horas livres.⁸⁶ Sabe-se que mais da metade dos trabalhadores da periferia tem folga semanal; costumam fazer visitas e passeios (20%), ir ao cinema (13%), ao futebol (9%), mas a maioria permanece em casa, assistindo a programas de auditório, novelas ou filmes, ou simplesmente "não fazendo nada" (46%).⁸⁷ A vida cotidiana reforça assim o isolamento imposto pela limitação institucional das formas associativas.

Controlado, contido, isolado, o habitante de São Paulo não pode esperar a mudança de suas condições de vida, a menos que se altere o quadro institucional que as sustenta. Mas se as condições políticas do país impedem sua participação eficaz nas formas habituais de aglutinação política e social, não há como impedir que tome conhecimento dos problemas que enfrenta e dos obstáculos que se colocam em seu caminho. Talvez seja mesmo esse conhecimento que dê origem às astúcias da vida cotidiana, que permitem a sobrevivência na metrópole. Talvez o desestímulo à ação sabidamente ineficaz ajude a escolher o momento da eficácia.

86. Na periferia da Capital, 84% possuem televisão, 75% dizem assisti-la regularmente. Fonte: *Aspirações com relação ao programa de educação de base*, op. cit.

87. *Aspirações com relação ao programa de educação de base*, op. cit.



6

AUTORITARISMO E DEMOCRATIZAÇÃO: O CONTEXTO DA SOCIEDADE CIVIL

As análises dos capítulos anteriores e os dados apresentados deixam entrever o contexto social e político do tipo de desenvolvimento ocorrido em São Paulo: a marginalização e a espoliação econômica de grande parte da população são acompanhadas e sustentadas pelo controle político.

Não são poucas as análises que mostram o caráter “mecânico”, “automático”, “alienado” do comportamento popular nas sociedades de massa. É fácil entender que se sublinhe a apatia política quando se sabe que, ao lado da limitação coercitiva das formas de organização e expressão social, as classes dominantes constroem uma espécie de “cultura da ilusão”. O progresso técnico nos meios de comunicação, o fascínio da TV⁸⁸ e a rigidez do sistema político são, sem dúvida, instrumentos eficazes para cimentar, com conformismo, expectativas sempre diferidas (“o que eu não posso fazer, meus filhos farão”; “o futuro será melhor que o presente” etc.). A ideologia da propaganda faz do consumo — inexistente para a maioria — o valor maior na realização cotidiana. Chama a atenção especialmente a impostura que consiste na criação de uma atmosfera de consumismo numa realidade de carência, a partir da ampla difusão publicitária de artigos de luxo em veículos de comunicação como a televisão, que atingem principalmente uma população para quem falta o essencial.

88. “A cada noite, 7 milhões de paulistanos da Grande São Paulo passam quase três horas diante de seus televisores (...). Quase 95% dos domicílios da Grande São Paulo dispõem de televisão. No Brasil são 50%”. *O Estado de São Paulo*, 14 de março de 1976.

Não obstante, seria um erro pensar que a sociedade da "pseudo-abundância", criada mais pela propaganda do que pelo consumo de massa, tem o condão de tornar conformista cada pobre que vê, entre perplexo e fascinado, a propaganda sobre o segundo automóvel familiar. Não há por que pensar que nas grandes cidades os trabalhadores e as camadas populares deixem de reelaborar as mensagens que recebem. Reelaboram e recusam-se a aceitar imagens, modismos, valores e crenças que ferem mais profundamente seus próprios usos, costumes, valores e possibilidades de realização.

Por que admitir que a eficácia da técnica e da manipulação esteja assegurada de antemão no caso de São Paulo? Se isto fosse certo, toda cultura seria apenas a reprodução da cultura dominante, e como quem diz cultura diz também interesses enraizados, não haveria uma fresta por onde fosse possível buscar o gesto e a palavra, capazes de negar a postura e de propor uma ordem alternativa às coisas.

Se a perspectiva da análise não é a do mero reforço ao que está dado como modelo a ser repetido, mas é precisamente a de discutir os inconvenientes deste modelo para buscar alternativas, a questão que se coloca é a de saber como é possível que desponham as aspirações e os interesses daqueles que, sendo deserdados, vivem sob o bombardeio de um estilo de vida e de um condicionamento econômico que procura levá-los à apatia e à incapacidade de mobilização.

Pode-se acreditar na possibilidade de ação renovadora quando se verifica que o comportamento popular, ao responder imitativamente aos padrões impostos, representa antes uma defesa do que uma simples acomodação. Toda vez que uma sociedade de amigos de bairro, uma paróquia, um sindicato, ou mesmo um partido político (como se viu nas eleições de novembro de 1974) propõe uma palavra de alternativa, que não ponha em risco a sobrevivência e os interesses básicos da pessoa ou da família envolvida no protesto, ocorre uma reação.

Alguns analistas, percebendo a estratégia de sobrevivência da reação popular, acoimam-na de "oportunista" ou, vista do outro ângulo, de "paternalista". A reação popular ocorre mais facilmente quando existe a barreira protetora de uma instituição reconhecida (uma Igreja, um Partido, um Gover-

no) que assegure garantias mínimas. Contudo, o julgamento nestes termos — ou seja, de que da apatia só se passa ao oportunismo ou ao paternalismo — esconde o essencial: o "conformismo" das massas dá-se através de uma combinação entre "cultura da ilusão" e repressão. A experiência do pobre não é apenas a da carência econômica e cultural, é também a da dureza dos mecanismos coatores nas sociedades urbanas de massa. Não é por acaso que uma das mais sentidas reivindicações populares refere-se à segurança. Segurança, no caso, não quer dizer necessariamente polícia, mas muitas vezes significa segurança contra os abusos da polícia, embora não se limite a este aspecto.⁸⁹ É esta segurança, muito concreta, contra a prisão, a violência física, a repressão pela despedida do emprego, que as classes populares procuram obter através de alguma instituição reconhecida para, então, atuar. Quando crêem que podem manifestar-se sem o risco de uma reação esmagadora, ao invés de queimar incenso no altar da propaganda e do consumo, expressam seu rotundo não ao estilo predominante de espoliação.

É também a exigência de segurança que fundamenta, muitas vezes, a busca da experiência religiosa como refúgio, à margem da dureza e crueldade da sociedade humana. Observa-se em São Paulo uma presença crescente de diversas formas de religiosidade popular: a influência da umbanda e de sua concepção mágica do mundo ultrapassa de muito o contingente de seus adeptos formais; os seguidores do pentecostalismo representam hoje pelo menos 5% da população paulistana; certas manifestações de piedade católica, como a devoção de santos tidos como poderosos protetores diante das dificuldades deste mundo, mostram seu desenvolvimento nas visitas aos santuários e até mesmo nos anúncios "classificados" dos jornais.

Das religiões chamadas populares — quer se trate da busca da intercessão dos santos, quer da adesão à estrita ética dos pentecostais, quer das devoções e ritos umbandistas — emergem padrões de convivência e auxílio mútuo que contrastam com as impiedosas regras de dominação da sociedade paulistana. Se essa densa religiosidade popular

89. "Uma pesquisa de opinião pública, referente a outubro, veio mostrar que em cada grupo de 10 pessoas nada menos de 7 vivem com medo de serem presas, contra 6, em 10, que temem serem assaltadas". *Jornal da Tarde*, 12-11-1975, p. 4.

pode parecer excessivamente sacralizada, como não compreender que, para os oprimidos, a experiência da salvação constitui uma ruptura com a face mais desumana da sociedade? O sentido que terão no futuro as modalidades de religiosidade popular dependerá da própria evolução da sociedade brasileira, e em particular do papel das igrejas e grupos religiosos na restauração da dignidade humana. No momento a experiência da salvação cristã e a bênção protetora dos orixás expressam a busca de um encontro com essa dignidade.⁹⁰

Em outro plano, surgem sinais no interior da Igreja Católica de uma superação da tradição conservadora, que se revelam na presença atuante em defesa dos direitos humanos e dos valores morais do cristianismo. Especialmente entre os trabalhadores, mas também em meio aos jovens e em outros grupos sociais, a presença da pastoral católica tem propiciado não só as novas modalidades de convívio nas "comunidades de base" como uma das poucas possibilidades de expressão dos anseios de justiça.

Em outras Igrejas e grupos religiosos começam a manifestar-se sinais análogos de solidariedade com as vítimas da opressão. Como acoiar de "paternalistas" ou "alienantes" manifestações religiosas que expressam as mais profundas necessidades dos oprimidos? Como recriminar as massas populares que, para escapar ao desamparo, buscam as formas de proteção que lhes restam numa sociedade opressiva?

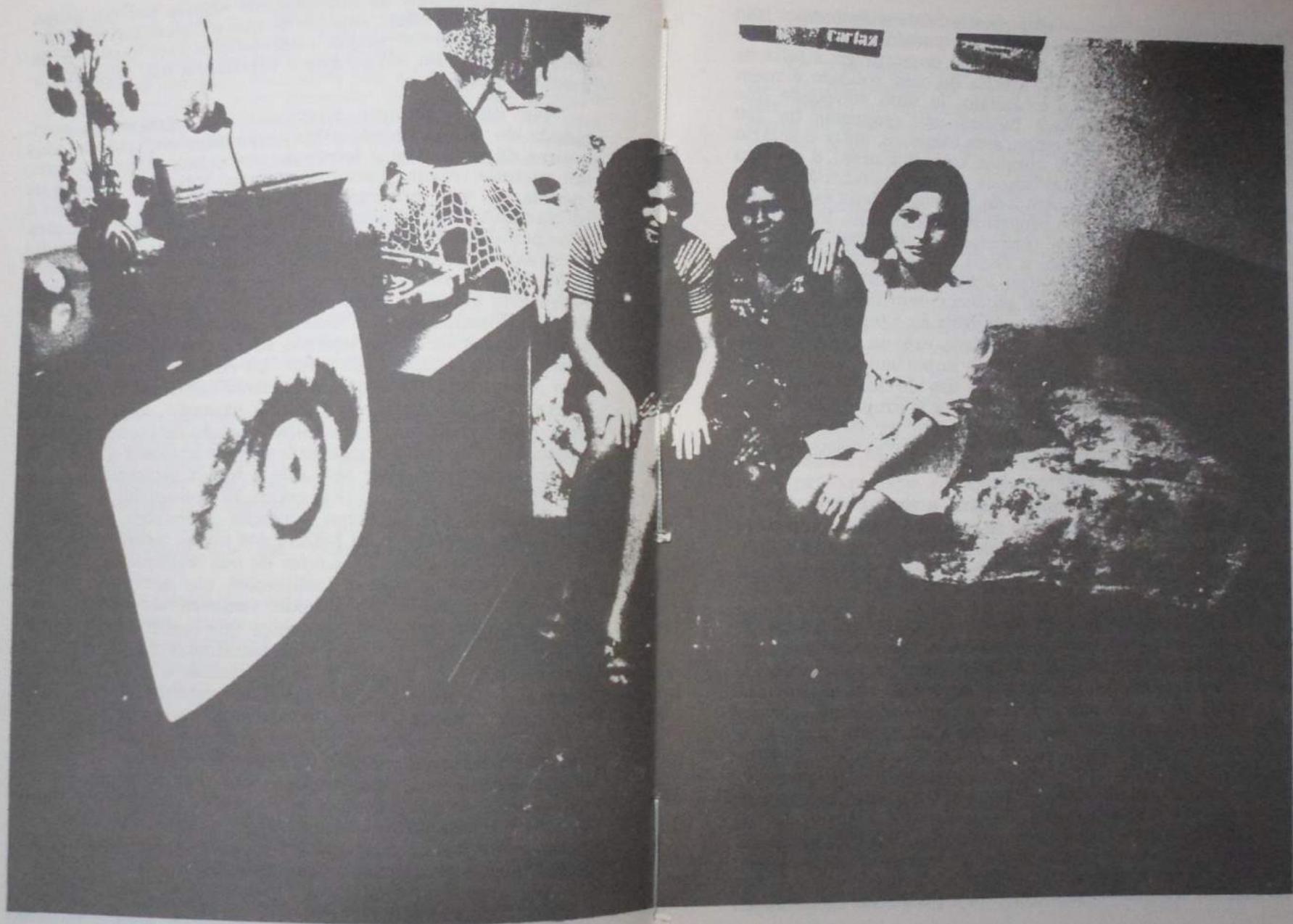
A questão básica não está em reafirmar a "apatia" das massas nem em condená-las ao conformismo oportunista, mas sim em reconhecer que a mobilização popular na reivindicação de interesses próprios requer determinadas condições para que possa ocorrer. Noutros termos, quando se considera que a cultura popular não é a mera reprodução da ideologia dominante e que as técnicas da propaganda só se tornam plenamente eficazes quando aliadas à repressão, passa a ser politicamente fundamental a discussão sobre a democratização da sociedade. Essa discussão torna-se central quando se admite que o modelo de uma sociedade reno-

90. Ver, sobre as religiões no Brasil: CAMARGO, C. P. F. de (org.) — *Católicos, protestantes e espíritas*. Petrópolis, Editora Vozes, 1973; FRY, P. H. e HOWE, G. N. — "Duas respostas à aflição: Umbanda e Pentecostalismo", *Debate e Crítica*, São Paulo, (6), julho de 1975.

vada não decorrerá da imposição de valores por um grupo "iluminado" das elites, seja ele de que natureza for: partido, punhado de heróis, santos reformadores etc., mas sim de uma ação comum, consciente e organizada das próprias camadas populares.

Por democratização, neste contexto, entende-se a capacidade de manifestação; pelas camadas populares, de seus pontos de vista, *sem o terror da represália*. Algumas vezes, em passado recente, essa manifestação tornou-se possível na medida em que instituições reconhecidas, como as igrejas e os partidos, constituíram-se em abrigo para que as aspirações populares pudessem vir à tona. Dadas as peculiaridades da situação brasileira — em que ao autoritarismo tradicional justapõe-se agora o autoritarismo tecnocrático — torna-se necessária alguma forma de proteção, para que aqueles que se manifestam possam deixar entrever seus sentimentos, sem o temor de que a coerção social dos poderosos faça-se sentir sem apelação. Do ponto de vista popular, ainda que isso pareça uma definição meramente negativa e subjetivista, *liberdade é ausência de medo*. Por extensão, só será possível uma democratização substantiva quando se construírem, na esfera institucional, organizações que viabilizem a expressão do sentimento popular sem que o temor estanque o protesto. Não basta, embora seja condição necessária, um Estado de Direito. Ele se torna condição necessária porque, ao limitar-se a violência do Estado aos meios reconhecidos pela lei e ao se definirem os limites de sua legitimidade, torna-se possível criar as outras instituições que abrigarão o povo para, nelas e por seu intermédio (embora não exclusivamente), criar-se o clima de confiança que permita transformar o que pode estar assegurado abstratamente na Lei em condição de vida: o destemor da represália e a confiança no desenvolvimento de organizações e instituições capazes de estimular conexões interpessoais e de sustentar ações coletivas. Uma perspectiva de democratização substantiva supõe também um sistema fluido de informações, que permita o intercâmbio das experiências e dos desejos populares, e a capacidade de propor alternativas viáveis (processo que requer conscientização e educação popular), em direção a uma ordem social mais igualitária e capaz de assegurar emprego, alimentação e abrigo para todos.

Noutros termos, à "ética" do consumismo diferido e do desperdício dos ricos é preciso responder com o ideal do



atendimento das necessidades sociais básicas de todos. Não há liberdade com medo e não há portanto possibilidade efetiva de liberdade quando a fome, o desemprego, a falta de educação para os filhos ou a falta de casa rondam e roem a alma da maioria. Ao escândalo de uma sociedade que admite diferenças salariais médias nas empresas de 100 para 1 (pois é esta a diferença, sem exageros, entre o salário dos "executivos" e o dos simples trabalhadores) é preciso responder com uma proposta de formas igualizadoras de retribuição. Como, por outro lado, a desigualdade está assentada na concentração da propriedade, é preciso insistir no uso social da propriedade (princípio inscrito nas Constituições brasileiras) e na técnica fiscal capaz de coibir os abusos, enquanto não for possível uma nova ordenação social da propriedade. Convém não esquecer nem omitir, especialmente no caso de São Paulo, que, além da propriedade agrária concentrada, existe a propriedade urbana também concentrada e que esta é talvez mais importante que aquela. Portanto, sem reformas básicas no uso do solo urbano, no sistema impositivo quanto à herança e à propriedade urbanas, não há possibilidade de diminuir as desigualdades sociais nem, por consequência, de atender às necessidades sociais básicas da maioria.

Existem por certo muitas outras questões importantes para definir o contexto em que se dá o movimento social no Brasil. Entre elas, sem dúvida, a mais importante diz respeito à natureza do Estado e suas relações com a ordem social e econômica.

Tendo em vista o bloqueio dos canais institucionais de representação popular e a impotência da sociedade civil frente ao autoritarismo do Estado, tende a reforçar-se o apelo às relações interpessoais e às redes informais para a solução dos problemas diários da população. A organização de diversas formas de associação comunitária na base da sociedade pode, desse modo, assumir um papel decisivo na proteção aos indivíduos e na afirmação dos sentimentos populares mais imediatos. As condições gerais que permitirão assegurar a dignidade do homem e a expressão de seus direitos estão fora do alcance dessas associações comunitárias. Não obstante, elas poderão desempenhar um papel importante no estabelecimento dessas condições mais gerais, na medida em que — pela troca de experiências e circulação

de informações — convertam-se em malhas de uma rede de organização autônoma da população.

Os problemas mais gerais da população de São Paulo não se restringem ao âmbito da cidade. São problemas que afetam os moradores da metrópole enquanto trabalhadores ou enquanto cidadãos. Portanto, as formas de organização mais amplas, sindicais ou políticas, são instrumentos indispensáveis das transformações vitalmente necessárias. Ainda que as limitações, jurídicas e de fato, ao livre funcionamento das organizações populares estejam presentes, a própria distância entre a organização estatal e o comportamento social efetivo oferece oportunidades para a ação legítima em torno de objetivos próprios da população trabalhadora. Objetivos próprios que não significam necessariamente interesses particulares de camadas ou grupos da população, mas sobretudo alternativas para as formas existentes de organização social.

O atendimento das necessidades humanas básicas, como o emprego, a alimentação, a educação, o abrigo, é essencial para a instauração de uma liberdade efetiva. Mas a luta por esse atendimento exige a utilização das liberdades possíveis no momento imediato. Estas são as que resultam da própria prática diária da população, que utiliza as brechas e os canais disponíveis e instaura a solidariedade entre os próximos para fazer frente ao medo. Encarar a liberdade do ângulo popular significa hoje estender a prática da confiança na própria atuação, da parte dos grupos de base e organizações representativas de massa. O percurso de uma democratização substantiva passará pela multiplicação de organizações populares e pelo seu robustecimento. A liberdade deixará assim de ser um mero preceito legal sem eficácia para converter-se em um estilo de convivência baseado no atendimento das necessidades sociais e no respeito às crenças plurais.

Essas conclusões são incompatíveis com a noção de que uma ordem igualitária possa ser imposta. Sem que os diversos grupos populares, através de suas organizações e expressando suas diferenças, participem da construção de uma nova organização social, os resultados de eventual melhoria da condição de vida das massas serão corroídos pelo burocratismo e pelo elitismo. Uma organização social que beneficie realmente os trabalhadores só pode estar assentada em amplas liberdades populares.



SÃO PAULO 1975: CRESCIMENTO E POBREZA.

O presente texto representa a síntese de vários estudos, realizados no segundo semestre de 1975. A partir de uma discussão preliminar dos objetivos propostos pela Pontifícia Comissão de Justiça e Paz, as diversas partes da investigação foram conduzidas separadamente pelos autores, integrando-se posteriormente os resultados. A pesquisa pôde beneficiar-se também de estudos realizados por Bolívar Lamounier e Octávio Ianni. A coordenação dos trabalhos coube a Lúcio Kowarick e Vinícius Caldeira Brant.

FOTOS:

Antonio Carlos D'Ávila: p. 4.
Antonio José Saggese: pp. 6, 12, 24, 44, 48, 82-a, 96, 142-a, 152-153, 156.
Augusto Ramasco: pp. 46, 88-b.
Carlos Alberto Ebert: pp. 84, 92, 102.
Juca Martins: pp. 38-b, 52-a, 58-a, 62-a, 72-73, 76-b, 82-b, 142-b, 144.
Paulo Vasconcelos: pp. 56-a, 62-b, 100.
Ruth Toledo: capa, pp. 20, 38-a, 56-b, 58-b, 76-a, 88-a, 134, 146.
Agência Estado: pp. 32, 34, 40-41, 50, 52-b, 106, 120-121, 124-125.

GRÁFICOS:

Sérgio Nigro

REVISÃO:

Roberto Saito

MONTAGEM E DIAGRAMAÇÃO:

Renato da Silveira

ARTE E COORDENAÇÃO TÉCNICA:

Massao Ohno

Todos os direitos reservados

EDIÇÕES LOYOLA
Rua 1822 n.º 347 — Caixa Postal, 42.335 — Tel.: 63-9695 — São Paulo

O panorama descrito no livro ressalta as condições de vida e de trabalho da população, deixando de lado as léias aos êxitos e progressos das elites. A análise fundamenta-se amplamente nas informações provenientes de estatísticas oficiais, de pesquisas patrocinadas por Universidades e outros órgãos públicos e privados. Mas o livro não se limita a reproduzir esses dados. Explica, de modo escrupuloso e sério, o que significam os números — naquilo que eles mostram e naquilo que encobrem.

O estudo foi realizado por pesquisadores do CEBRAP — Centro Brasileiro de Análise e Planejamento — a pedido da Pontifícia Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, que desejava conhecer, de forma sistemática e atualizada, os problemas que enfrenta a população da metrópole. O leitor encontrará neste livro uma síntese atual dos problemas de emprego, salários, habitação, transportes, saúde etc. que afetam os trabalhadores de São Paulo. Embora não se trate de obra de divulgação, o texto é simples e direto. Deste modo coloca-se a disposição, não somente dos especialistas e professores, mas também de todos os interessados na melhoria das condições de vida da população.